

Anexo 2: Descrição dos principais aspectos da Ilha Grande

Anexo ao Chamamento Público do Procedimento de Manifestação de Interesse do Governo do Estado do Rio de Janeiro n 01/16 cujo objeto é a obtenção de estudos e avaliações complementares visando a estruturação de projeto de parceria para prestação de serviços de apoio à gestão, conservação e visitação pública das Unidades de Conservação da Ilha Grande.

1	A Ilha Grande.....	6
1.1	Aspectos Ambientais.....	7
1.1.1	Flora.....	9
1.1.2	Fauna.....	11
1.2	Aspectos Sociais	15
1.2.1	Educação	16
1.2.2	Saúde.....	17
1.2.3	Segurança	17
1.2.4	Perfil da Ocupação na Ilha Grande.....	17
1.3	Planos e Legislações	19
1.3.1	Lei de Diretrizes Territoriais para a Ilha Grande	19
1.3.2	Planos de Manejo das Unidades de Conservação.....	20
1.3.3	Grupo de Trabalho da Ilha Grande.....	21
1.4	Projetos e Programas locais atual	21
1.4.1	CEADS – Centro de Estudos Ambientais e Desenvolvimento Sustentável.....	22
1.4.2	ECOMUSEU da Ilha Grande	23
1.4.3	Site Ilha Grande Humanidades.....	23
1.4.4	Projetos de Aquicultura e Maricultura.....	23
1.4.5	Projeto Juventude Protagonista da Ilha Grande – Voz Nativa	25
1.4.6	Brigada Mirim Ecológica da Ilha Grande	26
1.4.7	As Vermelhas.....	26
1.4.8	Jornal O Eco	27
1.5	Programas Regionais.....	27
1.5.1	Fórum de Comunidades Tradicionais da Costa Verde	27
1.5.2	Projeto de Gestão Integrada do Ecossistema da Baía da Ilha Grande – Projeto BIG.....	28
1.5.3	Projeto de Ordenamento do Turismo Náutico de Angra dos Reis.....	28
1.5.4	Eletrobras Eletronuclear	28
1.5.5	Transpetro – Oleoduto ORBIG	29
1.5.6	BrasFELS	30
1.5.7	Porto de Itaguaí – Docas do Rio	31

1.5.8	Companhia Siderúrgica do Atlântico – Thyssenkrupp CSA	32
1.6	Projetos e Programas de Desenvolvimento Local para o Futuro.....	32
1.6.1	Ilha Grande Sustentável	33
1.6.2	Prodetur Ilha Grande.....	34
1.6.3	Zoneamento Ecológico-Econômico Costeiro da Baía da Ilha Grande	35
1.7	Programas Municipais.....	36
1.7.1	Plano Municipal de Turismo de Angra dos Reis	37
2	O Parque Estadual da Ilha Grande – Histórico	37
2.1	Fase inicial	37
2.2	Transferência do PEIG para o IEF e a chegada da UERJ	38
2.3	Delimitação Atual do PEIG	39
3	Plano de Manejo – Aspectos Conceituais	41
3.1	Abordagem do Plano de Manejo	43
3.2	O Plano de Manejo do PEIG	44
4	O Entorno do PEIG.....	47
4.1	Vila do Abraão	47
4.2	Outras Comunidades do Entorno do PEIG	49
4.2.1	Praia Grande das Palmas.....	49
4.2.2	Enseada das Estrelas	50
4.2.3	Japariz (Guaxuma).....	51
4.2.4	Bananal e Matariz.....	51
4.2.5	Longa, Araçatiba e Vermelha	53
4.2.6	Provetá	54
4.2.7	Dois Rios	55
4.2.8	Lopes Mendes e Santo Antônio	57
4.2.9	Aventureiro	57
4.2.10	Praia do Sul e do Leste	58
4.2.11	Parnaioca.....	59
4.3	Contexto Social do entorno do PEIG e conflitos	60
4.3.1	Contexto social e conflitos em Abraão e proximidades.....	62

4.3.2	Contexto social e conflitos nas demais comunidades.....	63
4.3.3	Contexto social e conflitos em Parnaioca e Dois Rios.....	64
4.3.4	Contexto social e conflitos em Aventureiro.....	66
4.3.5	Percepções locais sobre o turismo associado aos cruzeiros na Ilha Grande	68
4.3.6	Contexto social e conflitos: pesquisa de opinião pública na Ilha Grande.....	69
4.4	Stakeholders do entorno e suas relações com o PEIG	72
4.4.1	Gestores Locais.....	73
4.4.2	Atores Sociais das Comunidades – Abraão	75
4.4.3	Atores Sociais das Comunidades – Araçatiba	76
4.4.4	Atores Sociais das Comunidades – Praia Vermelha	77
4.4.5	Atores sociais das comunidades – Provetá	78
4.4.6	Atores Sociais das Comunidades – Bananal	78
4.4.7	Atores Sociais das Comunidades – Palmas	80
4.4.8	Atores Sociais das Comunidades – Aventureiro.....	80
4.4.9	Atores Sociais das Comunidades – Parnaioca	81
4.4.10	Atores sociais com atuação no setor de serviço de transporte marítimo turístico	82
4.4.11	Gestores Municipais de Angra dos Reis com Atuação na Temática do Turismo	83
5	O Contexto Turístico Local e Regional.....	85
5.1	Infraestrutura Turística	86
5.1.1	Mangaratiba	86
5.1.2	Angra dos Reis	87
5.1.3	Ilha Grande.....	88
5.1.4	Características Regionais.....	88
5.2	Uso e visitação no PEIG	89
5.2.1	Números de visitantes e sazonalidade da visitação.....	89
5.2.2	Histórico de visitação, perfil do visitante e satisfação do turista.....	93
5.2.3	Atividades de uso público	97
5.2.4	Monitoramento do uso público no PEIG.....	105
5.2.5	O turismo e as receitas do PEIG	106
5.2.6	Análise sobre o contexto do Uso Público/ Visitação.....	107

5.3	Infraestrutura de apoio ao turismo do PEIG	110
5.3.1	Controle de acesso e visitantes	116
6	ANÁLISE SOBRE SITUAÇÃO ATUAL DAS INFRAESTRUTURAS DO PEIG	118
7	Considerações finais.....	120
8	Referências Bibliográficas	122

1 A Ilha Grande

A Ilha Grande é um distrito pertencente ao Município de Angra dos Reis, com uma legislação específica segundo o Plano Diretor da cidade, chamada de Lei de Diretrizes Territoriais para a Ilha Grande, publicada em 23 de janeiro de 2009. Em conjunto com o Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental (APA) de Tamoios, a Lei de Diretrizes Territoriais da Ilha Grande determina os critérios de ocupação e o perfil do desenvolvimento das comunidades do entorno direto do Parque Estadual da Ilha Grande (PEIG), composto atualmente por 18 bairros, dos quais 4 estão inseridos no PEIG.

Das 365 Ilhas da Baía da Ilha Grande, a Ilha Grande é a maior e a mais movimentada turisticamente, estimulando uma visita que envolve Mangaratiba, Angra dos Reis e Paraty. O turismo, seguido da pesca e do emprego em serviços públicos são as principais atividades econômicas da população residente nas comunidades do entorno e, dentro do PEIG, o turismo e as pesquisas desenvolvidas pela UERJ/CEADS¹ são as principais atividades.

O PEIG protege a porção central da Ilha, desde a cota 100 de seu lado voltado para a baía até o costão rochoso em seu lado oceânico, diferente da APA de Tamoios, que se sobrepõe a todas as comunidades da Ilha; da Reserva Biológica da Praia do Sul que não apresenta ocupação humana; e da Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Aventureiro, que mantém uma porção terrestre e outra marinha e protege uma comunidade de tradição caiçara.

FIGURA 1 UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DE ILHA GRANDE



¹ Desde 1994 a UERJ instalou na Ilha Grande o Centro de Estudos Ambientais e Desenvolvimento Sustentável – CEADS, uma instalação de pesquisa com alojamentos, laboratórios e estrutura para receber as mais diversas pesquisas na Ilha Grande, desde estudos biológicos às pesquisas de história e memória da população local. O CEADS desenvolve também parcerias com outras universidades, públicas e privadas, permitindo que aulas e pesquisas de outros núcleos sejam desenvolvidas na Vila Dois Rios.

Todas as vilas da Ilha Grande que se encontram fora dos limites do PEIG tem sua gestão sobreposta entre a Superintendência do INEA de Angra dos Reis – aonde fica a gestão da APA Tamoios – e a Subprefeitura de Angra dos Reis – que mantém escritório na vila de Abraão (principal vila/comunidade da Ilha) e representação em Araçatiba e Provetá.

Quanto à administração da Subprefeitura de Angra dos Reis na Ilha Grande, sua principal estrutura encontra-se instalada na Vila do Abraão, aonde a população residente e o receptivo turístico são maiores e mais consolidados. Nesta vila, a Subprefeitura mantém um escritório, um Posto de Saúde com Serviço de Pronto Atendimento, uma estrutura de saneamento e funcionários em diversas funções públicas. No restante da Ilha a estrutura pública municipal é reduzida, bem como sua representação. Em praias como Araçatiba o saneamento apresentou obras e investimento do próprio INEA, indicando que os serviços públicos não estão concentrados em apenas um ente governamental.

A gestão da Superintendência do INEA passa pela chefia da APA de Tamoios, que sobrepõe todo o território da Ilha Grande e disciplina o uso e ocupação nas comunidades do entorno do PEIG. Esta Superintendência tem seu endereço em Angra dos Reis, sem apresentar atividades cotidianas na Ilha Grande. No entanto, todas as decisões, desde instalação residencial ou de empreendimentos nas comunidades passam por um processo de legalização junto à APA e a Prefeitura, que compartilham as responsabilidades e mantém a legislação que incide sobre a ocupação na Ilha.

De maneira geral, essas representações administrativas não apresentam infraestrutura suficiente para cobrir toda a Ilha Grande, nem equipamentos e recursos para investimentos públicos direto. Desta forma, boa parte das questões de ocupação, legislação ambiental e conflitos relacionados às Unidades de Conservação (UC) locais são encaminhadas para a sede do PEIG, por este manter escritório e representação na Vila do Abraão².

Segundo o abairramento do município de Angra dos Reis, a Ilha Grande é dividida em 18 bairros, destes 4 fazem parte do território do PEIG: Dois Rios (onde se encontra o CEADS/UERJ); Lopes Mendes (a praia de maior visitação turística dentro do PEIG); Parnaioca (que mantém uma pequena via com dois campings); e a vila de serventia do antigo Presídio da Ilha Grande na Vila do Abraão (onde se encontra a sede do PEIG e outros equipamentos públicos municipais e estaduais, descritos a seguir).

A Vila Dois Rios, atualmente é administrada pela UERJ, que mantém um Termo de Cessão concedido pelo Governo do Estado em 1994 para a gestão desta e das áreas ocupadas pelo antigo Instituto Penal Candido Mendes, com o objetivo de desenvolvimento de pesquisas relacionadas à Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente. Já na Vila do Abraão, a administração dentro do PEIG é dividida entre o Parque e a Prefeitura.

Todos os outros bairros da Ilha estão na área de influência direta do PEIG e inseridos na APA Tamoios. Apenas a Vila do Aventureiro tem uma territorialidade própria, por ser Reserva de Desenvolvimento Sustentável – RDS.

1.1 Aspectos Ambientais

A Ilha Grande, inserida no Bioma da Mata Atlântica, constitui um dos pontos quentes de biodiversidade (*“biodiversity hotspots”*), que são áreas do planeta com significativa biodiversidade, elevada taxa de endemismo e com graves ameaças de degradação. O critério mais importante na

²O Plano de Manejo do PEIG apresenta um maior detalhamento sobre esse tema. (INEA, 2011)

determinação dos *hotspots* é a existência de espécies endêmicas³. Outro critério importante é o grau de ameaça ao ecossistema, sendo consideradas como *hotspots*, as biorregiões onde 75% ou mais da vegetação original tenham sido destruídas. O conceito foi desenvolvido pelo biólogo Norman Myers em dois artigos na revista —*The Environmentalist* (1988 & 1990). Em 1996, um estudo da *Conservation International* (CI) aperfeiçoou a teoria inicial de Myers, identificando inicialmente 17, depois 25 e posteriormente 34 *hotspots*. (*Conservation International*: <http://www.biodiversityhotspots.org>).

A proteção de ilhas tem chamado a atenção dos governos e da comunidade científica mundial. Recentemente, a Convenção da Biodiversidade estabeleceu o *Programa de Trabalho de Biodiversidade Insular*, adotado na Decisão VIII/1 da oitava reunião da Conferência das Partes, realizada em Curitiba em março de 2006 (<http://www.cbd.int/decisions/?dec=VIII/1>). O Programa estabelece um conjunto de prioridades e ações para assegurar a conservação da biodiversidade insular, reconhecendo o fato de que ilhas têm vulnerabilidades particulares, áreas terrestres limitadas, alto grau de endemismo e significativa biodiversidade costeira e marinha. De fato, espécies insulares são extremamente vulneráveis.

A Baía de Ilha Grande, é de extrema importância biológica e é área prioritária para a conservação da biodiversidade dos estuários, manguezais e lagoas costeiras, devido à sua área de grande exuberância e riqueza biológica.

Quanto às características gerais dos cursos d'água, examinando-se os dados de precipitação e levando-se em conta o regime torrencial dos córregos e riachos, é possível sugerir que o período de águas mais altas vai de dezembro a março, sendo que as maiores vazões podem ocorrer com maior frequência em dezembro e janeiro. O período de águas baixas vai de junho a agosto. Em geral, apresentam vazões elevadas em períodos curtos como resposta às chuvas, em qualquer época do ano. Nos cursos diminutos em montanha, a água cessa totalmente nos períodos entre chuvas, restando pequenas poças ao longo do leito (INEA, 2011).

Não existem estudos sobre os parâmetros físico-químicos e biológicos, bem como da balneabilidade dos principais rios, abarcando ao menos um ciclo hidrológico. Contudo, estima-se que as características limnológicas dos córregos sejam semelhantes às de qualquer riacho da Serra do Mar em área florestada, como por exemplo, pH próximo do neutro, concentração elevada de oxigênio dissolvido, transparência acentuada e pobreza de nutrientes (oligotróficos).

Inspeções visuais não detectam sinais de poluição na maioria dos cursos d'água no interior do PEIG, a exceção de detritos deixados por visitantes nos pontos de concentração de lazer. Os que geram maior preocupação são os córregos do Abraão e da Feiticeira, devido à grande quantidade de banhistas com protetores solares e bronzeadores e que deixam lixo no canal e nas margens. Não há informações se há influência do esgoto e dos efluentes de laboratório da Vila Dois Rios sobre os córregos Barra Grande e Pequena. Fora do PEIG, diversos cursos de água apresentam sinais de degradação por esgoto e lixo, destacando-se os que drenam as Vilas de Abraão e Provetá e os povoados de Japariz, Bananal, Matariz, Araçatiba, Palmas, Praia Vermelha, Longa e as localidades litorâneas do Saco do Céu (INEA, 2011).

³Animal ou vegetal que ocorre somente em uma determinada área ou região geográfica. O endemismo é causado por quaisquer barreiras físicas, climáticas e biológicas que delimitem com eficácia a distribuição de uma espécie ou provoquem a sua separação do grupo original. Quando a separação ocorre por um longo período, o grupo isolado sofre uma seleção natural que desenvolve nele uma diferenciação de outros membros da espécie.

1.1.1 Flora

O PEIG junto com a Reserva Biológica da Praia do Sul (RBPS) protege integralmente a porção mais preservada das florestas e restingas da Ilha Grande, ao lado da vegetação de afloramentos rochosos, brejos e manguezais.

Segundo a classificação oficial da vegetação brasileira estabelecida pelo IBGE, as florestas da Ilha Grande inserem-se no domínio da Floresta Ombrófila Densa, também conhecida como Floresta Pluvial Tropical, apresentando as seguintes fisionomias: Floresta Ombrófila Densa Montana (acima de 500 m), Floresta Ombrófila Densa Submontana (de 50 a 500 m) e Floresta Ombrófila Densa das Terras Baixas (de 0 a 50 m).

TABELA 1. ÁREA OCUPADA NA ILHA GRANDE, EM PORCENTAGEM, DAS DIFERENTES FITOFISIONOMIAS, DE ACORDO COM A CLASSIFICAÇÃO DO IBGE.

Fitofisionomias	Área ocupada (%)
Floresta Ombrófila Densa Submontana	75,50
Floresta Ombrófila Densa Montana	21,37
Floresta Ombrófila Densa das Terras Baixas	2,56
Comunidade Aluvial	0,01
Restinga	0,56

Quanto a composição geral das espécies, os 3.650 registros em herbários revelam até o momento 1.153 espécies de plantas na Ilha Grande. O maior número de táxons pertence às angiospermas (685 spp.), seguida das briófitas (182 spp.), algas (171 spp.) e pteridófitas (115 spp.). Faz-se relevante mencionar que os dados do herbário da UFRJ não estão incluídos, o que elevará a quantidade de espécies.

A situação atual da vegetação e da flora da Ilha Grande reflete mais de 250 anos de sucessivos desmatamentos para implantação de lavouras comerciais, roças e criação animal e para a instalação de núcleos habitacionais, bem como a retirada intensiva de madeira, lenha, plantas medicinais e outros recursos vegetais. Soma-se a isso introdução de espécies exóticas oriundas de outras partes do Brasil e do exterior pelas gerações que têm habitado a ilha, principalmente a partir da chegada dos portugueses, combinado com uma alta capacidade ecológica de regeneração florestal (resiliência) impulsionada por chuva copiosa.

Das 358 espécies arbóreas registradas para a Ilha Grande até o momento, mais de 60 possuem madeiras com alguma utilização econômica, como o cedro, açoita-cavalo, canjerana, olho-de-cabra, capororoca, camboatá, sapucaia, canelãs, bacurubu, guaretá, pequiá-marfim, mocitaíba e várias outras. Na fabricação das canoas eram utilizadas três espécies. O bacurubu e o ingá eram preferidos para uso nas águas protegidas da baía da Ilha Grande e o cedro para a face oceânica, pois a madeira desta espécie é mais dura e resistente. O cobi, além das cascas utilizadas para tingimento de redes pelos caiçaras, fornecia madeira para lenha em grande quantidade. Registros históricos citam ainda que na Ilha Grande houvesse a retirada de pau-brasil, porém nenhuma árvore desta espécie foi encontrada, até o momento, nas florestas. As que lá existem, foram plantadas.

Pode-se afirmar que o conhecimento da flora da Ilha Grande encontra-se em estágio inicial, resumindo-se à Reserva Biológica da Praia do Sul e às imediações da Vila Dois Rios e Praia Preta.

Apenas um local tem sido intensivamente estudado: as restingas e florestas da Reserva Biológica da Praia do Sul. O INEA a UERJ (CEADS), a PUC e a UFRRJ são as principais instituições que realizam estudos dessa natureza na Ilha Grande. Releva mencionar a ausência completa de inventários florísticos e/ou fitossociológicos em áreas acima de 400 m de altitude, que são justamente as melhores florestas, bem como estudos comparativos entre as florestas da face norte e sul.

Fragmentos de floresta primária provavelmente não mais existem. Estes representariam a máxima expressão em termos de evolução da floresta. Suas prováveis características seriam: área basal média superior a 40m²/ha, diâmetro médio acima de 40 cm e altura total média maior que 30 metros, com árvores emergentes superando 35 metros, diversidade elevada e densidade baixa, com poucas árvores de uma mesma espécie por hectare.

A sucessão ocorre de forma mais vigorosa nas vertentes voltadas para o oceano, fato explicado pela maior precipitação pluviométrica e exposição aos ventos carregados de umidade. Em algumas áreas que nitidamente eram florestas, principalmente em clareiras nas encostas da vertente interior, a sucessão secundária avança de forma muito lenta. Este fato decorre devido à tomada do espaço por ervas exóticas invasoras, às restrições impostas pelo solo (baixa fertilidade, excessiva acidez e/ou grave perda, tornando-o excessivamente delgado) ou mesmo à ocorrência frequente de fogo em passado recente.

As árvores e arbustos pioneiros mais comuns, especialmente na Floresta Ombrófila Densa Submontana e de Terras Baixas, são: cobi (*Anadenanthera colubrina*), canela-de-velho (*Miconia albicans*), cupiúba (*Tapirira guianensis*), capororoca (*Rapanea ferruginea* e *R. umbellata*), embaúba (*Cecropia* spp.), leiteira (*Peschiera* sp.), Pera glabrata, pixirica (principalmente *Miconia mirabilis* e *M. holosericea*), alecrim (*Bacharis dracunculifolia*), quaresmeira (*Tibouchina* spp.), jacatirão (*Miconia cinnamomifolia*), bacurubú (*Schyzolobim parahyba*) e araçá (*Psidium cattleianum*).

Olhando de longe, a paisagem florestal da Ilha Grande parece estar extremamente saudável devido ao cenário verdejante. Contudo, ao adentrar a mata, observam-se em vários locais, especialmente nas altitudes mais baixas, muitas plantas que não pertencente à flora insular vivendo no meio das árvores nativas. Estes vegetais são testemunhos de antigas ocupações e não têm potencial invasor, como pés de limão e laranja da terra (*Citrus* spp.), cafés (*Coffea arabica*), mangueiras (*Mangifera indica*) e abacateiros (*Persea americana*) ou, ao contrário, proliferam excessivamente chegando a formar concentrações quase exclusivas, e ocupando grandes áreas.

Jaqueiras (*Artocarpus heterophyllus*) têm invadido a floresta de forma impressionante, desenvolvendo bosques exclusivos dentro da mata, sendo impossível perceber do barco ou em sobrevôo. As clareiras na floresta mais perceptíveis são formadas por capinzais e bambuzais. O segundo grupo é constituído pelo bambu-mirim (*Phyllostachys aurea*), bambu-comum (*Bambusa tuldoidea* e *B. vulgaris*), ambos da China, pelo bambu-gigante (*Dendrocalamus* sp.), da Índia, e pelo bambu erroneamente chamado de brasileiro (*Bambusa vulgaris* var. *vitata*), que na verdade é uma espécie asiática. As concentrações decorrem de plantios tradicionais, já que a população os utilizava para diversos fins: cerca-viva, quebra-vento, caniços, etc. Antigamente, os bambus eram empregados também para construção de casas caiçaras. Por isso, e pelo fato dos bambus possuírem restrita capacidade de dispersão, a sua presença em cotas elevadas da Ilha Grande assinala locais de antigas residências. O mesmo vale para coqueiros. A presença do bambu, especialmente *P. aurea*, impede o crescimento de espécies nativas em estágios mais avançados de sucessão, tornando as áreas mais suscetíveis a deslizamentos, bem como sendo combustível para incêndio.

Dentre as espécies indicativas do bom estado de conservação da vegetação podem ser citadas *Huperzia linifolia*, *Huperzia linifolia*, que são espécies epífitas que ocorrem sobre árvores de grande

porte, a *Pecluma* spp. e as samambaias arborescentes *Alsophila stembergii*, *Cyathea* spp. e *Hemidictyum marginatum*, indicadoras de áreas de córregos preservados.

A manutenção das linhas de transmissão elétrica e telefônica para as vilas e povoados requer podas periódicas que favorecem o recrutamento de espécies oportunistas, impedindo o crescimento de espécies de estádios sucessionais mais avançados. O efeito de borda provoca a desestabilização das árvores, causando quedas e aumento progressivo desse efeito sob a vegetação limítrofe. Além disso, plantas como trepadeiras de áreas abertas, devido à facilidade de suporte oferecida pelos postes de iluminação e da rede de fios e cabos transmissores, facilmente atingem as copas das árvores mais internas, competindo por luz e recobrando-as completamente. O resultado geral desse efeito está bem exemplificado nas margens da estrada Abraão-Dois Rios, onde algumas árvores de grande porte estão morrendo e suas áreas ocupadas por espécies oportunistas. Muitas dessas espécies formam adensamentos ao longo da encosta e, no período mais seco do ano, tornam-se excelentes combustíveis.

Na Ilha Grande, os melhores remanescentes de vegetação de restinga encontram-se dentro do PEIG e da RBPS, ocupando as baixadas arenosas à retaguarda das praias do Sul e do Leste e de Lopes Mendes, e ambas são frutos de regeneração. Por crescer em solos inapropriados para lavouras, certamente algumas moitas foram poupadas, permitindo a retomada das planícies arenosas. Ocorrem ainda nas baixadas de Dois Rios e Parnaíoca, embora muito alteradas, em particular na primeira. Floristicamente, as restingas da Ilha Grande devem ser muito semelhantes às da Marambaia.

Os manguezais aparecem em diversas partes da Ilha Grande, tendo quase todos sofrido redução. No PEIG, os manguezais aparecem unicamente em Dois Rios, na foz do rio Barra Grande. Plantas esparsas de mangue ocorrem na margem dos rios da Parnaíoca e do Abraão. A flora é constituída pelos mangues vermelho (*Rhizophora mangle*), siriúba (*Avicenia shaueriana*) e branco (*Laguncularia racemosa*) e pelo algodão-da-praia (*Hibiscus pernambucensis*), além da samambaia-do-brejo (*Acrostichum aureum*) e da cebola da praia (*Dalbergia ecastophylla*). A gramínea *Spartina brasiliensis* aparece onde há clareiras ou entre o manguezal e o mar ou no estuário.

Historicamente, muitas plantas têm sido trazidas para a Ilha Grande, seja de outras partes do Brasil seja do exterior, por diversos motivos, tais como, alimentação, ornamentação, material de construção, cerca, dentre outros. Durante o processo de colonização foram introduzidos abacateiros, mangueiras e jaqueiras. Atualmente, plantas exóticas são trazidas do continente principalmente para formar gramados e projetos paisagísticos de residência e pousadas. As espécies exóticas invasoras que causam maior preocupação são: Jaqueira (*Artocarpus heterophyllus*); Bambu-mirim (*Phyllostachys cf aurea*); Palmeira imperial (*Roystonea oleracea*); Abrió-da-praia (*Mimosops commersonii*) e Capim-gordura (*Melinis minutiflora*).

Os fatores que mais ameaçam a integridade ecológica da vegetação nativa da Ilha Grande são: proliferação de espécies exóticas; avanço das construções nas encostas e costões rochosos; rede elétrica; roubo de plantas ornamentais; pobreza do solo em determinadas áreas, retardando ou impedindo a sucessão; queima de lixo e folhas secas, podendo causar incêndio florestal; fogo acidental causado por turistas; doenças, como a que vitimou recentemente os bacurubús (INEA, 2011).

1.1.2 Fauna

Nove mil anos atrás, ao se iniciar o processo de insularização, o estoque inicial da fauna da Ilha Grande era semelhante ao do continente próximo (Serra do Mar), do qual seu território fazia parte.

Embora o conhecimento da fauna original da Ilha Grande seja impossível, é quase certo que várias espécies foram extintas por causas naturais, competição com espécies exóticas, doenças, caça ou perda de habitat. Por exemplo, a caça pode ter exterminado animais como jacutinga, caititu, veados-do-mato, anta e jaguatirica (INEA, 2011).

À luz da teoria de biogeografia insular, ilhas maiores têm mais habitats e recursos alimentares e, portanto, tem uma taxa de imigração maior e uma taxa de extinção baixa, o que parece ser o caso da Ilha Grande. Arquipélagos cujas ilhas são próximas sustentam mais espécies que ilhas isoladas.

O conhecimento da composição da fauna encontra-se em estágio inicial, pois muitas das informações provêm de pesquisas em áreas localizadas do PEIG e da RBPS, em especial na bacia dos córregos das Andorinhas e Barra Pequena. Contudo, a base de dados não impede que se inicie o manejo. A fauna das pequenas ilhas do entorno é virtualmente desconhecida (INEA, 2011).

As avaliações da fauna do PEIG, considerando os grupos taxonômicos, são as seguintes:

- Invertebrados: Invertebrados terrestres e de água doce: milhares de espécies incluindo briozoários, insetos, vermes, minhocas, aranhas, escorpiões, opiliões, lacraias, centopéias, tatuzinhos, pitus, caranguejos, caramujos e lesmas. A maior biomassa, como em qualquer ecossistema tropical, é de formigas. Há registro de 100 morfoespécies de moluscos, das quais nove são aquáticos, além de mais de 100 espécies de borboletas apenas para os arredores da Vila Dois Rios e de 32 espécies de abelhas nativas.
- Invertebrados marinhos: Milhares de espécies, com destaque para esponjas, corais, águas vivas, caravelas, cracas, caranguejos, siris, camarões, lagostas, mexilhões, ostras, caramujos, lulas, polvos, poliquetas, estrelas-do-mar, pepinos-do-mar e ouriços, vivendo em costões rochosos, lajes, praias, manguezais e fundos moles.
- Peixes:
 - Peixes marinhos: A baía de Ilha Grande abriga cerca de 156 das 622 espécies de peixes encontradas na costa do estado do Rio de Janeiro. Grande parte desta fauna habita as águas do entorno da Ilha Grande.
 - Peixes de águas interiores: 21 espécies vivendo em córregos e nas águas salobras da foz, dos quais 08 (oito) são exclusivos de água doce (divisão primária). Destas oito, 02 (duas) constituem espécies novas em processo de descrição. Todas são de pequeno tamanho (<10 cm) e ocorrem com populações reduzidas. *Rhamdioglanis transfasciatus* é a maior espécie (20 cm). As espécies de água doce parecem viver isoladas nos diferentes riachos, havendo pouco compartilhamento de habitat. Como as pesquisas cobrem poucos córregos, espera-se que o número de espécies seja maior. Trata-se de um grupo isolado e frágil que merece atenção redobrada da gestão do Parque.
- Anfíbios: 25 espécies de sapos, rãs e pererecas vivendo às margens de córregos e riachos, poças, brejos, em bromélias, no chão de matas e restingas e na copa das árvores das florestas. Recentemente foi descoberta uma espécie endêmica da Ilha Grande (*Hylodes fredei*). Há 03 (três) espécies endêmicas do estado do Rio de Janeiro e 13 da Mata Atlântica. Espera-se um aumento deste número com a ampliação da área de estudo. A maioria é de pequeno porte (< 10 cm). O sapo-pulga (*Brachycephalus didactylus*), com no máximo 1 cm, é reconhecido como o menor vertebrado tetrápodo conhecido no mundo. Outros anfíbios diminutos são *Dendrophryniscus brevipollicatus* (1 cm) e *Leptodactylus marmoratus* (1,5 cm). Os maiores são os sapos-curucu (*Rhinella ornata*) e *Proceratophrys appendiculata*, com 10 cm em média.
- Répteis (geral): 39 espécies, sendo 38 nativas e 01 (uma) exótica.
 - Quelônios: Nenhuma espécie de cágado de água doce foi avistada até o momento. Três espécies de tartarugas marinhas (verde, de pente e de couro) ocorrem no mar

- do entorno, parecendo a Ilha Grande ser uma área de alimentação. A tartaruga-verde é a mais abundante, seguida da tartaruga-de-pente.
- Anfisbênios: Apenas uma espécie registrada de cobra-de-duas-cabeças. Este número deve aumentar com a intensificação de pesquisas.
 - Lagartos: 10 (dez) espécies, sendo o lagarto teiú o de maior tamanho. Novas espécies serão encontradas com a intensificação das pesquisas. Habitam o subsolo o folhicho da floresta, os galhos e as copas das árvores, as restingas e campos e os ambientes aquáticos.
 - Serpentes: A UERJ compilou 17 espécies. Dissertação recente da UFRRJ (2007) ampliou o número para 25 espécies após exame das coleções do Museu Nacional. Destaca-se pelo porte a caninana e a mussurana. Surpreende a não existência de jibóias, fato que ocorre também na Ilha de Itacuruçá. Estima-se que o número de espécies cresça com as pesquisas podendo atingir 30 ou pouco mais.
 - Jacarés: Presença do jacaré-do-papo-amarelo nos brejos de Lopes Mendes e nas praias de Mangues e Pouso. Avistado nadando no mar. Não há confirmação se existe nas lagoas do Sul e do Leste, mas é um habitat típico da espécie. Há controvérsias sobre a origem do jacaré. Alguns moradores afirmam que ele foi trazido há tempos por estrangeiro que se dizia dono de Lopes Mendes.
- Aves: A UERJ compilou o registro de 213 espécies de aves terrestres e marinhas pertencentes a 47 famílias e 18 ordens. Deste total, 46 são endêmicas da Mata Atlântica, oito estão ameaçadas ou quase ameaçadas de extinção e 03 (três) são exóticas. Adicionando-se às 35 espécies elencadas pelo Plano Diretor do Parque de 1992, o número atinge 248 espécies. Descontando-se as exóticas, chega-se a 245 espécies nativas. As maiores espécies são: macuco, urubu, gavião pega-macaco, garça-branca-grande, urubu, urubu-de-cabeça-vermelha, águia-pescadora, gaivotão e suindara. Anualmente, centenas de pinguins aparecem nas costas da Ilha Grande. Alguns moradores nativos citam a presença do urubu-rei.
- Mamíferos (geral): 62 espécies de mamíferos nativos e 07 (sete) de exóticos, pertencentes a 06 (seis) ordens e 23 famílias. Estão ausentes representantes das ordens Perissodactyla (antas), Artiodactyla (veados e porcos do mato) e Lagomorpha (coelho tapiti). Os mamíferos terrestres têm porte médio a pequeno, sendo o segundo grupo amplamente dominante, dada a quantidade de marsupiais, morcegos e roedores. Os maiores são a capivara (média 50 kg), a paca (8,3 kg), a lontra (5,8 kg), o bugio (5,6 kg), o guaxinim (5,4 kg) e a preguiça (3,9 kg). As outras espécies nativas pesam abaixo de 3 kg e concentram-se na faixa de 10 a 30 g. As estimativas de densidade populacional para a paca, o esquilo, o gambá e o sagui foram, respectivamente, 0,81 ind/ha, 0,46 ind/ha, 0,56 ind/ha e 0,23 ind/ha.
- Marsupiais: 4 espécies, englobando gambás, cuícas e catitas.
 - Morcegos: Com 36 espécies, é o grupo de mamífero mais abundante. Apenas uma espécie é hematófaga. Inclui o morcego pescador.
 - Roedores: 19 espécies de roedores, sendo 3 exóticas. Destaque para as capivaras, (50 kg) pacas (8,3 kg), ouriço-caixeiro, cutias e esquilos. Capivaras são encontradas em Dois Rios, Lopes Mendes e nas Lagoas do Sul e Leste. A jaca tornou-se um dos alimentos preferidos das pacas. Capivaras já foram observadas se alimentando de grama marinha *Ruppia maritima*.
 - Carnívoros: 05 (cinco) espécies, sendo 03 (três) nativas: gato-do-mato-pequeno, lontra e guaxinim ou mão-pelada. Lontras aparecem em Dois Rios e nas lagoas do Sul e do Leste. Gatos-do-mato são ariscos e muito difíceis de ver. A administração do PEIG tratou de um, que veio a perecer provavelmente por doença. Há relato de ocorrência de gato-mourisco (*Herpailurus yaguaroundi*), mas ainda sem confirmação. Cachorros e gatos domésticos são as espécies exóticas.
 - Desdentados: Preguiça comum e tatu-galinha.

- Primatas: Duas espécies de primatas nativos (bugio e macaco-prego) e duas introduzidas. O bugio, animal símbolo do Parque é a voz da paisagem. Vive em grupo de 4 até 15 indivíduos, podendo chegar a 80 a 100 animais por quilômetro quadrado. As espécies exóticas de sagüi ocorrem em grande número. Não se espera novas espécies.
- Cetáceos: Cerca de 12 espécies de baleias e golfinhos vivem permanentemente nas águas oceânicas da baía de Ilha Grande, enquanto outras passam temporadas (INEA, 2011).

Os anfíbios *Hylodes fredi* e *Crossodactylus gaudichaudii* são indicadoras de riachos de água limpa de substrato rochoso. O sapinho (*Brachycephalus didactylus*) e as aves frugíveras florestais, tropeiro-da-serra (*Lipaugus lanioides*), araponga (*Procnias nudicollis*), pavó (*Pyroderus scutatus*) e araçari-poca (*Selenidera maculirostris*) são indicadoras de florestas em bom estado. Idem para a choquinha-cinzenta (*Myrmotherula unicolor*), o gavião-pombo-pequeno (*Leucopternis lacernulata*), o gavião-pega-macaco (*Spizaetus tyrannus*), o rato-do-arroz (*Euryrozomys russatus*), as abelhas solitárias e sociais e os caramujos *Megaspira* sp.

Dentre os animais de interesse médico, pode ser citado: abelha africanizada, escorpiões, aranha-armadeira (*Phoneutria nigriventer*) e os ofídios coral (*Micrurus corallinus*), jararaca (*Bothrops jararaca*), a jararacussu (*Bothrops jararacussu*), além do morcego-vampiro (*Desmodus rotundus*).

A Ilha Grande tem servido de habitat para várias espécies animais exóticas, conforme descrito abaixo por grupo taxonômico.

- Insetos: Abelhas (*Apis mellifera*) e moscas (*Musca domestica*).
- Moluscos: *Achatina fulica*, *Biomphalaria tenagophila*, *Melanoides tuberculatus*, *Limax flavus*, *Bulimulus tenuissimus*, *Cecilioides gundlachi*, *Subulina octona*, *Leptinaria unilamellata*, *Opeas beckianum*, *Opeas goodalli* e *Bradybaena similaris*.
- Peixes de águas interiores: Lebiste (*Poecilia reticulata*) nos riachos que drenam para o Saco do Céu.
- Répteis: Lagartixa (*Hemidactylus mabouia*).
- Aves: Pardal (*Passer domesticus*), bico-de-lacre (*Estrilda astrild*) e pombo-doméstico (*Columba livia*).
- Mamíferos: Saguis (*Callithrix jacchus* e *C. penicillata*), gato-doméstico (*Felis catus*) cachorro, (*Canis familiares*) rato (*Rattus rattus*), camundongo (*Mus musculus*) e ratazana (*Rattus norvegicus*).

Os fatores de principais destaques em relação à fauna, são: os impactos das espécies exóticas começaram a ser estudados na Ilha Grande recentemente; os cachorros, cuja população tem crescido sem controle, transitam por toda a ilha, acompanhados ou não por seres humanos, e já foram vistos caçando animais nativos, como tatus. Vários são atacados por sarna. A presença de cachorros nas praias pode causar o aumento de incidência de —larva migrans tegumentar 22, ou bicho geográfico, em turistas e moradores. Outra enfermidade que merece atenção da saúde pública é a leishmaniose tegumentar, presente na Ilha Grande desde 1976; O gato doméstico invade as matas para caçar; Os saguis são observados tanto nos povoados quanto na mata e devem estar causando pesadas perdas na população de aves, por predarem ovos e filhotes; O caramujo africano (*Achatina fulica*) provoca a diminuição nas populações do caramujo nativo *Megalobulimus* sp., como comprovado na APA de Guaraqueçaba, Paraná. Além disso, este animal atua como hospedeiro potencial dos nematódeos *Angiostrongylus costaricensis*, causador da angiostrongilose abdominal e

do *Angiostrongylus cantonensis*, causador da angiostrongilose meningoencefálica, ambas verminoses com casos descritos no Brasil

Os moluscos exóticos foram introduzidos em consequência dos diversos ciclos agrônômicos, assim como trazidos junto com plantas ornamentais, fato que ainda ocorre. O rato, a ratazana e o camundongo parecem estar mais restritos aos povoados e vilas.

Como fatores adversos à fauna, são indicados: proliferação de espécies exóticas animais e vegetais; degradação de habitats pelo avanço das construções nas encostas e costões rochosos; caça e captura; rede elétrica, que tem eletrocutado diversos animais.

Algumas das principais questões relativas à conservação da biodiversidade foram evidenciadas e avaliadas durante os dias em campo, justificando os claros desafios elencados para a conservação no PEIG. Uma ocupação desordenada de turistas, que desembarcam a todo o momento sem qualquer controle; o consequente acúmulo de lixo, tanto aquele deixado nas praias quanto aquele que fica acumulado nas vilas, sem destinação apropriada; a inviabilidade de se tratar o esgoto, que fica a céu aberto, poluindo os corpos d'água; trilhas de acesso sem a devida manutenção; evidência de áreas ainda não recuperadas, de desmatamentos antigos e recentes; presença de espécies invasoras da flora e da fauna; pouco esclarecimento das pessoas das comunidades locais a respeito do papel e da importância do parque.

Num estudo sobre ameaças ambientais e diretrizes para conservação no PEIG (Alho et al, 2002), os autores concluem que a maior ameaça à biodiversidade local em suas unidades de paisagens é o turismo desorganizado e sem controle hoje em prática, com visitantes em número superior à capacidade de suporte na alta estação, a proliferação de hotéis, pousadas e acampamentos e o consequente esgoto a céu aberto, depósito de lixo e outras atividades prejudiciais à biodiversidade são as principais ameaças.

1.2 Aspectos Sociais

Angra dos Reis é o município sede da Ilha Grande, e também o mais diversificado economicamente. Sua economia gira uma receita de impostos bem representativa para a região, com recolhimentos derivados de atividade turística, petrolífera, de geração de energia nuclear, serviços e produção industrial.

Apesar de abrigar muitos empreendimentos turísticos no continente, como resorts, pousadas, restaurantes e marinas, sua principal atração é a Ilha Grande, conforme relatos de busca no Centro de Informações da Turisangra. Tanto o município como suas ilhas mantêm um fluxo de visitação turística e de veraneio intenso durante todo o ano.

Com uma geografia acentuada, abrigando serras e angras⁴, a ocupação do município é dispersa, protegendo Unidades de Conservação, comunidades caiçaras, pesqueiras, índios e quilombolas.

Em relação a Ilha Grande, a prefeitura de Angra dos Reis mantém duas instituições mais envolvidas com o seu cotidiano e gestão, a Subprefeitura local e a Turisangra. Estas representações públicas apresentam maior interação com o cotidiano na Ilha, a Subprefeitura responsável pelos serviços públicos urbanos, e a Turisangra atuando em relação à gestão turística de fomento e organização. Em relação à dinâmica turística que envolve a Ilha, Angra mantém dois cais principais de onde se organizam os passeios da Ilha, um no próprio Abraão, e outro no centro da cidade, o Cais Santa Luísa, onde operam agências de turismo do continente. Porém, muitos resorts e outros operadores

⁴ Pequenas baías e enseadas

espalhados pelo município oferecem passeios para a Ilha Grande, sendo o município o principal destino de partida para a Ilha.

1.2.1 Educação

Quanto à oferta de educação pública na Ilha, o Governo do Estado mantém dois Colégios de Ensino Médio, um na Vila do Abraão (CE Brigadeiro Nóbrega) e outro em Provetá (CE Pedro Soares) que atendem toda a Ilha, com acesso por mar através do serviço de Barco Escola que funciona diariamente conduzindo alunos e professores entre as comunidades. Já o Governo Municipal mantém Escolas em toda a Ilha, algumas oferecendo Educação Infantil e Ensino Fundamental Primeiro Ciclo (1º ao 5º ano), e outras oferecendo também o Segundo Ciclo (6º ao 9º ano). Os Colégios Estaduais dividem o prédio com as Escolas do Abraão e de Provetá. Como as escolas e colégios não se distribuem na totalidade das comunidades, tanto a Prefeitura como o Estado mantêm contratos de transporte com barcos que fazem diariamente o deslocamento de alunos entre as praias e as escolas onde ocorrem o Ensino Fundamental do Segundo Ciclo e o Ensino Médio.

Apenas na Vila do Abraão existe oferta particular de educação com escolas de educação infantil e pequenas creches particulares.

TABELA 2. RELAÇÃO DE ESCOLAS E COLÉGIOS DE ILHA GRANDE

Escola / Colégio	Educação Infantil	Ensino Fundamental 1º Segmento	Ensino Fundamental 2º Segmento	Ensino Médio
Escola Municipal Brigadeiro Nóbrega Vila do Abraão	X	X	X	
Escola Municipal Sylvestre Travassos Araçatiba	X	X	X	
Escola Municipal Ayrton Sena Praia Vermelha	X	X		
Escola Municipal Pedro Soares Provetá	X	X	X	
Escola Municipal Brasil dos Reis Matariz	X	X		
Escola Municipal Thomaz Henrique Mac Cormick Longa	X	X		

Centro de Educação de Horário Integral Monsenhor Pinto de Carvalho Saco do Céu	X	X		
Colégio Estadual Brigadeiro Nóbrega Vila do Abraão				X
Colégio Estadual Pedro Soares Provetá				X

1.2.2 Saúde

Quanto à oferta de equipamentos públicos de saúde, apenas a prefeitura de Angra dos Reis, através da Secretaria Municipal de Saúde, mantém o serviço público na Ilha, sendo três módulos do Programa de Saúde Familiar – PSA (Araçatiba, Enseada das Estrelas e Provetá) e um Serviço de Pronto Atendimento – SPA na Vila do Abraão. Poucas comunidades contam com Agentes de Saúde. De maneira pontual, algumas comunidades recebem visita de programa de extensão universitária em saúde, porém sem rotina e sem o acompanhamento das famílias e oferta de serviços.

Segundo relatos de moradores, as estruturas não são suficientes para o atendimento da população residente, com agravamento em período de alta temporada turística (dezembro a março). A oferta de médicos regulares nos PSF tem sido a maior reclamação das comunidades onde se encontram estes postos, sendo a ausência de médicos o principal problema relatado.

Todos os serviços de saúde que não são prestados na Ilha Grande ocorrem em Angra dos Reis, e a Capitania dos Portos é responsável por disponibilizar transporte em casos de emergência entre a Ilha e o continente.

1.2.3 Segurança

Em relação à segurança pública na Ilha, apenas a Vila do Abraão conta com destacamentos da Polícia Militar e da Polícia Florestal, porém insuficiente para lidar com os problemas locais e com o aumento de ocorrências durante a temporada turística. Em outras praias a vigilância é pontual, em geral realizada em períodos de sobrecarga turística ou de denúncias.

Para maiores informações sobre a oferta de serviços públicos no entorno da Ilha Grande, consultar o Plano de Manejo do PEIG (INEA, 2011).

1.2.4 Perfil da Ocupação na Ilha Grande

A caracterização de vilas marca a maioria das praias da Ilha Grande aonde se encontram as comunidades. Entretanto, nem todas estas praias chegam a abrigar uma área minimamente urbanizada para considerar uma vila, apresentando apenas residências dispersas geograficamente. Aquelas consideradas vilas, concentrando uma população acima de 100 moradores são apenas 11,

segundo Censo IBGE 2010⁵: Dois Rios, Provetá, Praia Vermelha, Praia Grande de Araçatiba, Praia da Longa, Sítio Forte, Matariz, Bananal, Enseada das Estrelas, Vila do Abraão e Enseada das Palmas. Outras 7 (sete) áreas apresentam uma população menor e mais dispersa geograficamente.

FIGURA 2. POPULAÇÃO DE ILHA GRANDE. FONTE: SUSTENTABILIDADE E ORDENAMENTO TURÍSTICO (SOT) – PRODUTO 3, 2013

População Fixa - ILHA GRANDE			
Bairro	Ano	Censo IBGE 2000	Projeção feita pelo PGRS em 2006 (Plano de Gestão de Resíduos Sólidos)
			Censo IBGE Setores (2010)
Lopes Mendes		0	0
Dois Rios		115	141
Parnaíoca		5	6
Aventureiro		95	117
Provetá		1.234	1.517
Praia Vermelha da Ilha Grande		0	0
Araçatiba		290	356
Praia da Longa		125	154
Enseada do Sítio Forte		396	487
Matariz		0	0
Bananal		292	359
Freguesia de Santana		0	0
Enseada das Estrelas (Saco do Céu)		424	521
Abraãozinho		0	0
Guaxuma (Japariz)		0	0
Vila do Abraão		1.481	1.821
Enseada das Palmas		54	66
Ponta dos Catelhanos		0	0
TOTAL		4.511	5.545
			5.021

Entre as vilas de maior população e maior influência sobre a dinâmica socioeconômica da Ilha Grande destacam-se 5 (cinco): a Vila do Abraão, Provetá, Enseada das Estrelas, Araçatiba e Matariz. Destas, Provetá não tem sua economia influenciada pelo turismo, se caracterizando como uma vila de pescadores, com forte influência cultural e religiosa da Assembleia de Deus, igreja evangélica, e Matariz também mantém uma comunidade de pesca e pouca atividade turística. O turismo é a atividade principal da maioria das praias/comunidades, influenciando o crescimento dos povoados e

⁵ Apesar de se constituir como uma vila, o Aventureiro não entrou nessa contagem por apresentar menos de 100 habitantes no Censo de 2010.

gerando renda para a maioria de seus moradores. Apenas Provetá e Praia da Longa não apresentam receptivo turístico organizado como ocorre nas outras comunidades da Ilha, e a visitação de veraneio ou turística é pontual e esporádica nestes locais.

A Vila do Abraão se destaca em relação ao número de moradores e de estruturas turísticas, com um receptivo consolidado, um sistema regular de transporte entre o continente e oferta de muitos passeios náuticos e outras atividades turísticas, o que não ocorre com esta dinâmica em outras comunidades da Ilha. Por isso, é no Abraão que se encontra o maior número de moradores, pousadas, instituições não governamentais, atividades culturais, infraestrutura urbana e os conflitos relacionados ao desenvolvimento turístico e dos principais programas dedicados à Ilha Grande.

Outras comunidades como Araçatiba, Bananal, Enseada das Estrelas, Aventureiro e Palmas também apresentam desenvolvimento turístico, com pousadas, campings e restaurantes funcionando na baixa e na alta temporada, oferecendo trabalho e renda para as populações locais, porém, menos dinâmico da realidade observada em Abraão. Praias como Vermelha, Matariz, Enseada do Sítio Forte, Maguariqueçaba e Japariz, também abrigam alguns estabelecimentos turísticos, porém não oferecem emprego e renda para toda sua população residente, e o movimento turístico ocorre a partir de outros centros receptivos.

1.3 Planos e Legislações

A Ilha Grande sempre apresentou projetos e programas de desenvolvimento especialmente dedicados a ela, o que vem ocorrendo desde a desativação do presídio da Vila Dois Rios e da criação de UC na Ilha. A partir daí, foi crescente a dedicação de projetos associados ao desenvolvimento turístico da Ilha, sejam disciplinando sua ocupação e seus empreendimentos, seja fomentando determinados modelos de desenvolvimento ou a participação das comunidades no incremento turístico.

A complexidade de legislações que incidem sobre a Ilha, envolve zoneamentos e planos de manejo de quatro UC e leis municipais atrelados ao Plano Diretor de Angra dos Reis, que implicam também em códigos de postura e indicações de limites para implementação de projetos de desenvolvimento, tendo como destaque a manutenção do modo de vida caçara ainda presente na Ilha Grande. Desta forma, muitos planos e programas dedicados à Ilha devem se adequar ao conjunto de regras determinadas, o que muitas vezes não acontece, implicando na não realização desses planos.

A lista que se segue busca descrever de forma sucinta, um conjunto de normas e legislações que procuram disciplinar programas e projetos para a Ilha, e que são incluídas aqui porque orientam e induzem as ações do desenvolvimento local.

1.3.1 Lei de Diretrizes Territoriais para a Ilha Grande

Como parte do Plano Diretor Municipal de Angra dos Reis, a Lei de Diretrizes Territoriais para a Ilha Grande, instituída em 23 de janeiro de 2009, dispõe sobre o uso sustentável dos recursos ambientais da Ilha Grande, objetivando seu planejamento e gestão territorial. É uma lei que disciplina a ocupação e os empreendimentos turísticos para a Ilha Grande, porém sua implementação depende da criação de diversas diretrizes a serem expressas por outros planos e leis municipais, a maioria deles ainda sem elaboração, como o Plano de Turismo da Ilha Grande ou o Sistema de Planejamento e Gestão Territorial da Ilha Grande.

Essa lei municipal impõe um conjunto de regras para o desenvolvimento turístico na Ilha, limitando qualquer grande empreendimento e indica que seu desenvolvimento deve estar em conformidade com o desenvolvimento socioeconômico das comunidades tradicionais. Estabelece ainda a margem de desenvolvimento dos negócios turísticos e seus impactos na Ilha, incluindo monitoramento e controle participativos. Por impor limites para a exploração turística em toda Ilha Grande, a lei acaba por estabelecer os limites de planejamento e implementação de novos empreendimentos.

Um tema transversal à lei é a necessidade de envolvimento da população local, salvaguardando as características das comunidades caiçaras e pesqueiras e indicando sua participação como condição ao desenvolvimento territorial de toda a Ilha. A lei destaca ainda a importância da relação com os Plano de Manejo das UC, e ressalta a necessidade de melhorias ambientais nos programas dedicados ao desenvolvimento local.

Entre outras coisas, a lei versa sobre questões ambientais; sobre o zoneamento; o turismo; as diretrizes dos núcleos populacionais; as zonas especiais de interesse socioambiental; o uso e ocupação do solo; a infraestrutura; a mobilidade e os transportes; e, a pesca e demais atividades de subsistência.

Em relação ao PEIG, por ser uma lei que incide sobre o desenvolvimento no entorno direto do Parque, ela caracteriza as possibilidades de ampliação e renovação dos empreendimentos que estejam associados aos programas do Parque, por este depender do desenvolvimento do entorno para incrementar a visitação em seus limites. Sendo uma lei municipal, todo empreendimento que deverá buscar licenciamento em Angra dos Reis deverá seguir esta lei e se enquadrar nas suas normas e diretrizes.

Do ponto de vista socioeconômico, a Lei deixa clara a intensão de fortalecer e manter o modo de vida caiçara, considerando esta característica importante para a preservação da Ilha Grande. Desta forma, a lei indica uma série de regras e critérios que impõe que novos empreendimentos devem se adequar ao modelo de ocupação existente, de baixo impacto e associados ao perfil cultural da Ilha.

1.3.2 Planos de Manejo das Unidades de Conservação

Por abrigar 4 UC, todo o território da Ilha Grande também tem suas atividades disciplinadas pelos Planos de Manejo correspondentes. Por isso, todas as atividades desenvolvidas e dedicadas à Ilha devem também se orientar pelos limites determinados pelo zoneamento das UC e pelos seus respectivos Planos de Manejo.

Atualmente dois Planos de Manejo apresentam maior importância no desenvolvimento da Ilha, o Plano de Manejo do PEIG e da APA de Tamoios, por estes envolverem as atividades turísticas principais e se sobreporem a grande maioria das comunidades locais. A Vila do Aventureiro está fora destes Planos, por ser uma UC criada recentemente e não ter o seu Plano estabelecido, assim como a REBIO da Praia do Sul e do Leste.

Em paralelo aos Planos de Manejo, os Conselhos das UC se tornam importantes espaços de participação social e de decisão sobre os programas dedicados à Ilha Grande, sendo o Conselho do PEIG o espaço de maior participação e construção dos planos e programas da Ilha Grande. Este é o único conselho constituído que apresenta reuniões frequentes, em que são apresentadas e discutidas as ações dedicadas à Ilha. Apesar da APA de Tamoios apresentar uma sobreposição à

todas as comunidades da Ilha, não é frequente a participação local no seu conselho, que envolve também todas as outras ilhas de Angra dos Reis e se reúne na sede do município.

Considerando que os Conselhos se dedicam a participar do manejo e da gestão do território da Ilha Grande, sua influência sobre programas dedicados ao PEIG é uma forma de envolver as comunidades e instituições locais na tomada de decisões. As reuniões do PEIG vêm se constituindo como um importante espaço de apresentação de novos programas de relacionamento com lideranças locais. Como as reuniões ocorrem apenas na Vila do Abraão, a participação de representações de outras comunidades é muito esporádica, não possibilitando um maior alcance e envolvimento de outros setores e segmentos sociais da Ilha Grande.

1.3.3 Grupo de Trabalho da Ilha Grande

Em 2014 a Prefeitura de Angra dos Reis criou o Grupo de Trabalho da Ilha Grande, composta por representações governamentais (município e estado), empresas e concessionárias atuantes na Ilha e da sociedade civil organizadas. Este Grupo foi criado com o objetivo de ser um espaço consultivo e deliberativo para discutir e encaminhar questões relacionadas ao dia a dia do desenvolvimento da Ilha Grande. Deve ser também um espaço de construção de parcerias e resolução de conflitos locais.

Recentemente a coordenação do GT, que antes era da Subprefeitura da Ilha Grande, passou para a Turisangra, tendo sido formado um calendário fixo de reuniões (sempre na primeira terça-feira de cada mês) e a criação de um ambiente virtual para troca de informes entre seus representantes (www.angra.rj.gov.br/turisangra). Como a Turisangra é o ente municipal responsável pelo fomento e promoção do turismo no município, a participação da Turisangra na coordenação deste conselho coloca o tema do turismo como central nas ações de fomento e organização da atividade na Ilha.

As reuniões do GT tem sido um importante espaço para que a sociedade civil encaminhe questões para o poder público municipal, em que muitas situações de conflitos que envolvem concessionárias ou atividades públicas podem ser debatidas entre as partes. Apesar de ser um espaço de participação paritário, a representação social da Ilha Grande não envolve todas as comunidades, com um destaque maior para associações e instituições da Vila do Abraão. Por isso, muitos assuntos que envolvem a Ilha Grande, para além das fronteiras do Abraão, não tem sido tratados neste Grupo, que tem se limitado a debater assuntos mais relacionados ao cotidiano do Abraão.

Em relação ao PEIG, o GT apresenta representações semelhantes ao Conselho do Parque, e muitas das questões que envolvem ações e programas no entorno direto do PEIG passam por este Grupo. Desta forma, a influência do GT na definição de políticas e projetos para a Ilha, seja apenas no âmbito municipal, acabam por gerar influência no desenvolvimento turístico de toda a Ilha, o que incide sobre a relação do Parque com as comunidades e atividades de seu entorno.

1.4 Projetos e Programas locais atual

Pela complexidade das questões socioeconômicas dos segmentos sociais, muitos programas não passaram da sua produção⁶, não tendo sido implementados ou seguidos adiante. Em paralelo a este

⁶ Um importante exemplo de programa dedicado à Ilha Grande que não teve nem a sua formatação concluída foi protagonizado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, o “Programa de Promoção do Turismo Inclusivo da Ilha Grande”. Este programa apresentava diversas áreas de ação e envolvia desde obras de saneamento e implementação de infraestrutura turística, à construção de uma capacidade de suporte desenvolvida com a participação comunitária. O BNDES pretendia desenvolver uma experiência de fomento ao Turismo Inclusivo, o que gerou

cenário, a Ilha Grande sempre vivenciou conflitos de interesses de ocupação e de zoneamento, tanto relacionados à legislação estabelecida no âmbito municipal, como pela criação, ampliação e desafetação de UC e seus Planos de Manejo. Desta forma, por envolver sempre muitos conflitos de interesse, os programas de desenvolvimento da Ilha Grande nem sempre são implementados, ou mesmo acordados entre as partes, e por isso a maioria das ações em implementação são pontuais, realizadas por instituições governamentais e não governamentais, porém, sem que impacte na Ilha como um todo.

Atualmente a Ilha Grande recebe diferentes ações e projetos realizados por instituições públicas, não governamentais e patrocínios empresariais. São ações voltadas a geração de emprego e renda, fomento do turismo, conservação ambiental, valorização da cultura e memória da Ilha, formação profissional e comunicação comunitária. Estas ações estão espalhadas por toda a Ilha, sendo realizadas por instituições locais e externas.

Muitas das ações realizadas são pontuais, organizadas em torno de uma parceria ou patrocínio, representando um projeto temporário. Outras compõem políticas públicas mais duradouras, envolvendo programas de universidades e de instituições governamentais. Parte dos projetos são desenvolvidos na região da Baía da Ilha Grande, envolvendo algumas comunidades e parcerias na Ilha, outros são direcionados especificamente para a Ilha, envolvendo parcerias locais.

A lista a seguir apresenta os projetos e ações, descreve seus objetivos, instituições envolvidas e suas relações com o PEIG. Todas as descrições descrevem a instituição executora, os objetivos do projeto, as parcerias e sua relação/influência com o Parque.

1.4.1 CEADS – Centro de Estudos Ambientais e Desenvolvimento Sustentável

O CEADS é um centro de pesquisas implementado pela UERJ na Ilha Grande para o desenvolvimento de estudos orientados ao desenvolvimento sustentável. Como um centro de estudos, envolve diversas áreas de pesquisa e ensino da Universidade. A instalação do CEADS se deu em 1994, após a desativação e demolição do antigo presídio da Ilha Grande, quando a UERJ recebeu do Governo do Estado uma concessão de uso da Vila Dois Rios para construção do centro de estudos. Desde então, o CEADS passou a se responsabilizar pela gestão da vila e das atividades da UERJ na Ilha.

Nos últimos 20 anos o CEADS vem hospedando pesquisas de diferentes núcleos da UERJ e de outras universidades, públicas e privadas, através de convênios e parcerias. São centenas de pesquisa já realizadas, desde pesquisas das ciências biológicas, marinhas, física até as ciências sociais. São estudo direcionados à cultura e memória local, à história da Ilha Grande, à fauna e flora presente na Ilha e projetos de pesquisas implementados em todo o mundo, tendo a Ilha Grande como um ponto de coleta de dados. Além das pesquisas, alguns projetos de extensão da Universidade também se desenvolvem a partir do CEADS, dedicando ações de saúde, educação e geração de emprego e renda para a Ilha Grande.

Com o desenvolvimento de pesquisas do CEADS na Ilha, o PEIG está entre as Unidades de Conservação mais pesquisadas do país, com um rico acervo de estudos sobre os mais diferentes aspectos sociais e ambientais da região do Parque e seu entorno direto. Como o CEADS e a Vila Dois

desacordo com setores sociais de Angra e outros interesses de desenvolvimento turístico na Ilha. Com a mudança de presidência do Banco em 2004 o projeto foi abandonado sem que tivesse sua construção finalizada. Mais sobre o programa em <http://www.ivt-rj.net/ivt/indice.aspx?pag=n&id=6857&cat=%C2%A0&ws=0>.

Rios estão completamente inseridos dentro do Parque, o INEA divide a gestão da vila com a UERJ e também com a Prefeitura, por se tratar de uma área urbanizada, com uma pequena população residente e alguns serviços públicos disponíveis, como energia elétrica, recolhimento de lixo e uma pequena escola para alfabetização de crianças.

1.4.2 ECOMUSEU da Ilha Grande

O Ecomuseu da Ilha Grande é também um projeto desenvolvido pela UERJ, sendo coordenado pelo seu Departamento de Cultura. Tem como objetivo pesquisar, preservar e difundir conhecimentos sobre o meio ambiente, a história e a memória da Ilha Grande. Entre suas ações busca identificar o patrimônio material e imaterial locais, transformando a Ilha Grande em um grande museu vivo.

É um projeto permanente, que mantém um Museu do Cárcere nas ruínas do antigo presídio da Ilha Grande; um Museu do Meio Ambiente, com exposições sobre a natureza e as culturas da Ilha; um Centro Multimídia; e, um Parque Botânico onde funcionava o pátio interno do presídio, resguardando espécies da flora encontradas em toda a Ilha.

Através de pesquisas, a equipe do Ecomuseu coleciona há alguns anos acervos de imagens da Ilha Grande, antigos arquivos da memória local, além de entrevistar e registrar histórias de antigos moradores. O resultado das pesquisas vem orientando ações pontuais, pequenos cursos para as comunidades da Ilha, e exposições nas áreas de visitação da Vila Dois Rios.

Com as instalações na Vila Dois Rios, o Ecomuseu vem se tornando um importante atrativo turístico e de educação dentro do PEIG. As visitas ao Ecomuseu são diárias e contribuem para a visitação na Vila.

1.4.3 Site Ilha Grande Humanidades

Outro projeto desenvolvido pela UERJ e direcionado para a Ilha é o site “Ilha Grande Humanidades”, um projeto de pesquisa e distribuição de conteúdo elaborado pelo Instituto de Ciências Sociais com o objetivo de criar um banco de dados online de toda produção social já realizada sobre a Ilha Grande. Como um banco de dados aberto, o site pretende catalogar e disponibilizar pesquisas, bibliografias, conteúdos acadêmicos, livros, vídeos documentários, filmes, músicas e literatura que tenha a Ilha Grande como referência.

É um projeto apoiado pela Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro – FAPERJ, coordenado pela antropóloga Rosane Manhães Prado. O site ainda em elaboração deverá ser lançado ainda no primeiro semestre de 2016, e pretende manter atualizado o acervo de produções da Ilha Grande, como jornais da Ilha Grande e outros materiais que poderão ser encaminhados pela população e instituições locais.

1.4.4 Projetos de Aquicultura e Maricultura

Toda a região da Baía da Ilha Grande vem desenvolvendo, a aproximadamente 20 anos, a maricultura, a aquicultura e a criação de algas marinhas para produção de biocombustível. Este movimento tem sido realizado por secretarias municipais, por fundações estaduais, organizações não governamentais e empresários locais, que vem desenvolvendo pesquisas e experiências de adequação das produções em toda a região para identificar as espécies possíveis de serem desenvolvidas e comercializadas regionalmente.

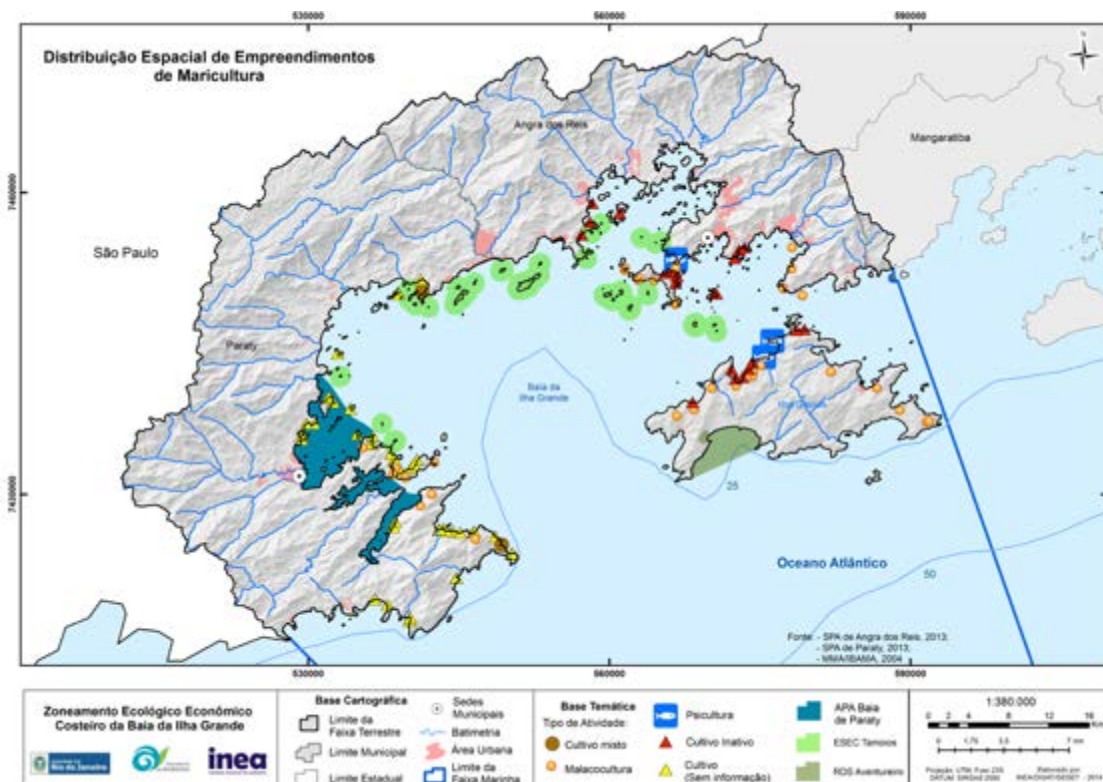
Algumas secretarias municipais, como de Angra dos Reis e Paraty, desenvolveram programas de governo para o fomento à aquicultura, apoiando pequenos e médios empresários locais. Estes programas vêm recebendo apoio técnico da Fundação Instituto de Pesca do Estado do Rio de Janeiro – FIPERJ e do Ministério da Pesca e das Ciências e Tecnologias. Entre os cultivos e criações mais representativos na Ilha Grande se destacam o mexilhão, as Vieiras, o bijupirá e mais recentemente as algas marinhas.

Instituições como o Instituto de Ecodesenvolvimento da Baía da Ilha Grande – IED-BIG foram criadas para fomentar o cultivo do molusco bivalve na Baía da Ilha Grande, pesquisando e fomentando o cultivo do *Coquille Saint-Jacques*, mais conhecido como “Vieiras”, em comunidades de toda a baía e também na Ilha Grande. O IED-BIG vem atuando em parceria com universidades (UERJ, UFF), ministérios (MMA, MCTI), prefeituras (Angra e Paraty), fundações estaduais (FIPERJ), comunidades e empreendedores locais. Foi possível através do patrocínio da Petrobras através de apoio do CENPES e da Transpetro. Ao longo dos últimos 20 anos, o IED-BIG vem realizando parcerias com outras universidades e instituições, ampliando os projetos de aquicultura na Baía da Ilha Grande.

Ainda na década de 90, através do Projeto Desenvolvimento Sustentado da Ilha Grande, o cultivo de vieiras se expandiu na Ilha, com mais de 23 parques de cultivo de mexilhões instalados para moradores locais. Atualmente alguns destes parques continuam a produzir e gerar renda para moradores da Ilha, se desdobrando em outros projetos de maricultura e aquicultura. Atualmente, vários pequenos empreendimentos de maricultura e aquicultura são desenvolvidos na Ilha, e a introdução do cultivo do peixe Bijupirá vem se demonstrando uma alternativa na costa da Ilha Grande. Em paralelo aos investimentos na produção, alguns cursos têm sido disponibilizados para as comunidades da Ilha Grande, como forma de fomentar a produção e ampliar a atividade como uma alternativa de renda para a população da Ilha, como ocorre no Bananal a partir de empreendedores locais.

Como as atividades de maricultura da Ilha Grande são desenvolvidas no seu lado continental, não apresenta relação direta com o PEIG, não representando uma alternativa turística nem econômica relacionada diretamente com o Parque e sua gestão. Porém, por ser uma atividade econômica sustentável, sua ampliação representa uma alternativa de renda para as comunidades locais de baixo impacto na Ilha Grande, e conseqüentemente no Parque.

FIGURA 3. MAPA DE DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DE EMPREENDIMENTOS DE MARICULTURA NA ILHA GRANDE.
FONTE: MMA/ IBAMA (2004); SECRETARIA DE PESCA DE ANGRA DOS REIS E PARATY (INEA, 2015)



1.4.5 Projeto Juventude Protagonista da Ilha Grande – Voz Nativa

Desde 2014 a ONG Associação Civil Alternativa Terrazul vem desenvolvendo em toda a Ilha Grande um projeto de formação profissional em turismo, meio ambiente e comunicação comunitária com os moradores da Ilha. O projeto, além de oferecer cursos gratuitos para todos os moradores, edita um jornal comunitário, chamado de Voz Nativa, e elabora de forma colaborativa livros que valorizam a cultura caiçara e a memória dos antigos moradores da Ilha. Como o Voz Nativa atua em toda a Ilha, anualmente é realizado um evento que promove o encontro de jovens das diversas comunidades locais. Nestes encontros são realizadas oficinas e atividades participativas com o intuito de promover maior relacionamento entre os jovens e moradores da Ilha.

O projeto, que mantém uma sede na Vila do Abraão, é realizado em parceria com o PEIG, com as escolas e colégios de toda a Ilha, além de vários apoiadores locais, como associações de moradores, pousadas, agências de passeio náutico e lideranças comunitárias. É um projeto realizado com patrocínio do Edital Petrobras Socioambiental, e visa promover maior participação da comunidade jovem e nativa da Ilha Grande em programas de desenvolvimento turístico, fortalecendo e apoiando o empreendedorismo local.

Com a parceria realizada junto ao PEIG, algumas ações do projeto são realizadas na sede do Parque e buscam fortalecer a preservação ambiental e o conhecimento das comunidades da Ilha sobre as UC da Ilha Grande. Alguns cursos são realizados e oferecidos em parceria entre Voz Nativa e PEIG, com aulas realizadas pela chefia do Parque e na sua sede.

O Voz Nativa, por fomentar um projeto de Turismo de Base Comunitária, pode contribuir para a conservação da Ilha Grande, incluindo em seus cursos o componente Meio Ambiente e participação

social. Por atuar na oferta de cursos profissionalizantes e de fomento ao empreendedorismo local, o Voz Nativa tem sido procurado por empreendimentos locais para apoiar sua organização. Com isso, o projeto já auxiliou no processo de formação de uma cooperativa de taxiboat no Abraão, apoiou a organização das empresas de turismo náutico da Ilha, vem apoiando associações de moradores e se dispõe a apoiar a construção de outros empreendimentos locais protagonizados pela população residente⁷.

Já o Jornal Voz Nativa, vem se consolidando como um jornal étnico e comunitário, sendo editado a cada dois meses e montado a partir de matérias encaminhadas por jovens e moradores de toda Ilha Grande. Além de ser um informativo do projeto Voz Nativa, o jornal pretende valorizar a cultura tradicional da Ilha Grande, realizando matérias e entrevistas com moradores e resgatando as memórias da Ilha. Não se constitui como um jornal de notícias, mas de valorização da cultura caiçara. Desta forma, o jornal, que tem um formato de revista, tem se tornado um importante veículo de comunicação da população local.

1.4.6 Brigada Mirim Ecológica da Ilha Grande

A Brigada Mirim é uma ONG criada em 1989 por empresários e moradores da Ilha Grande, nascida com o objetivo de apoiar a preservação da Ilha através da sensibilização de moradores e turistas. Sempre atuou a partir da contratação de jovens entre 14 e 17 anos para trabalharem com educação ambiental e conservação nas diversas comunidades da Ilha. A participação dos jovens na Brigada ocorre através de estágios e vivências em projetos ecológicos, como criação de abelhas e no cultivo de mexilhões e de vieiras.

Por ser uma organização que atua a mais de 20 anos na Ilha, a Brigada já envolveu muitos jovens de todas as comunidades, tendo proporcionado cursos de línguas, biologia, educação ambiental, saúde e meio ambiente. Durante muitos anos os jovens trabalhavam com limpeza de praia e distribuição de folhetos educativos. Em parceria com o Parque chegou a realizar muitos reflorestamentos dentro e fora da área do PEIG, mantendo um pequeno horto na Vila do Abraão.

Recentemente a Brigada Mirim vem dedicando maiores investimentos no cultivo de vieiras e na produção de algas marinhas em toda a Ilha, tendo expandido o número de jovens Brigadistas em muitas comunidades locais.

E, relação ao PEIG, a Brigada não apresenta ação direta de parceria como no passado, porém trabalha na sensibilização de jovens e turistas, chamando atenção para as Unidades de Conservação da Ilha e para o manejo adequado de resíduos deixados nas praias⁸.

1.4.7 As Vermelhas

As Vermelhas é uma ONG formada por mulheres da Praia Vermelha com o objetivo de trabalhar com o desenvolvimento sustentável na Ilha Grande. Entre as atividades realizadas pelas Vermelhas, se destaca a coleta seletiva de resíduos da comunidade para a produção de artesanato, como forma de resolver o problema dos resíduos locais e gerar renda para as famílias da praia.

⁷ Mais informações sobre o Voz Nativa podem ser encontradas em seu blog (www.voznativa.eco.br) ou sua página no Facebook (Voz Nativa – Ilha Grande).

⁸ Mais informações sobre a Brigada Mirim podem ser encontradas em sua página (www.brigadamirim.org.br) ou na sua página do Facebook (Brigada Mirim Ecológica da Ilha Grande).

Formada a partir da união das mulheres das comunidades, As Vermelhas tem uma atuação participativa junto aos projetos de desenvolvimento da Ilha, com representantes em conselhos da Ilha Grande e em reuniões nos espaços públicos de participação em Angra dos Reis.

Apesar de haver uma aproximação de representantes das Vermelhas junto às reuniões que envolvem a gestão da Ilha Grande, a instituição não mantém presença nas reuniões do PEIG e não apresenta relação direta com a gestão do Parque. Entretanto, por ser uma instituição representativa da comunidade da Praia Vermelha, seu envolvimento em atividades de manejo do Parque seria importante para expandir a relação do Parque com esta área mais afastada da Vila do Abraão⁹.

1.4.8 Jornal O Eco

Com 16 anos de edições mensais na Ilha Grande, o Jornal O Eco, produzido na Vila do Abraão, se consolidou como um jornal informativo sobre as atividades e projetos dedicados à Ilha Grande, em especial a Vila do Abraão. Com um forte apelo crítico o jornal O Eco se tornou um importante veículo de denúncias e divulgação para os moradores da Ilha.

Mensalmente são distribuídos 5 mil jornais pela Ilha e em Angra dos Reis, com matérias encaminhadas por moradores, e colunas de instituições locais. O PEIG mantém um espaço para a divulgação de suas ações e informação¹⁰.

1.5 Programas Regionais

1.5.1 Fórum de Comunidades Tradicionais da Costa Verde

Criado para reunir as comunidades tradicionais dos municípios de Mangaratiba, Angra dos Reis, Paraty e Ubatuba, o Fórum de Comunidades Tradicionais da Costa Verde tem como objetivo promover a troca de experiências entre estas comunidades e suas lideranças, promovendo maior conhecimento sobre a realidade socioambiental entre elas e possibilitando um maior fortalecimento da representatividade destas comunidades junto as políticas públicas.

O Fórum, formado por comunidades indígenas, caiçaras e quilombolas, contou com apoio das prefeituras de Angra e Paraty para realizar seu primeiro encontro em 2015. O Encontro foi um momento para as comunidades se conhecerem, terem maior dimensão de sua existência na região e trocar experiências sobre Turismo de Base Comunitária e projetos de desenvolvimento. Neste encontro, algumas representações da Ilha Grande estiveram presentes a partir do apoio logístico e operacional da Turisangra e do projeto Voz Nativa, que promoveu a articulação das lideranças locais para a participação no evento e no Fórum.

O Fórum se reúne periodicamente para manter viva a troca de experiências e fortalecer as representações comunitárias. As reuniões costumam acontecer entre Paraty, Ubatuba e Angra dos Reis. Ainda não foi realizada nenhuma reunião na Ilha Grande, e o fórum ainda não apresenta relação direta com o PEIG.

⁹ Uma página foi criada no Facebook, porém sem atualização (As Vermelhas Dinâmicas Ambientais).

¹⁰ Mais informações sobre O Eco podem ser encontradas em sua página (<http://www.oecoilhagrande.com.br/>) ou sua página no Facebook (O Eco Jornal da Ilha Grande).

1.5.2 Projeto de Gestão Integrada do Ecossistema da Baía da Ilha Grande – Projeto BIG

A Organização das Nações Unidas para Alimentação e a Agricultura – FAO em parceria com a Secretaria de Estado do Ambiente - SEA desenvolveram um projeto para o monitoramento e a conservação ambiental da Baía da Ilha Grande. Por meio de consultorias e estudos específicos, o projeto prevê o monitoramento de impacto de grandes empreendimentos, o monitoramento ambiental de ecossistemas e a criação de um fórum de participação social para o gerenciamento integrado dos ecossistemas da região.

No âmbito da SEA, o INEA é responsável pela implementação do projeto, que conta com apoio financeiro do Fundo Mundial para o Meio Ambiente (Global Environmental Fund – GEF), envolvendo também as prefeituras da Costa Verde.

A partir do monitoramento de impactos nos ecossistemas, o projeto visa corrigir falhas na gestão ambiental e buscar soluções para as questões de conservação dos ambientes marinhos e terrestres. Em parcerias locais, o projeto se volta também ao fomento de atividades econômicas sustentáveis, que tenha na conservação ambiental a fonte de atividades como maricultura e aquicultura. Para isso, o fomento às atividades de aquicultura através de capacitação, apoio e desenvolvimento tecnológico é um dos caminhos para o envolvimento dos atores locais e do apoio às práticas sustentáveis.

Apesar do projeto não apresentar atividades diretamente ligadas ao PEIG, a atenção ao Mosaico Bocaina, do qual o PEIG faz parte é uma forma de contribuir para a qualidade ambiental dos ecossistemas da região. Ao mesmo tempo, participando do fomento de atividades econômicas sustentáveis na Ilha Grande, o projeto contribui para a redução de impactos sobre as áreas do PEIG.

1.5.3 Projeto de Ordenamento do Turismo Náutico de Angra dos Reis

Através de ações para a regulação do turismo náutico no município, a Fundação de Turismo de Angra dos Reis – Turisangra pretende disciplinar a atividade para impor limites e ordenar o setor. Para isso, está organizando uma série de ações para mapear e qualificar a atividade em toda a região, de modo a promover maior ordenamento das embarcações cadastradas no município e impedir que embarcações externas trabalhem sem que estejam certificadas.

Três ações centrais deverão reordenar o setor, a publicação de um decreto de cadastramento de todas as embarcações, para controle de quem pode oferecer serviços de turismo náutico e lazer; o levantamento da estrutura logística da atividade em todo o município, buscando sua legalização e melhorias; e a construção de um plano de ordenamento do turismo náutico, regulando a atividade para melhoria de sua qualidade e geração de emprego e receita para o município.

Por envolver embarcações também da Ilha Grande, o projeto pode regular a atividade do setor nas áreas do entorno e dentro dos limites do PEIG, contribuindo para um controle do aumento de passeios ofertados de forma irregular por embarcações de toda a região das Baías da Ilha Grande e de Sepetiba.

1.5.4 Eletrobras Eletronuclear

A Eletrobras Eletronuclear foi criada em 1997 para oferecer ao país uma base energética diferente das tradicionais hidroelétricas. Atualmente com três usinas instaladas em Angra dos Reis (Angra 1, 2 e 3), a Eletronuclear contribui para 30% da energia consumida no Estado do Rio de Janeiro. Por sua

característica de gerar energia através da fusão de urânio, a presença da Eletronuclear na região sempre foi considerada uma grande ameaça para o equilíbrio ecológico local, e também um risco para toda a população da Costa Verde.

Por se tratar de uma atividade de alto risco ambiental, a Eletronuclear precisou instalar diversos programas de responsabilidade e de condicionantes em toda a região, colocando a empresa como um ator importante no fomento de algumas políticas públicas ambientais e sociais. Os royalties repassados pela empresa para os municípios do entorno têm sido responsáveis por construção de casas populares, obras públicas e outras políticas públicas governamentais. Desta forma, as atividades da Eletronuclear têm fornecido recursos para as receitas municipais que vem ampliando a capacidade de operação dos governos, como estratégia de mitigação e condicionante de impactos.

Em paralelo, a Eletronuclear vem patrocinando projetos socioambientais de organizações não governamentais e comunidades em toda a região, como estratégia de responsabilidade social e marketing. Segundo informações disponibilizadas pela própria empresa, projetos de monitoramento ambiental; gerenciamento de resíduos, educação ambiental; aquicultura saúde; educação; inclusão social; cultura e patrimônio histórico; e, segurança pública tem sido as linhas de atuação com as comunidades e atores da região. Através de um edital aberto constantemente a empresa se dispõe a apoiar pequenos e grandes projetos socioambientais para a região, incluindo também a Ilha Grande na sua área de influência.

Atualmente, dois projetos ambientais patrocinados pela Eletronuclear se desenvolvem também na Ilha Grande, o Promontar, desenvolvido em parceria com a UERJ, que monitora a desova de tartarugas no Sul Fluminense; e o Pomar, em parceria com o IED-BIG no fomento à ampliação de fazendas marinhas em toda Baía da Ilha Grande. Outras ações pontuais de patrocínio já ocorreram em toda a Ilha, com investimentos em pequenos e grandes eventos ou ações pontuais de instituições locais.

1.5.5 Transpetro – Oleoduto ORBIG

Na região continental mais próxima da Ilha Grande está instalado o terminal aquaviário de Angra dos Reis, uma instalação da Transpetro que atenda à duas refinarias, de Duque de Caxias no Rio de Janeiro, e Gabriel Passos em Minas Gerais. Este terminal de carga e descarga de óleo combustível tanto atende a entrada de óleo das refinarias como a exportação de excedente nacional, operando constantemente a carga e descarga de grandes navios bem próximo da Ilha.

FIGURA 4. IMAGEM DO TERMINAL AQUAVIÁRIO DE ANGRA DOS REIS. FONTE: WWW.TRANSPETRO.COM.BR (ACESSADO EM 5 DE MARÇO 2016)



Por representar uma atividade com risco cotidiano de impactos ambientais, a Transpetro realiza diversas condicionantes e ações de responsabilidade social na região, como forma de mitigação dos riscos e compensação de eventos já ocorridos, como vazamentos de óleo em operações “*ship to ship*” na Baía da Ilha Grande.

Pelo tamanho das operações que se desenvolvem no terminal, a Transpetro repassa para os municípios da Costa Verde grandes quantias de royalties, que são usadas pelas prefeituras para manutenção de obras públicas, gestão de resíduos até o pagamento de servidores públicos. O repasse de royalties tem se tornado uma importante fonte de receitas das cidades locais, possibilitando diversos investimentos em políticas públicas.

Pela sua presença na região, a Transpetro patrocina também projetos de responsabilidade social, envolvendo geração de emprego e renda, educação, cidadania e conservação ambiental. Na Ilha Grande, já apoiou a Brigada Mirim Ecológica, o Projeto Pomar e outras ações e ventos pontuais.

1.5.6 BrasFELS

A BrasFELS é um estaleiro instalado em 2000 na cidade de Angra dos Reis com capacidade para reparos de embarcações de grande porte e construção de plataformas de exploração de petróleo. Considerado um dos maiores estaleiros da América Latina, a BrasFELS oferece um grande leque de serviços em Angra, desde a construção de plataformas, os reparos, melhorias e ampliações de grandes navios.

Por ser uma empresa de grande porte, apresenta um papel importante na geração de empregos e receita para o município, sendo também uma fonte importante de royalties para a região.

Entretanto, com a atual crise do petróleo, a empresa vem reduzindo suas atividades, antes direcionadas para a construção de equipamentos para a exploração do pré-sal.

Em sua política de responsabilidade social, a empresa realiza atividades de educação, saúde e segurança com seus funcionários e a população do entorno direto, com eventos em parceria com a prefeitura de Angra dos Reis.

FIGURA 5. IMAGEM DAS INSTALAÇÕES DA BRASFELS EM ANGRA DOS REIS. FONTE: BRASFELS (WWW.KEPPELOM.COM)



1.5.7 Porto de Itaguaí – Docas do Rio

Apesar de não se situar na Baía da Ilha Grande, o Porto de Itaguaí proporciona um grande movimento de grandes embarcações próximas à Ilha Grande, sendo um dos maiores portos brasileiros de movimentação de cargas. Pela sua localização estratégica, entre Rio e São Paulo, entre a Baía de Sepetiba e a Região Metropolitana do Rio de Janeiro, o Porto de Itaguaí pode representar ainda um aumento na sua operação, ampliando o tráfego de grandes navios na região, o que por sua vez é um risco à conservação ambiental da Ilha Grande e da atividade turística em toda a Costa Verde.

O porto é um dos principais polos de exportação de minério do país, representando também um importante ponto de embarque e desembarque de containers, se tornando um importante porto de importação e exportação do Mercosul. Sua localização estratégica pode permitir no longo prazo uma considerável ampliação de suas instalações e operações, por se aproximar de um grande distrito industrial do Rio de Janeiro e da Companhia Siderúrgica do Atlântico – CSA. A proximidade com o Arco Metropolitano, importante rodovia que liga a região ao Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro – COMPERJ, destaca este porto como uma importante via de escoamento e recepção de containers para a indústria do petróleo que pode se instalar na Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

FIGURA 6. IMAGEM DO PORTO DE ITAGUAÍ NA BAÍA DE SEPETIBA. FONTE: SITE DOCAS DO RIO (WWW.PORTOSRIO.GOV.BR/ITAGUAI/)



1.5.8 Companhia Siderúrgica do Atlântico – Thyssenkrupp CSA

Instalada em 2010 na Baía de Sepetiba, a CSA é um dos maiores complexos siderúrgicos do Brasil, com capacidade de produzir milhões de toneladas ano de placas de aço. Apesar da distância da Ilha Grande, a importância da CSA na região e o fomento à navegação de grandes embarcações nas Baías de Sepetiba e Ilha Grande colocam a CSA como uma empresa com alto risco de impactar os ecossistemas locais e a visitação turística na Costa Verde.

Sua posição estratégica, entre o Porto de Itaguaí e o COMPERJ (através do Arco Metropolitano), indica a possibilidade de crescimento de suas atividades, atraindo novos empreendimentos para sua região de entorno, o que pode representar um aumento significativo de grandes embarcações na região e atividades poluentes. Em associação ao Porto de Itaguaí, a CSA pode impulsionar o setor industrial no entorno da Baía de Sepetiba, o que pode ser um risco para a conservação dos ecossistemas marinhos e o turismo na Costa Verde.

1.6 Projetos e Programas de Desenvolvimento Local para o Futuro

A região da Costa Verde e a Ilha Grande são alvos constante de programas de desenvolvimento que tem como central o desenvolvimento sustentável e o turismo. Porém, pela diversidade de situações, conflitos, segmentos sociais e variáveis socioambientais, muitos dos programas e projetos acabam por não sair do papel, não gerando ações efetivas ou implementando investimentos.

Parte dos projetos de desenvolvimento para a região estão impressos em planos elaborados no âmbito do Governo do Estado e dos municípios da Costa Verde. Estes planos buscam orientar novos empreendimentos, consolidar ações em curso, propor modelos de gestão territorial e ordenar o desenvolvimento.

Atualmente quatro ações estão direcionadas para a área do PEIG e seu entorno direto, e destacadas neste estudo: 1) *O projeto Ilha Grande Sustentável*; 2) *O Prodetur para a Ilha Grande*; 3) *a construção do Zoneamento Ecológico-Econômico Costeiro da Baía da Ilha Grande*; e, 4) *a construção do Plano Municipal de Turismo de Angra dos Reis, ainda em elaboração*. Estes planos juntos implicam em uma

reestruturação do desenvolvimento da Ilha Grande e de seu entorno direto, o que deverá alterar o modelo de gestão do PEIG, o ambiente de desenvolvimento turístico na Ilha Grande, e o modelo de desenvolvimento turístico da Costa Verde.

1.6.1 Ilha Grande Sustentável

Diretamente relacionado à gestão do PEIG, o Ilha Grande Sustentável, elaborado por uma consultoria especializada contratada pelo INEA em 2014 (Socioambiental – Consultores Associados), foi construído para disponibilizar um sistema de ordenamento turístico sustentável na Ilha Grande. Com o objetivo de implementar um modelo de manejo dos recursos naturais e das atividades turísticas o “SOT”, como foi chamado o Sistema de Ordenamento Territorial da Ilha Grande, previa uma série de modelos para a participação social, pública e privada para a gestão do PEIG e das atividades turísticas da Ilha Grande.

Entre várias propostas construídas pelo projeto, o plano prevê a indicação de limites para as atividades turísticas; elabora um conjunto de indicadores de qualidade ambiental e de qualidade das atividades turísticas e da experiência dos visitantes; e propõe normas e métodos para o controle das atividades turísticas de forma que se tenha como critério de manejo o monitoramento de impactos ambientais e sociais para a definição de limites e respostas de gestão.

O projeto desenvolveu também um desenho de governança institucional que envolve as instituições locais e as comunidades de forma integrada, possibilitando que o desenvolvimento turístico seja monitorado pelos atores locais. Para isso, foi formado um sistema de controle de visitantes que prevê a estrutura necessária para a gestão, a captação de recursos e os investimentos do monitoramento do projeto. Todo o projeto foi estruturado para a gestão sustentável e participativa das UC da Ilha Grande, prevendo assim que o SOT possa gerar recursos para a sustentabilidade financeira destas UC.

Um desenho de Comissão de Acompanhamento do Projeto buscou envolver as instituições e comunidades da Ilha, como forma de promover uma gestão integrada do plano. Em síntese, o SOT propõe um conjunto de métodos de monitoramento dos impactos e das experiências de turismo na Ilha Grande para melhor ordenar cada atividade, buscando assim a sustentabilidade do turismo na Ilha Grande. Cria um sistema de gestão que além de captar recursos com a visitação da Ilha, disponibiliza uma estrutura de gestão e monitoramento para a tomada de decisões participativas.

Além de propor, de forma individualizada para cada comunidade e atrativo da Ilha, um modelo de capacidade de suporte, o projeto prevê um sistema de monitoramento e controle dessa capacidade de suporte envolvendo o acompanhamento dos impactos ambientais de cada atrativo; o levantamento da experiência dos visitantes; um ordenamento da visitação e da logística associada à cada atrativo; uma gestão da demanda turística; a criação e promoção de um *Trade* Turístico mais organizado; e, a garantia de que os serviços públicos associados ao turismo, como saneamento, energia, e distribuição de água possam oferecer qualidade de experiências para os visitantes e moradores.

Todo o projeto foi construído pela consultoria Socioambiental e em alguns momentos foram realizadas consultas públicas para a formação da Comissão de Acompanhamento e envolvimento dos atores locais no desenho do projeto. Por ter sido elaborado pelo INEA e para as UC da Ilha Grande, o projeto apresenta critérios direcionados à realidade local, podendo ser atualizado a partir de

consultas aos atores locais e contribuir para o desenho de um modelo de gestão do PEIG e implementação de seu Plano de Manejo¹¹.

No que diz respeito ao processo de implantação de uma PPP para gestão do PEIG, o aproveitamento dos estudos e resultados do SOT é fundamental para um bom planejamento, adaptações e aperfeiçoamentos no que diz respeito ao processo de monitoramento e ordenamento da visitação na Ilha Grande e consequentemente no PEIG.

1.6.2 Prodetur Ilha Grande

O Programa Nacional de Desenvolvimento do Turismo – Prodetur – destinado para a Ilha Grande é parte de um grande projeto para o Rio de Janeiro, que envolve um Polo Litorâneo e um Polo Serrano. A Ilha Grande está incluída no componente que dedica investimentos à Costa Verde, envolvendo Angra dos Reis, Mangaratiba e Paraty. Por estar inserido em um programa mais amplo, a Ilha Grande é um dos destinos que o Governo do Estado entende como estratégico para o incremento da visitação turística no estado, diversificando os destinos turísticos e integrando o turismo da capital com outros destinos dos arredores.

O Prodetur no Rio é parte de um convênio entre o Governo Estadual e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, e prevê um montante de US\$ 187 milhões em investimentos em todo o estado. Para a Ilha Grande, o anunciado, é de investimento em torno de R\$ 27 milhões, dedicados a obras de saneamento, dragagem e urbanização na Vila do Abraão. Estas ações buscam integrar e padronizar a recepção turística no Estado, com investimentos dedicados à estruturas como saneamento e urbanização, mas também em mobiliários urbanos, sistemas de emplacamento, iluminação pública e paisagismo.

Na Ilha Grande o projeto prevê a construção de um novo sistema de abastecimento de água e saneamento, além de reorganizar a pavimentação, a drenagem, a arborização, a iluminação pública, a sinalização turística, a instalação de mobiliários urbanos, novas pontes e decks. O projeto apresenta também uma ligação com os estudos de capacidade de suporte realizados pelo INEA e pela Socioambiental no projeto Ilha Grande Sustentável, sendo complementar ao Sistema de Ordenamento Territorial.

¹¹ Mais informações sobre o Ilha Grande Sustentável e do Sistema de Ordenamento Territorial da Ilha Grande podem ser obtidas na página do projeto (<http://www.ilhagrandesustentavel.com.br>).

FIGURA 7. IMAGEM DA ÁREA A SER URBANIZADA NA VILA DO ABRAÃO. FONTE: APRESENTAÇÃO POWER POINT PRODETUR, 2015



Segundo informações disponibilizadas no Site do Prodetur e divulgadas em mídias regionais, o Programa para a Costa Verde envolve ainda obras de infraestrutura turística em Paraty, como construção de centros culturais, estradas e cais; em Mangaratiba, como reforma do cais e instalação de centro de visitantes; além de um sistema de comunicação social junto às obras da Ilha Grande.

1.6.3 Zoneamento Ecológico-Econômico Costeiro da Baía da Ilha Grande

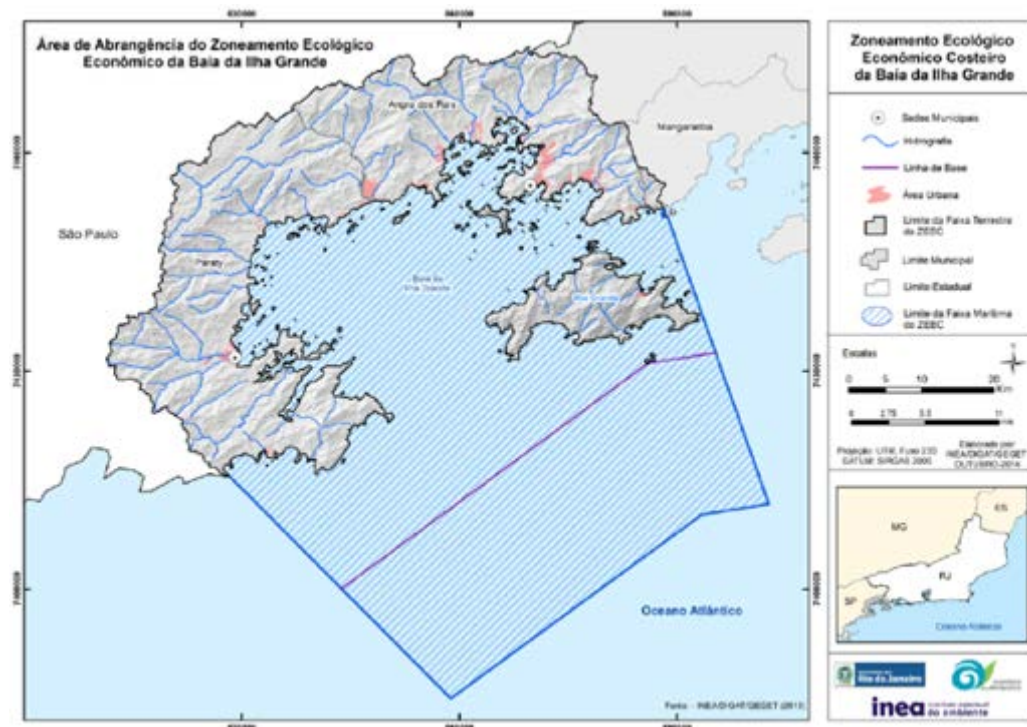
Como parte de um projeto amplo de zoneamento da região costeira do Estado do Rio de Janeiro, a ZEEC da Baía da Ilha Grande é o primeiro a ser elaborado, considerando a relevância da região para a conservação ambiental. Paralelo a isso, está sendo elaborado o Plano de Bacia Hidrográfica da RH-1, que compreende a região da Baía da Ilha Grande e contribui para a construção deste ZEEC.

O ZEEC do Setor Costeiro da Baía da Ilha Grande apresenta um desafio de integrar um modelo de desenvolvimento de toda uma rede de grandes indústrias da região – energia, portos, petróleo e gás – que abriga diversas UC e um patrimônio histórico cultural nas cidades da Costa Verde. Para isso, o ZEEC tem como objetivo ordenar o desenvolvimento do território de modo a compatibilizar as atividades com as características regionais e as vocações associadas, como turismo, o lazer, a pesca, a dinâmica de ocupação e as características socioculturais das comunidades existentes.

A expectativa do INEA é que a construção do documento final de zoneamento seja resultado de uma pactuação entre as partes, com o estabelecimento de metas ambientais e diretrizes de uso e ocupação compatíveis. Até o momento, foi elaborado um diagnóstico do setor costeiro da Baía da Ilha Grande, como forma de subsidiar a elaboração da ZEEC. Este diagnóstico, entre outras coisas, destaca as características físicas e bióticas; a qualidade ambiental da região; as características socioeconômicas existentes; os aspectos jurídicos e institucionais que envolvem o uso e ocupação na baía; e, as Unidades Territoriais de Planejamento.

Toda a elaboração do ZEEC da Costa da Baía da Ilha Grande vem sendo elaborada pelo INEA e pela SEA, com apoio financeiro da FAO/GEF. O resultado será um documento de zoneamento e com subsídios a sua implementação, o qual irá nortear todos os empreendimentos e atividades que possam ser planejadas e implementadas na região Costeira da baía da Ilha Grande¹².

FIGURA 8. MAPA DE ABRANGÊNCIA DO SETOR COSTEIRO DA BAÍA DA ILHA GRANDE. FONTE: DIAGNÓSTICO DO SETOR COSTEIRO DA BAÍA DA ILHA GRANDE. INEA, 2015



1.7 Programas Municipais

Na escala local, o programa que se destaca em relação ao entorno direto do PEIG é a organização governamental do turismo no município de Angra dos Reis. O crescimento internacional do turismo no Rio de Janeiro, incrementados pela Copa do Mundo e eleição da Cidade como nova capital das Olimpíadas, fez da cidade do Rio de Janeiro um importante receptivo, o que aquece o turismo em todo entorno direto da cidade. Com isso, Angra dos Reis e Ilha Grande passaram a ser uma parada quase obrigatória dos turistas chegados na cidade. Soma-se a isso, o fato de a Ilha Grande e praias como Lopes Mendes figurarem entre os roteiros mais procurados em sites como Tripadvisor.

Essa ampliação da visitação turística, sobretudo na Vila do Abraão, configurou um aumento significativo do número de pousadas, restaurantes, agências de turismo náutico e embarcações dispostas a vender passeios para a Ilha, não apenas na Vila do Abraão, mas também no litoral entre Mangaratiba e Angra dos Reis. Com isso, a necessidade urgente de um planejamento para ordenar a atividade e regulamentar a oferta de serviços vem sendo pautada tanto por empreendedores locais

¹² Mais informações sobre o ZEEC do Setor Costeiro da Baía da Ilha Grande em (http://www.inea.rj.gov.br/Portal/Agendas/GESTAODEAGUAS/Gerenciamntocosteiro/PROJ_ZONEAMENTO_ILHA_GRAND_E&lang=#ad-image-0).

como pela prefeitura de Angra, através da Turisangra. Isso vem gerando uma série de medidas de ordenamento e regulamentação que irão compor um Plano Municipal de Turismo para o município.

1.7.1 Plano Municipal de Turismo de Angra dos Reis

Diversas medidas vêm sendo tomadas pela Turisangra para o ordenamento do turismo no município, com maior urgência as atividades de turismo náutico, que representaram uma expansão descontrolada nos últimos anos. Como forma de elaborar uma regulamentação que sobreviva a troca de gestores e que discipline definitivamente as atividades turísticas na cidade, a Turisangra vem elaborado diversas medidas que irão compor um Plano Municipal de Turismo, que poderá ser objeto de lei ou decreto municipal.

Entre as medidas mais emergenciais estão a certificação das embarcações que oferecem serviços de turismo e lazer no município; a identificação de toda infraestrutura pública destinada ao turismo náutico, e sua reforma e melhoria; a elaboração de regras para a atividade; e a construção participativa de um plano para o turismo no município. Paralelo a isso, a prefeitura vem buscando incrementar também a fiscalização de todas as atividades com o objetivo de coibir práticas e concorrências ilegais e fomentar a regulamentação de todo *trade* turístico na cidade, com ênfase na Ilha Grande por ser seu principal destino.

Recentemente foi decretado um cadastro obrigatório para todas as embarcações, que entre outras coisas devem ter seu registro realizado na capitania dos portos da cidade, bem como com sua regulamentação em dia para a oferta e venda de serviços de turismo náutico. A medida busca identificar toda a frota de embarcações e agências que oferecem passeios na região e garantir que apenas embarcações cadastradas possam atuar na infraestrutura náutica pública, com maior atenção aos cais de Santa Luzia no centro da cidade e no Cais do Abraão na Ilha Grande.

O Plano Municipal de Turismo encontra-se ainda em construção, com um movimento da Turisangra de elaborar um processo de consulta na cidade para a elaboração de uma minuta que possa se tornar uma referência para a elaboração do documento final. Neste processo, áreas como o centro da cidade, Ilha Grande e a região do Bracuí são consideradas centrais, pois se constituem como os principais polos de recepção turística.

2 O Parque Estadual da Ilha Grande – Histórico¹³

O Parque Estadual da Ilha Grande foi o segundo parque criado pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro, logo após o Parque Estadual do Desengano. A carência de documentos da FLUMITUR e do Departamento de Recursos Naturais Renováveis produzidos entre 1971 e 1985 impede uma melhor compreensão da história do PEIG. Entretanto, tudo indica que sua criação está relacionada à abertura da Estrada Rio-Santos, dada a coincidência de ter sido criado no mesmo ano do Parque Nacional da Serra da Bocaina.

2.1 Fase inicial

O PEIG foi criado em 26 de junho de 1971 pelo Decreto Estadual 15.273, baixado por Raymundo Padilha, então Governador do antigo Estado do Rio de Janeiro, que nessa época não era eleito, mas sim nomeado pelo Governo Federal.

¹³ Histórico compilado do Plano de Manejo do Parque Estadual da Ilha Grande (INEA, 2011)

Art. 1º - Fica criado o Parque Estadual da Ilha Grande, com aproximadamente 15.000 ha (quinze mil hectares), abrangendo terras situadas na Ilha Grande, Município de Angra dos Reis, visando a implantação de Zona de Apoio Turístico e a preservação de Reserva Florestal (Decreto Estadual 15.273/71).

O referido decreto determinou à Companhia de Turismo do Estado do Rio S.A. – FLUMITUR (atual TurisRio), o prazo de 120 dias para apresentar o projeto de decreto demarcando o Parque. Todavia, somente em 04 de junho de 1973, quase dois anos depois, é baixado o Decreto nº 16.067 demarcando o PEIG e mantendo-se a área de 15.000 ha, excluindo-se os terrenos da Colônia Penal Cândido Mendes (ex-lazareto) no Abraão e da Colônia Agrícola do Estado da Guanabara em Dois Rios. O Decreto 16.067 estabeleceu ainda —como Polos Prioritários visando a implantação da Zona de apoio turístico a sede do distrito de Abraão e as praias de Lopes Mendes e Freguesia de Santana e como Polos Secundários o Saco das Palmas e Praias do Sul e do Leste . Estranhamente, o decreto não contém um memorial descritivo dos limites do Parque. Em complemento, o decreto determinou à FLUMITUR as providências para a implantação do Parque, estabelecendo que os projetos de edificações observassem as normas do Conselho Estadual de Turismo e da legislação pertinente. Aparentemente nada foi implementado.

Em 25 de agosto de 1978, o então Governador Faria Lima baixa o Decreto nº 2.061 diminuindo em 2/3 a área do Parque, que cai de 15.000 ha para 5.600 ha, além de transferir a administração do Parque para o Departamento de Recursos Naturais Renováveis da Secretaria de Estado de Agricultura e Abastecimento. Pelo decreto, o PEIG passou a incluir apenas os terrenos e benfeitorias de propriedade do Estado, daí a razão de ter sido diminuído. Novamente o decreto não apresenta memorial descritivo dos limites.

O decreto determinou um conjunto de ações para implantação do Parque, que não foram levadas a efeito, podendo-se destacar as seguintes:

- Elaboração de programa de implantação do Parque Estadual, dos equipamentos turísticos, bem como dos serviços e da infraestrutura básica;
- Proposta de zoneamento das áreas do Parque e projetos para a implantação de equipamentos turísticos a serem instalados em sua primeira fase;
- Implantar a Companhia de Polícia Florestal a se constituir, inicialmente, de um Pelotão, localizado na Ilha Grande, município de Angra dos Reis;
- Obter doações e efetivar desapropriações, que possibilitem a incorporação de novas áreas ao Parque Estadual.

Nota-se que o Decreto determinou a ampliação da área do Parque através de doações de terras ou desapropriações, porém a ordem não foi implementada.

2.2 Transferência do PEIG para o IEF e a chegada da UERJ

Em 1986, o PEIG é transferido para o Instituto Estadual de Florestas – IEF, que havia sido recentemente criado pela Lei nº 1071, passando a subordinar-se à Diretoria de Conservação da Natureza - DCN. Entre 1986 e 1994, alguns fatos relevantes aconteceram com a Ilha Grande. Em 1986 ela passa a integrar a Área de Proteção Ambiental de Tamoios; em 1987 é tombada pela Secretaria de Estado de Cultura (Resolução 29, de 14/10/87); em 1988 passa a ser considerada patrimônio

nacional pela Constituição Federal, pois possui uma vegetação de Mata Atlântica e está localizada na Zona Costeira; em 1989 é declarada como Área de Relevante Interesse Ecológico pela Constituição Estadual; e em 1991 recebe status internacional ao ser reconhecida pela UNESCO como Reserva da Biosfera da Mata Atlântica.

Entre 1990 e 1994 o PEIG teve uma injeção de recursos financeiros e humanos através da empresa Esso, canalizados e administrados pela Fundação Pró-Natura, uma organização ambientalista privada. Com o projeto, o Parque passou a dispor de um jipe, uma lancha, adquiriu mobiliário para a sede, e pôde contar com um Plano Diretor elaborado pela UFRJ. O referido Plano jamais foi implementado. Em 1994, O Governador Leonel Brizola desativou o Instituto Penal Cândido Mendes, incluindo suas benfeitorias, que foi transferido para a UERJ. Com o fim da penitenciária, cresceram substancialmente as preocupações em relação a uma explosão do turismo na ilha. Neste ano, a direção do parque desenvolveu uma campanha visando obter objetos de valor histórico e/ou cultural para compor uma exposição permanente no centro de recepção de visitantes do PEIG, o — Casarão da Ilha.

2.3 Delimitação Atual do PEIG

Localizado em terras insulares, o PEIG abrange cerca de 62% das superfícies emersas da Ilha Grande, inserida no município de Angra dos Reis, estado do Rio de Janeiro. Trata-se de uma Unidade de Conservação (UC) do Grupo de Proteção Integral, que tem por objetivo básico a preservação da natureza, possibilitando a realização de pesquisas científicas, de atividades de educação ambiental e de recreação, sem prejuízo de seu objetivo básico. Nos moldes do que determina o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), os parques são “de posse e domínio públicos, sendo que as áreas particulares incluídas em seus limites serão desapropriadas” (Art. 11, § 1º da Lei Federal Nº 9.985 de 18 de julho de 2000).

Enquanto UC instituída pelo estado do Rio de Janeiro, a administração do PEIG está sob responsabilidade da Diretoria de Biodiversidade e Áreas Protegidas – DIBAP, pertencente ao INEA, órgão vinculado à Secretaria de Estado do Ambiente – SEA.

Na vizinhança do PEIG estão outras duas UCs estaduais, a Reserva Biológica da Praia do Sul (Decreto Estadual nº 4.972, de 02/12/1981) e a Reserva Estadual de Desenvolvimento Sustentável do Aventureiro (Decreto Estadual nº 6.793, de 28/05/2014). Além disso, toda a área do PEIG está inserida na Área de Proteção Ambiental de Tamoios (Decreto Estadual nº 9.452, de 05/12/1986). O mapa apresentado na tabela 3 ilustra a localização do PEIG e das outras Unidades de Conservação Estaduais que abrangem a Ilha Grande.

Conforme mencionado, o PEIG foi criado em 1971, através do Decreto Estadual Nº 15.273, de 28 de junho de 1971. Desde sua instituição até os dias atuais, as dimensões do parque variaram entre 5,59 mil e 15 mil hectares. Ao ser criado, em 1971, o PEIG tinha 15.000 ha, mas, já em 1973, viu-se diminuído para pouco menos de 10.000 ha devido à retirada dos imóveis correspondentes à Colônia Penal Cândido Mendes (antiga fazenda do Holandês, na Vila do Abraão) e à Colônia Agrícola do Estado da Guanabara (antiga Fazenda Dois Rios). Paradoxalmente, em 1978 foi novamente reduzido, desta vez para 5.594 ha, passando a ser constituído exclusivamente pelos imóveis das Colônias, anteriormente excluídos de sua abrangência. Assim permaneceu até janeiro de 2007, quando foi ampliado para 12.052 ha, conforme proposta do o Grupo de Trabalho instituído pelo governo do Estado do Rio de Janeiro (Deliberação CECA Nº 4.181, de 16/07/2002). A Figura 9 apresenta as alterações do limite do PEIG, conforme os diversos decretos que dispunham sobre os limites do parque.

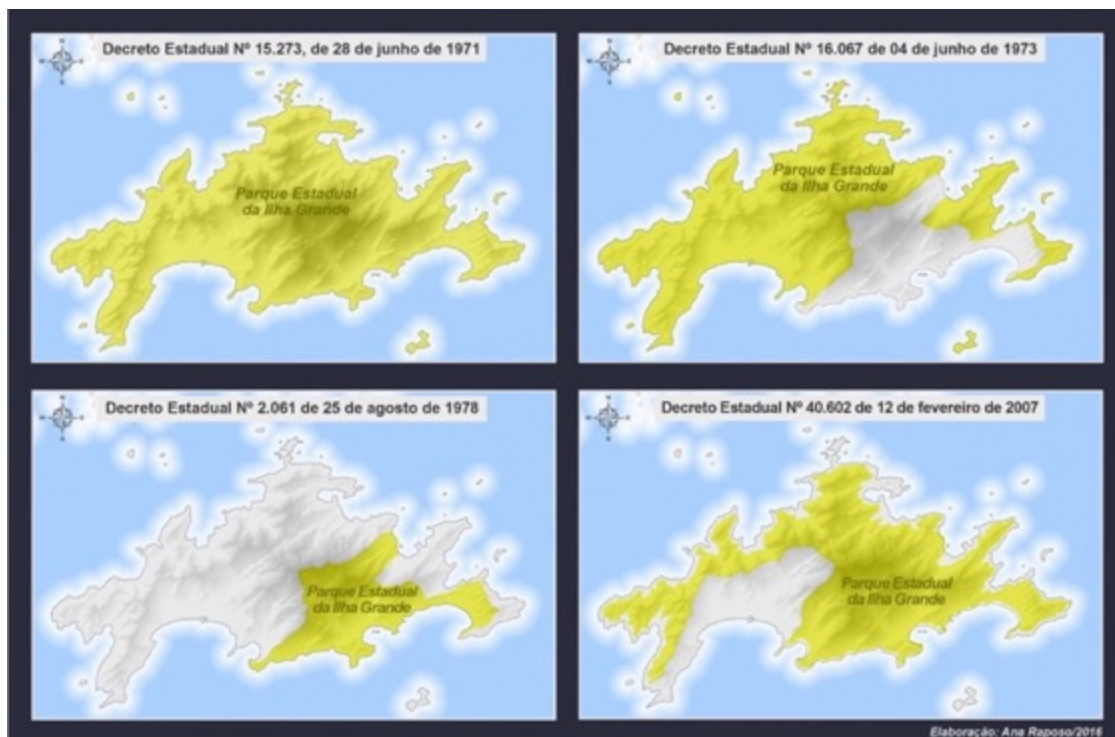
A tabela a seguir, sintetiza as variações de área do Parque Estadual da Ilha Grande, apresentando também os decretos vinculados.

TABELA 3: VARIAÇÕES DE ÁREA DO PARQUE ESTADUAL DA ILHA GRANDE

Período	Área (ha)	Decreto Vigente	Características
1971 a 1973	15.000	Decreto Estadual Nº 15.273, de 28 de junho de 1971	Abarcava todos os terrenos da Ilha Grande acima de uma determinada cota, provavelmente a cota 100, inclusive a porção montanhosa hoje correspondente à Reserva Biológica da Praia do Sul.
1973 a 1978	~9.400	Decreto Estadual Nº 16.067 de 04 de junho de 1973	Decreto demarca o parque, mas de forma confusa, retira de sua área a Colônia Penal Cândido Mendes (antiga fazenda do Holandês, na Vila do Abraão, com 594 ha) e a Colônia Agrícola do Estado da Guanabara (antiga Fazenda Dois Rios, com 5.000 ha)
1978 a 2006	5.594	Decreto Estadual Nº 2.061 de 25 de agosto de 1978	Passa a ser constituído exclusivamente pelos imóveis das Colônias Penal e Agrícola.
2007 a 2016	12.052	Decreto Estadual Nº 40.602 de 12 de fevereiro de 2007	Abrange as terras da Ilha Grande anteriormente pertencentes ao Parque, acrescidas de todas as demais localizadas acima da cota altimétrica de 100 (cem) metros, excetuando-se aquelas pertencentes à Reserva Biológica da Praia do Sul.

FONTE: ADAPTADO DE INEA, 2011

FIGURA 9: EVOLUÇÃO LEGAL E ALTERAÇÕES (APROXIMADA) NOS LIMITES DO PARQUE ESTADUAL DA ILHA GRANDE



Nota: (i) A área do PEIG não foi estabelecida no Decreto Estadual Nº 15.273/1971, portanto, o parque está representado, como se abrangesse toda a Ilha Grande. (ii) Possíveis incompatibilidades de limites é decorrente das bases cartográficas utilizadas (INEA, 2011 e MMA, 2015).

3 Plano de Manejo – Aspectos Conceituais

No que diz respeito à conceituação oficial de Plano de Manejo com base no SNUC, ele é definido como: *“documento técnico mediante o qual, com fundamento nos objetivos gerais de uma UC, se estabelece o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da unidade”* (SNUC, 2000).

Os objetivos de um plano de manejo de UC são os seguintes:

- Propiciar o cumprimento dos objetivos da UC, conforme estabelecido em sua categoria e em sua criação;
- Estabelecer os objetivos específicos de manejo, orientando a gestão da UC;
- Instituir diretrizes para a implementação da UC;
- Orientar a aplicação dos recursos financeiros destinados à UC;
- Elaborar ações específicas para o manejo da UC;
- Proporcionar o manejo da UC, baseado no conhecimento disponível e/ou gerado;
- Estabelecer a diferenciação do uso, mediante zoneamento, implementando a efetiva gradação de uso, objetivando a proteção de seus recursos;
- Integrar a UC no contexto do SNUC, frente aos atributos de valorização dos seus recursos como: biomas, convenções, certificações internacionais e projetos com recursos do exterior;

- Estabelecer, quando couber, normas e ações específicas visando compatibilizar a presença das populações residentes com os objetivos da Unidade, até que seja possível sua indenização ou compensação e sua realocação, respeitando-se a legislação estadual vigente;
- Estabelecer normas específicas regulamentando a ocupação e o uso dos recursos da Zona de Amortecimento (ZA) e dos Corredores Ecológicos (CE), visando à proteção da UC;
- Promover a integração socioeconômica das comunidades do entorno com a UC;
- Potencializar a participação da sociedade no Planejamento e Gestão da Unidade.

A abrangência geográfica de um Plano de Manejo se estende pelas áreas da própria UC, da sua Zona de Amortecimento e dos Corredores Ecológicos vizinhos. A legislação vigente define essas áreas como:

- Unidade de Conservação: espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção;
- Entorno da UC: as áreas circundantes de uma UC num raio de 10 km, de acordo com o que determina a Resolução CONAMA 13/90;
- Zona de Amortecimento: área contígua aos limites da UC, definida no Plano de Manejo, onde as atividades humanas estão sujeitas a normas e restrições específicas, com o propósito de minimizar os impactos negativos sobre a unidade.
- Corredores Ecológicos: porções de ecossistemas naturais ou seminaturais, ligando UC, APP e Reservas Legais que possibilitam entre elas o fluxo de genes e o movimento da biota, facilitando a dispersão de espécies e a recolonização de áreas degradadas, bem como a manutenção de populações que demandam para sua sobrevivência áreas com extensão maior do que aquela das unidades individuais. A elaboração de um PM é uma tarefa que necessita de informações que variam de uma UC para outra, e a definição de sua Zona de Amortecimento é fruto do resultado deste conhecimento da região. Face à necessidade da definição da Zona de Amortecimento, este roteiro inclui na abrangência do Plano a denominada “Área de Estudo”.

Entende-se área de estudo como: “Região onde são preestabelecidos os estudos do diagnóstico para elaboração do PM e, dentro da qual, deverá ser definida a Zona de Amortecimento da UC.”

O estudo de planos de manejo de UC de vários países e de diferentes manuais ou guias metodológicos mostra que não existe “a teoria” ou “o método” de elaboração de planos de manejo. Há uma vasta literatura sobre esse tema, apresentando diferentes métodos e ferramentas. Há, também, uma lista significativa de insucessos relativos à elaboração e execução de Planos de Manejo nos diferentes países. Neste sentido, a elaboração de um Plano de Manejo não deve se restringir a apenas um método; é fundamental que, no processo de consolidação deste importante instrumento de gestão, sejam incorporadas diferentes metodologias e ferramentas que possam contribuir para que o Plano de Manejo seja um instrumento efetivo para a Unidade, gerando retornos positivos no que diz respeito aos respectivos objetivos (Cases, 2012). A partir desta situação, é importante considerar que o

melhor método é aquele que consegue atingir de forma mais eficiente os objetivos propostos para determinada Unidade.

Tanto a metodologia quanto o conteúdo de um plano de manejo devem adaptar-se às condições de cada UC. Muitos planos fracassam porque foram elaborados mediante a aplicação mecânica e não crítica de modelos e procedimentos gerais. A elaboração de planos de manejo não é um procedimento padronizado, seu conteúdo e forma de elaboração dependerão da situação específica encontrada na UC e seu entorno. Por isso, o passo mais importante na elaboração dos planos de manejo é a organização do planejamento, onde se adequam as atividades e o conteúdo do processo de planejamento. (Cases 2012)

Considerando essas premissas, identifica-se aqui um caminho a seguir na elaboração de planos de manejo. São 7 (sete) etapas:

- Etapa 1ª: Organização do planejamento
- Etapa 2ª: Diagnóstico da unidade de conservação (Onde estamos?)
- Etapa 3ª: Análise e avaliação estratégica da informação
- Etapa 4ª: Planejamento estratégico (Onde queremos chegar?)
- Etapa 5ª: Planejamento tático (Como vamos chegar lá?)
- Etapa 6ª: Conclusão do documento
- Etapa 7ª: Aprovação do plano

A efetividade de um bom Plano de Manejo, depende direta e indiretamente da capacidade do documento demonstrar um planejamento adaptativo, capaz de ser revisto constantemente pela equipe das UC, sendo essas capazes de tomarem decisões e adaptarem o planejamento proposto de acordo com as constantes mudanças das dinâmicas territoriais que cercam as UC.

Cabe salientar que o tempo para a conclusão de um Plano de Manejo dependerá de um conjunto de variáveis de diversas naturezas, tais como o tamanho da UC, sua localização e acesso; sua riqueza biológica e sociocultural; sua complexidade; o apoio interinstitucional; o tamanho da equipe de elaboração do plano de manejo; e, o grau de conhecimento já acumulado sobre a área, entre outras. (Cases 2012).

Ainda com base nessas variáveis, recomenda-se que o período de planejamento não seja menor que 6 meses nem maior que 18 meses. Um tempo menor que 6 meses seria apenas recomendável em UC muito pequenas, com acesso extremamente facilitado, muitas informações já disponíveis e com poucas interferências externas. Quando o planejamento se restringe por um tempo menor que 6 meses, o plano não vai considerar aqueles aspectos de caráter sazonal que interferem na UC. Por outro lado, quando o planejamento se estende por um tempo maior que 18 meses correm-se riscos desnecessários, tais como a perda da credibilidade dos envolvidos no processo; mudança nos aspectos considerados nos primeiros estágios do planejamento; mudanças institucionais; implementação de ações sem planejamento durante um tempo maior ou paralisia da intervenção na unidade, entre outros. (Cases 2012).

3.1 Abordagem do Plano de Manejo

A abordagem do Plano de Manejo deverá ser dividida em três partes distintas e interdependentes, ou seja: **Diagnóstico, Planejamento e Implementação**. A presente proposta visa atender as duas primeiras etapas da função referente ao Plano de Manejo. No que diz

respeito à parte de execução, esta etapa deve ser realizada através de novas parcerias institucionais em processos futuros, após a consolidação do Plano de Manejo.

Visando elucidar sobre estas 3 fases distintas do processo de consolidação do Plano de Manejo, segue uma breve descrição de como elas são desenvolvidas:

- Diagnóstico: todo levantamento, com dados primários ou secundários, obtidos e consolidados de forma a embasar a elaboração do Planejamento da UC. Esta deve ser apresentada em, no mínimo 3 módulos: (i) *Informações Gerais sobre a UC*; (ii) *Contextualização e Análise Regional* e; (iii) *Análise da UC e Entorno*.
- Planejamento: determinação de um conjunto de procedimentos e de ações, visando à implementação da UC com base nos dados oriundos do Diagnóstico. Esta deve ser apresentada também em, no mínimo 3 módulos: (i) *Planejamento*; (ii) *Programas e Projetos Específicos* e; (iii) *Monitoramento e Avaliação*. A elaboração do Plano de Manejo deve incorporar a participação de todos os atores envolvidos com a UC (OSCIP, prefeituras, órgão gestor etc.) e no caso de Unidades de Uso Sustentável, principalmente a população localizada dentro dos limites da área. A implantação de um processo participativo vai além do contexto do Plano de Manejo, e deve estar inserida nos processos de rotina da UC e em conceitos básicos a serem seguidos pelos chefes das UC. O Planejamento, assim como a implementação, deve ser realizado de forma participativa, onde a população é parte integrante deste processo, estando os conselhos de cada UC acompanhando passo a passo cada procedimento.
- Execução: efetiva implantação das diretrizes elencadas no Plano de Manejo, a fase de execução consiste na implementação dos programas e ações determinadas nas fases anteriores. A execução deve ser realizada de acordo com as orientações/ informações levantadas a partir do diagnóstico e consolidadas na fase de planejamento. A fase de execução depende do envolvimento de todos os atores vinculados à UC e para efetivo sucesso, depende da implementação concreta das diretrizes e constante revisão do documento.

3.2 O Plano de Manejo do PEIG

O PEIG conta atualmente com um Plano de Manejo, elaborado por uma equipe multidisciplinar e finalizado no ano de 2011. O documento foi elaborado baseado no “Roteiro Metodológico para Elaboração de Planos de Manejo Parques Estaduais, Reservas Biológicas, Estações Ecológicas” (INEA, 2008). Este roteiro é o documento norteador do INEA, utilizado para elaboração dos Planos de Manejo das Unidades de Conservação Estaduais do Rio de Janeiro.

O Plano de manejo vigente do PEIG, foi resultado de uma combinação de experiências de especialistas do INEA, da SEA, das comunidades da Ilha Grande, de ONGs, de cientistas da UERJ e UFRRJ e de técnicos de diversos órgãos públicos federais, estaduais e do município de Angra dos Reis. De acordo com o documento:

- Apresenta informações gerais sobre o Parque;
- Contextualiza o papel e a importância do Parque;
- Avalia a região de influência;
- Analisa os aspectos naturais, culturais e socioeconômicos do Parque e da Zona de Amortecimento;

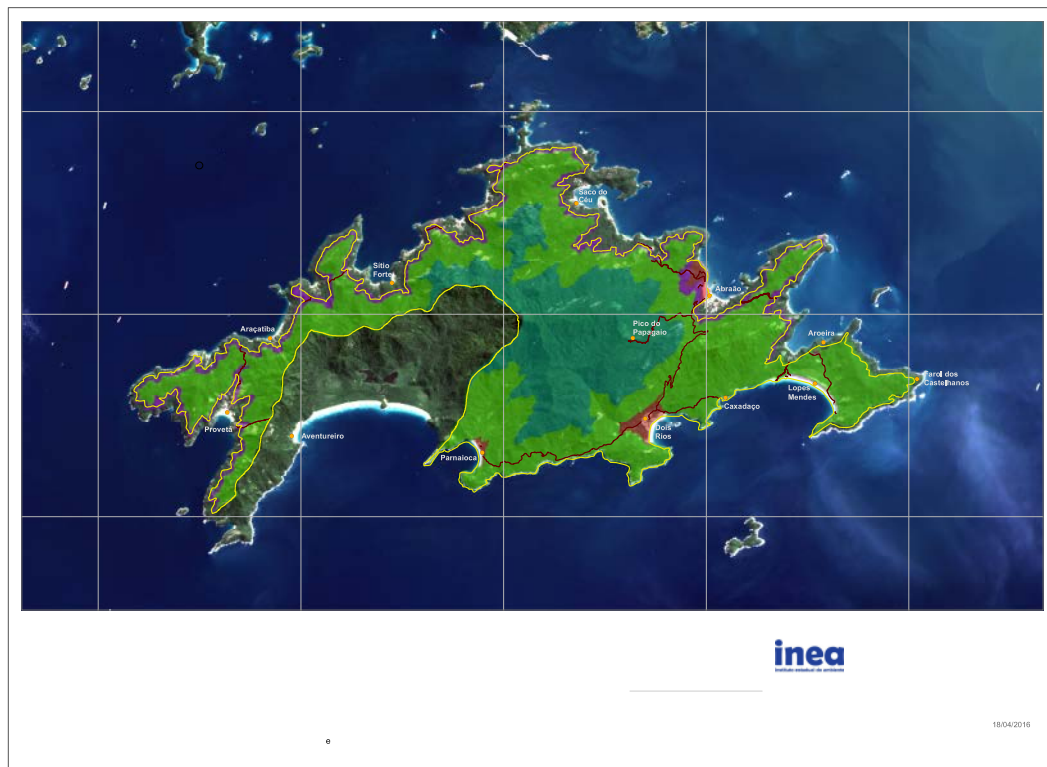
- Estabelece e descreve, por meio do zoneamento e programas, as ações para implantação, operação e monitoramento.

Dois importantes elementos merecem destaque no que diz respeito ao Plano de Manejo do PEIG, seu zoneamento e Planos Setoriais – desdobrados em programas de ações.

De acordo com o Plano de Manejo, as zonas e áreas foram definidas, sempre que possível, em função de suas características naturais e culturais, de suas potencialidades, fragilidades e necessidades específicas de proteção, de acertos e de conflitos de uso atual. Neste contexto, segundo o Plano de Manejo (2011), foram adotadas as zonas e áreas recomendadas no Roteiro Metodológico de Elaboração de Planos Manejo de Parques Estaduais do Rio de Janeiro, produzido pelo INEA. Estas zonas e áreas são apresentadas na figura e mapa a seguir.

FIGURA 10. ZONAS E ÁREAS ADOTADAS NO ZONEAMENTO DO PLANO DE MANEJO

FIGURA 11. ZONEAMENTO DO PEIG



De acordo com o Plano de Manejo do PEIG, o zoneamento da UC foi dividido em 5 zonas e 2 áreas, conforme apresentado no quadro a seguir.

FIGURA 12. ZONAS E ÁREAS DO PEIG.

Fonte: INEA, 2011

A partir destas informações, é importante notar que aproximadamente 89% da área atual é destinada para fins de proteção e conservação da biodiversidade e dos recursos naturais, sendo a área destinada a atividades ligadas à visitação/ uso público, de aproximadamente 11%.

Em relação aos Planos Setoriais, o Plano de Manejo atual possui 6 (seis) planos definidos da seguinte forma:

- **Plano Setorial de Conhecimento** – conta com 2 programas específicos: pesquisa e monitoramento ambiental;
- **Plano Setorial de Uso Público** – conta com 2 programas específicos: recreação e interpretação e educação ambiental;
- **Plano Setorial de Integração Regional** – conta com 3 programas específicos: relações públicas, educação ambiental e alternativas de desenvolvimento;
- **Plano Setorial de Manejo dos Recursos Naturais** – conta com 4 programas específicos: manejo de flora, manejo de fauna, recuperação de áreas degradadas e manejo de ecossistemas aquáticos dulcícolas/ recursos hídricos;
- **Plano Setorial de Patrulhamento Ambiental** – conta com 3 programas específicos: patrulhamento e fiscalização, prevenção e combate a incêndio e vigilância patrimonial;
- **Plano Setorial de Operacionalização** – conta com 6 programas específicos: regularização fundiária, administração e manutenção, infraestrutura e equipamentos, valorização do patrimônio histórico, cooperação institucional e sustentabilidade.

Todos os programas contam com ações a serem executadas visando atingir os objetivos designados ao PEIG – conservação da biodiversidade e dos recursos naturais, desenvolvimento socioeconômico da população do entorno, promoção da visitação pública, dentre outros. Porém, em levantamento realizado recentemente pela equipe PLANTUC, sinalizou que entre os anos de 2011 a 2016, aproximadamente 87% das ações previstas no Plano de Manejo não foram executadas. Este fato deve-se a diversos fatores, mas três foram fundamentais, carência de recursos, falta de infraestrutura e equipamentos de apoio à equipe do PEIG e carência de recursos humanos.

4 O Entorno do PEIG

Conforme mencionado, a ocupação do entorno direto do PEIG ocorre, em grande parte, em comunidades formadas nas praias da Ilha, sua maioria voltadas para o continente. Além das comunidades, muitas das ocupações se deram de forma dispersa, em pequenas praias ou pelo costão rochoso da Ilha, com casas de veraneio, pousadas e casas de antigos moradores. Se destacam as características culturais de antigas comunidades caiçaras, as colônias de pescadores japoneses, famílias de antigos funcionários do presídio, e atualmente uma forte influência de migrações derivadas do crescimento turístico. Porém, a ilha já apresentou no passado uma ocupação de grandes fazendas e de grandes comunidades pesqueiras, com casarões e povoados em suas áreas mais altas e internas, áreas que sem encontram dentro do PEIG e sem nenhuma ocupação.

4.1 Vila do Abraão

A Vila do Abraão é a “porta de entrada da Ilha Grande”, ou sua “capital” como costuma ser dito localmente. É também o destino da maioria dos turistas que visitam a Ilha e das embarcações que fazem a ligação com o continente. Por isso, é a comunidade mais densa de moradores fixos, de população flutuante, visitantes de veraneio e turistas que resolveram “morar por um tempo” na ilha.

Quanto ao perfil da população local, Abraão é a vila que apresenta a maior diversidade de perfil socioeconômico dos seus moradores, abrigando famílias remanescentes de caiçaras; antigos policiais reformados; moradores antigos que vieram para viver e trabalhar na Ilha; empreendedores do turismo de todo o mundo; uma confraria de baianos chegados de Valença e arredores para o trabalho na construção civil e no turismo; uma comunidade de Argentinos em crescimento; e, moradores ocasionais de todo o mundo.

É também na Vila do Abraão a maior concentração de serviços públicos da Ilha Grande, com a presença da sede do PEIG/INEA, da Subprefeitura de Angra, do Corpo dos Bombeiros, Batalhão Florestal, Polícia Militar, SAAE – Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Angra dos Reis, Posto de Saúde, Escola Municipal, Colégio Estadual e do Centro Cultural Constantino Cokotós gerido pela CULTUAR – Fundação de Cultura de Angra dos Reis. Ao mesmo tempo, a vila abriga também diversas igrejas, três associações de moradores¹⁴, algumas organizações não governamentais e projetos dedicados à população local, com esporte, educação e cultura¹⁵.

Do ponto de vista da participação social em projetos e programas para a Ilha Grande, Abraão abriga a maioria das instituições e pessoas que tem presença cotidiana nos espaços públicos de participação. Por manter a Sede do PEIG e ter o acesso mais fácil com o continente, muitas reuniões sobre e para a Ilha são realizadas em Abraão, o que favorece a formação de um número maior de instituições com presença em conselhos ou fóruns de participação. A isso, soma-se a formação, ou tentativa de diversas associações ou grupos de trabalho dos diversos segmentos turísticos, como Taxi Boats, barqueiros, pousadeiros, guias e moradores. Esse movimento de associativismo local faz de Abraão a vila mais presente nas reuniões públicas e movimentos de desenvolvimento do turismo na Ilha Grande.

Como é diversificada a ocupação em Abraão, é também diversificada as fontes de emprego e renda. Essa vila abriga centenas de hospedagens turísticas, muitos restaurantes, mercados, lojas, bares, sorveterias, padaria, equipamentos públicos, farmácia e muitas agências de turismo náutico. O receptivo turístico na Vila do Abraão é o maior da Ilha, o que promove oferta de emprego e renda diversificada, em empregos formais e informais. Segundo relatos, nem todos os empreendimentos são regulamentados, assim como os empregos, muitos deles sazonais e irregulares.

Por ser a única vila com transporte público regular com o continente, Abraão se tornou a porta de entrada turística da Ilha Grande, e é de onde parte a maioria dos passeios náuticos e trilhas terrestres. Dessa forma, o turismo da Vila do Abraão ocorre a partir dos atrativos encontrados em toda Ilha Grande, sobretudo explorado por um contingente de centenas de barcos de passeio que oferecem diariamente visitas a diversas praias e restaurantes de outras comunidades.

Além da Praia do Abraão, a Vila do Abraão envolve outras pequenas praias ao seu redor, que são visitadas diariamente por sua população e pelos turistas: Praia Preta, Júlia, Biquinha, Praia do Canto, Crena e Abraãozinho. Nestas praias existem algumas casas, restaurantes e pousadas, e toda vida social ocorre em relação direta com a vila do Abraão.

¹⁴ A Vila do Abraão tem constituída legalmente três Associações de Moradores, criadas por haver conflitos entre as primeiras associações e sua representação dos interesses dos moradores em geral. Como existe muita diversidade na ocupação nessa vila, as associações nem sempre garantem a representatividade e o interesse da maioria, com relatos de uso político de algumas delas, o que representou dissidências e criação de novas associações.

¹⁵ Um levantamento mais detalhado sobre os atores locais encontra-se no Plano de Manejo do PEIG (INEA, 2011).

Em relação ao PEIG, a Vila do Abraão é a que apresenta a maior pressão sobre a visitação dentro do Parque, além de ser a vila que apresenta a maior expansão urbana em direção à cota 100, limite entre o Abraão e o PEIG. Entre os pontos turísticos de maior movimentação a partir do Abraão estão as praias de Lopes Mendes, Dois Rios, Preta, Santo Antônio, Caxadaço e as trilhas para o Pico do Papagaio e para a Cachoeira da Feiticeira.

Como colocado anteriormente, é também na Vila do Abraão que se encontram a maioria das instituições locais que participam do Conselho do PEIG e participam de reuniões e ações que orientam o desenvolvimento da Ilha Grande e do PEIG.



FOTO 1. PORTAL DE ENTRADA DO PEIG, CIRCUITO ABRAÃO. FOTO: RAONI FERREIRA



FOTO 2. CIRCUITO ABRAÃO. FOTO: RAONI FERREIRA



FOTO 3. LAZARETO DESATIVADO, CIRCUITO ABRAÃO. FOTO: RAONI FERREIRA



FOTO 4. ANTIGO AQUEDUTO, CIRCUITO ABRAÃO. FOTO: RAONI FERREIRA

4.2 Outras Comunidades do Entorno do PEIG

4.2.1 Praia Grande das Palmas

A Praia Grande das Palmas é uma pequena vila, pouco urbanizada, que apresenta uma ocupação distribuída à beira da praia ao longo de sua extensão, com a presença de campings, restaurantes e pequenas pousadas. É uma vila que não recebe o serviço de energia elétrica e saneamento, mas mantém uma população que tem no turismo sua principal fonte de renda.

Palmas é uma das portas de entrada para o PEIG, uma vez que conta com a trilha de acesso para as praias do Pouso, Lopes Mendes e Santo Antônio. É uma comunidade muito procurada para a prática de atividades de *camping*, que ocorre durante todo o ano e apresenta uma

sobrecarga na alta temporada. Por sua proximidade com a Vila do Abraão, o circuito de praias de Palmas e Pouso recebe um fluxo turístico cotidiano de agências de turismo náutico e Taxi Boat que conduzem turistas para Lopes Mendes durante todos os dias.

Palmas não mantém infraestrutura pública nem empreendimentos comerciais, apenas estrutura de hospedagem de *campings*, pousada e restaurantes. O acesso do continente ocorre a partir de sua ligação com a Vila do Abraão ou de barcos locais que fazem transporte de mercadorias e de hóspedes advindos de Mangaratiba e Conceição de Jacaréi.

A relação de Palmas com o PEIG se dá pela visita às praias de Lopes Mendes e Santo Antônio.



FOTO 5. TRILHA DE ACESSO ÀS PALMAS. FOTO: RAONI FERREIRA



FOTO 6. COMUNIDADE DE PALMAS. FOTO: RAONI FERREIRA



FOTO 7. SERVIÇOS DE TAXI BOAT EM PALMAS. FOTO: RAONI FERREIRA



FOTO 8. ATRACADOURO DE EMBARCAÇÕES EM PALMAS. FOTO: RAONI FERREIRA

4.2.2 Enseada das Estrelas

A Enseada das Estrelas é composta pela Praia de Fora, Praia da Feiticeira, Galo, Caravela, do Amor e Saco do Céu. Tem sua ocupação dispersa, com certa aglomeração na região de Saco do Céu, onde está a maioria das residências, pousadas, restaurantes, mercadinho e equipamentos públicos, como escola e posto de saúde.

O Saco do Céu abriga uma população nativa, de antigos pescadores que mantém residência fixa há muitas gerações. A pesca e o turismo são as principais fontes de renda dos moradores. Abriga também casas de veraneio e receptivos turísticos de empreendedores externos, com

restaurantes e pousadas. É considerado um dos melhores locais gastronômicos da Ilha, com alguns restaurantes reconhecidos regionalmente.

Por sua característica de baía a região de Saco do Céu tem um mar calmo como uma lagoa, sendo muito procurado para esportes náuticos como *ski* aquático, jet-ski e também como ancoradouro seguro para lanchas e veleiros de passagem pela Ilha.

É uma comunidade muito ligada à Vila do Abraão pela sua proximidade, com muitos de seus moradores trabalhando nos empreendimentos locais de Abraão. Por sua proximidade, tem na Vila do Abraão um local de comércio e de trabalho, usando regularmente os transportes desta vila com o continente.

Em relação ao PEIG, não apresenta atrativos diretos, mas mantém trilhas que ligam a Enseada à Vila do Abraão e ao Bananal. A expansão da comunidade pode representar um crescimento para a dentro dos limites da área do PEIG.



FOTO 9. ENSEADA DO SACO DO CÉU. FOTO: RAONI FERREIRA



FOTO 10. ATRACADOURO DA ENSEADA DO SACO DO CÉU. FOTO: RAONI FERREIRA

4.2.3 Japariz (Guaxuma)

Japariz é uma pequena comunidade que abriga pescadores e restaurantes que oferecem refeições para os passeios náuticos que circulam a Ilha Grande. É uma parada regular dos passeios oferecidos pelas agências de Abraão, com diversos restaurantes que trabalham especialmente para atender o fluxo de lanchas e saveiros turísticos.

Por sua proximidade com o continente, a população de Japariz não apresenta grande conexão com outras comunidades da Ilha, tendo a travessia feita por barcos dos próprios moradores. Não apresenta equipamentos públicos e como atração próxima tem a Freguesia de Santana, a Lagoa Azul e a praia do Funil.

Não apresenta uma relação direta com o turismo dentro do PEIG. O fluxo de turistas que passa por Japariz está diretamente ligado aos passeios náuticos da Lagoa Azul, Lagoa Verde e Volta Ilha.

4.2.4 Bananal e Matariz

Bananal e Matariz são duas comunidades muito próximas e interligadas culturalmente. A região da Enseada do Bananal é composta ainda de outras praias, Bananal Pequeno, da Baleia e Jaconema, estas não mantendo formada uma vila como as duas anteriores.

Tanto o Bananal como Matariz são comunidades com forte influência japonesa, que no século passado tinha presença na pesca e nas fabricas de sardinha de toda Ilha Grande. Atualmente sua população tem características de descendentes de japoneses e antigos pescadores caíçaras. Apesar da pesca ainda ser uma atividade presente, o turismo vem se desenvolvendo, sobretudo na comunidade de Bananal onde se instalaram pousadas e restaurantes aonde eram as antigas fábricas de sardinha.

As duas comunidades se constituem como a 5ª região mais populosa da Ilha. Porém grande parte dos moradores não estão envolvidos com o turismo. Matariz é a mais populosa entre elas, com uma população empobrecida e com poucas oportunidades de emprego e renda. Diferente das praias mais turísticas, no Bananal e em Matariz a população residente não apresenta um fluxo de imigrantes tão grande, sendo as famílias atuais remanescentes dos antigos moradores.

Matariz abriga um posto de saúde e uma escola de ensino fundamental. Não tem uma rede de comercio estabelecida e tem uma carência de instituições sociais representativas e serviços públicos. Porém, a comunidade japonesa apresenta um protagonismo no desenvolvimento do entorno, com empreendimentos turísticos e de aquicultura, com criação de bijupirá e *coquillee saint jacques*.

O turismo nessa região se concentra nas hospedagens e nas atividades náuticas, como passeios e mergulhos, muitas vezes geridos por agências de outras regiões. São poucas as trilhas utilizadas regularmente, entre elas, há as trilhas que conectam a região com o Saco do Céu e Araçatiba. Não existe atividade turística direta dentro do PEIG a partir destas comunidades.



FOTO 11. COMUNIDADE DO BANANAL. FOTO: RAONI FERREIRA



FOTO 12. COMUNIDADE DO BANANAL. FOTO: RAONI FERREIRA



FOTO 13. ANTIGA FÁBRICA DE SARDINHA NA COMUNIDADE DE MATARIZ. FOTO: RAONI FERREIRA



FOTO 14. PRAIA DE MATARIZ. FOTO: RAONI FERREIRA

4.2.5 Longa, Araçatiba e Vermelha

As comunidades da Praia da Longa, da Praia Grande de Araçatiba e da Praia Vermelha guardam uma interação social muito antiga, derivada do relacionamento entre suas famílias e das atividades econômicas e sociais que envolvem essa região. Apesar dessa ligação, cada uma mantém características específicas do ponto de vista socioeconômico. Apenas Araçatiba apresenta um desenvolvimento turístico mais avançado, com pousadas estilo cama e café, restaurantes e casas de veraneio influenciando a dinâmica local durante todo o ano. A Praia Vermelha mantém uma pousada e dois restaurantes, e a Longa não apresenta estrutura turística nenhuma.

São comunidades formadas por descendentes de caiçaras e com pouco fluxo migratório. Apenas Araçatiba apresenta uma intervenção maior no seu desenvolvimento protagonizado por moradores e investidores mais recentes, e a praia Vermelha, por ter abrigado uma antiga fábrica de sardinha, também foi influenciada por famílias japonesas.

As três comunidades mantêm escolas de ensino fundamental, e apenas Araçatiba abriga um posto de saúde. O comércio é realizado por pequenas vendas em cada uma das praias e os serviços públicos realizados pela Prefeitura de Angra dos Reis e pela Superintendência Regional do INEA.

Apesar do turismo ser mais desenvolvido em Araçatiba, a população destas comunidades vive também de empregos públicos e de pesca. Todas as praias já protagonizaram a formação de uma associação de moradores, mas apenas em Araçatiba ela é mais atuante. A praia Vermelha abriga uma organização não governamental (ONG) formada por mulheres e que se dedicaram a trabalhar com artesanato de resíduos sólido, ONG denominada “As Vermelhas”, que possui um papel importante de representação social desta comunidade nos espaços e fóruns públicos de participação.

Além do turismo e da pesca, outras atividades que se destacam na região é a presença de fazendas marinhas de *coquille saint jacques* em Araçatiba, e um estaleiro na Longa, o único da Ilha que reforma e constrói barcos.

Quanto à relação dessa região com o PEIG, são poucas as trilhas locais que passam pelos limites do Parque, sendo utilizadas como caminhos de serventia entre comunidades e/ou de

lazer, como as trilhas que ligam Araçatiba e Vermelha à Provetá, e a trilha do Morro do Urubú, usada como lazer esporádico dos jovens locais.

As atividades turísticas identificadas que envolvem o PEIG é a trilha que liga a Vermelha à Gruta do Acaiá, assim como a trilha de ligação entre Araçatiba e Provetá que passa dentro dos limites do PEIG, sendo utilizada pelos caminhantes que fazem o circuito “volta a Ilha”. Todas as outras atividades turísticas envolvem mergulhos e passeios náuticos. Segundo relatos de moradores, a região do PEIG abriga antigas construções do período de fazendas de café, o que poderiam ser transformadas em trilhas históricas, porém não foi possível identificar estes locais durante os trabalhos de campo.

Poucas organizações sociais são presentes nas reuniões do PEIG ou relacionadas ao desenvolvimento da Ilha Grande, com destaque às Vermelhas, à Associação de Moradores de Araçatiba e a Escola Municipal Silvestre Travassos, também de Araçatiba.



FOTO 15. OFICINA DE EMBARCAÇÕES NA COMUNIDADE DA LONGA. FOTO: RAONI FERREIRA



FOTO 16. PRAIA LONGA. FOTO: RAONI FERREIRA



FOTO 17. COMUNIDADE DE ARAÇATIBA. FOTO: RAONI FERREIRA



FOTO 18. ATRACADOURO DE EMBARCAÇÕES EM ARAÇATIBA. FOTO: RAONI FERREIRA

4.2.6 Provetá

A Praia do Provetá é a segunda maior comunidade da Ilha Grande, com uma população predominantemente caiçara e envolvida na pesca. Por seu isolamento e tradição religiosa, Provetá se constituiu como uma comunidade mais fechada, não desenvolvendo atividades

turísticas cotidianas além de manter casas de veraneio e receber fluxos religiosos de seus familiares.

Provetá mantém uma Escola de Ensino Fundamental e um Colégio de Ensino Médio que recebem alunos diariamente das comunidades do Aventureiro ao Bananal. Mantém pequenos comércios e uma pousada que serve às atividades religiosas da Assembleia de Deus. Muitas casas de veraneio ou dos moradores servem como abrigo turísticos em grandes feriados, porém este fluxo não é anual, o que não representa uma economia que envolva as famílias locais como uma fonte regular de renda.

A dinâmica social da comunidade está relacionada à presença da Assembleia de Deus e da atividade pesqueira, o que envolve a maioria de seus moradores. A representação social dessa comunidade atravessa as lideranças religiosas, e todas as questões que envolvem o desenvolvimento local passam pela organização que ocorre a partir da igreja e dos principais pescadores.

Não existe atividade turística realizada pela comunidade que envolva o PEIG, apesar da comunidade utilizar a trilha que liga o povoado à Araçatiba, à Praia Vermelha e ao Aventureiro. De Provetá partem também duas trilhas turísticas, utilizadas por caminhantes de passagem para a Gruta do Acaiá e Praia dos Meros.

O isolamento dessa comunidade não é apenas cultural e geográfico. Pela distância com o continente, o serviço de telefonia fixa e móvel é muito precário, sem que a comunidade se utilize de celulares e internet.

4.2.7 Dois Rios

A Vila Dois Rios é uma comunidade constituída pelo antigo presídio da Ilha Grande, mantendo famílias de antigos funcionários, e desde 1994 instalações de pesquisa do Centro de Estudo Ambientais e Desenvolvimento Sustentável da Universidade do Estado do Rio de Janeiro CEADS/UERJ. É uma vila inteiramente inserida no PEIG, porém administrada pela UERJ através de um contrato de cessão de uso com o Governo do Estado.

A UERJ mantém na Vila Dois Rios dois importantes projetos, o CEADS e o Ecomuseu da Ilha Grande. O CEADS serve de apoio para o desenvolvimento de pesquisas das mais diversas áreas da UERJ, além de receber outras universidades, públicas e privadas, para trabalho de campo através de convênios e parcerias com a UERJ. O Centro mantém estruturas de alojamento, salas de aula, auditório, biblioteca e laboratórios, utilizados frequentemente por centenas de projetos de pesquisa.

Já o Ecomuseu é um projeto do Departamento Cultural da UERJ que tem como objetivo a pesquisa e difusão dos conhecimentos relacionados à cultura, memória e o meio ambiente da Ilha Grande. Entre suas ações, o Ecomuseu mantém o Museu do Cárcere no prédio onde funcionou o antigo presídio e um Museu do Meio Ambiente, onde são organizadas exposições abertas sobre cultura e meio ambiente da Ilha.

Além das pesquisas, o Ecomuseu instalou recentemente um Parque Botânico no antigo pátio interno do presídio, com o intuito de preservar e expor espécies da flora característica da Mata Atlântica da Ilha Grande. Os espaços do Ecomuseu são abertos à visitação turística, se constituindo como uma atração da Vila Dois Rios dentro do PEIG, além da praia e dos rios.

No que se refere à comunidade residente, ela se constitui de famílias remanescentes dos antigos funcionários do presídio que receberam concessão para continuarem a residir na vila, muitos trabalhando para a UERJ e nos projetos locais. Residem junto às famílias os filhos e netos dos antigos funcionários, com crianças estudando na pequena escola da vila e no Abraão, através de transporte da UERJ ou da própria comunidade.

Uma associação de moradores acompanha a gestão da vila junto à UERJ e mantém um serviço de transporte dos moradores até a Vila do Abraão.

Em relação à visitação turística na região, destacam-se as praias e os rios da Vila Dois Rios, a Praia do Caxadaço, a cachoeira Mãe D'Água e a trilha para a Parnaioca. Não existe estrutura de receptivo turístico na vila, e atualmente não há permissão de pousada e camping no local. Toda visitação turística é originada pela estrada que liga a Vila ao Abraão, com limite de tempo para os turistas permanecerem em Dois Rios, até às 17h. Dois bares oferecem pequenas refeições e bebidas para moradores e turistas, e alguns moradores oferecem “quentinhas” na praia ou “sacolê” nas casas.

Quanto à participação da comunidade no conselho do Parque, tanto a UERJ como a Associação de Moradores locais não apresentam presença cotidiana nas reuniões realizadas na Vila do Abraão, apesar de possuírem assento no conselho.



FOTO 19. ESTRADA DA COLÔNIA, ACESSO A DOIS RIOS. FOTO: RAONI FERREIRA



FOTO 20. VILA DE DOIS RIOS. FOTO: RAONI FERREIRA



FOTO 21. VILA DE DOIS RIOS. FOTO: RAONI FERREIRA



FOTO 22. ANTIGA COLÔNIA PENAL CÂNDIDO MENDES (PRESÍDIO DE DOIS RIOS). FOTO: RAONI FERREIRA

4.2.8 Lopes Mendes e Santo Antônio

Lopes Mendes e Santo Antônio figuram como um atrativo do PEIG no seu lado oceânico, e têm como acesso principal a Vila do Abraão e Praia das Palmas. Não existe comunidade constituída nestas praias, sendo Santo Antônio completamente inabitada e Lopes Mendes abrigando uma casa em seu lado esquerdo.

Lopes Mendes é considerada a praia mais bonita da Ilha, sendo amplamente reconhecida como uma das mais belas do mundo. É a praia mais utilizada pela população do Abraão fora do circuito da vila, e uma das mais visitadas dentro do PEIG, com uma dinâmica de passeios intensa saindo do Abraão, com saveiros, lanchas e taxi boat oferecendo ida e volta durante todo o dia.

Nenhuma das duas praias mantém receptivo turístico, nem estrutura para camping, banheiros ou comércio. Toda a visitação é realizada durante o dia, com o retorno dos turistas às vilas de onde partiram. Em Lopes Mendes, na chegada principal do lado direito, é instalado diariamente um pequeno comércio de comes e bebes, além de alugueis de pranchas, onde se mantém durante o dia a maioria dos visitantes. Lopes Mendes é muito procurada para o surfe, recebendo pequenos torneios organizados localmente.

4.2.9 Aventureiro

A Vila do Aventureiro é um atrativo à parte no turismo da Ilha Grande. É considerada a única vila que desenvolve um Turismo de Base Comunitária (TBC) em toda Ilha, e uma referência para a região da Baía da Ilha Grande. A presença de uma comunidade caiçara que mantém suas características culturais e recebe seus turistas em campings abertos ou em pequenos quartos ou casas adaptadas para hospedar, fez do Aventureiro um roteiro para jovens que curtem o camping, o surfe e as festas de forró e lual à beira da praia.

Durante muitos anos o Aventureiro foi parte da Reserva Biológica da Praia do Sul, e recentemente, em 2014, sua área e o mar de influência direta (anteriormente Parque Marinho do Aventureiro) foram desafetados e se tornaram a Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) do Aventureiro, conferindo maior oportunidade de organização das famílias caiçaras na atividade turística.

A comunidade atual é composta de poucas famílias, e sua população sofre uma diminuição considerável na baixa temporada, quando os campings não funcionam cotidianamente e muitos moradores migram para Angra dos Reis para casas na cidade e empregos, cuidados com a saúde ou educação. A economia local não é muito diferente do restante da Ilha, com o turismo aquecido na alta temporada, além de pesca, serviços públicos e aposentadorias.

Atualmente em Aventureiro, além dos campings presentes em todos os quintais, existe uma igreja católica, recentemente reformada, uma casa do INEA, também reformada após a criação da RDS, alguns bares e o atendimento da educação infantil pela prefeitura de Angra. Não existe serviços de saúde, energia elétrica e comunicação, o que se agrava pela distância e dificuldade de navegação da região.

A população se organiza em torno de uma Associação de Moradores que busca acompanhar as atividades de desenvolvimento da Ilha e representar o Aventureiro em reuniões no município. Apesar de ser considerada uma comunidade de TBC, não existe uma organização comunitária nas atividades turísticas, em que cada família cuida de seu camping, bar ou serviços extra, como oferta de transporte com o continente.

A coleta de lixo não é frequente, e a educação ocorre em Provetá, com uma embarcação levando os alunos diariamente para a escola local. Apenas a sede do INEA possui internet através de uma antena da Embratel, que é disponibilizada gratuitamente para a comunidade.

Em relação ao PEIG, não existe interação direta entre o turismo realizado no Aventureiro e a área do Parque, sem nenhum atrativo do PEIG ligado diretamente à comunidade. Porém, de forma indireta o Aventureiro recebe turistas que atravessam o morro entre a comunidade e Provetá, com uma trilha passando pelo PEIG. O Aventureiro é também destino de muitos caminhantes que passam por Parnaioca ou o contrário.

O Aventureiro é o único lugar da Ilha em que foi estabelecida uma capacidade de suporte e definida uma limitação para o número de visitantes, atualmente 560, o que é controlado pela Turisangra – empresa pública de turismo de Angra dos Reis – através da entrega de pulseiras na cidade de Angra dos Reis. Porém, o controle é mais fácil de ser realizado pela própria comunidade, definindo o limite de turistas em seus quintais. No entanto, o acesso é realizado através de barcos e lanchas que saem de diversos pontos da Baía da Ilha Grande, o que impede um controle total efetivo do número de visitantes.

A praia é também um ponto de parada de diversas lanchas que oferecem a “Volta Ilha” em passeios náuticos que partem da Vila do Abraão e por lá ficam em torno de 1 hora. Esta visita não aumenta o fluxo de hóspedes na comunidade, incrementando apenas as vendas nos bares locais durante as paradas dos passeios.

Não é comum a participação da Associação de Moradores locais, ou seus representantes em reuniões do PEIG na Vila do Abraão.

4.2.10 Praia do Sul e do Leste

Por ser uma Reserva Biológica (REBIO), as praias do Sul e do Leste não abrigam nenhuma comunidade, sendo suas praias e lagoas proibidas para visita. Entretanto, a prática do trekking “Volta a Ilha” é um atrativo muito cobiçado entre caminhantes de todo o mundo, e estas praias se tornam uma passagem entre Aventureiro e Praia da Parnaioca, as duas comunidades mais importantes para o camping selvagem na Ilha.

Por ser proibida a travessia, muitos guias e turistas fazem a passagem em lanchas e barcos fretados no Aventureiro, em Provetá ou mesmo no continente. Porém, muitos turistas não conhecem a legislação e as travessias são comuns durante todo o ano.

Por ser a única forma de se completar a volta a Ilha a pé, a necessidade de regulamentação de travessia é muito importante para o turismo na Ilha Grande, e sobretudo para a regulamentação do acesso e controle de passagem pelas praias.

Além do acesso entre Aventureiro e Parnaíoca pelas praias, não existe outro atrativo que envolva o território da REBIO e o interior do PEIG.

4.2.11 Parnaíoca

A praia da Parnaíoca é a única comunidade dentro do PEIG que tem a atividade de *camping* autorizada. Atualmente abriga uma pequena população e três campings dentro dos quintais de três famílias. É considerado por praticantes de camping selvagem a melhor praia para se acampar na Ilha, por ser uma comunidade pequena e manter uma das maiores cachoeiras da Ilha Grande.

A pequena comunidade, que em 2010 registrou no Censo 11 moradores, mantém pequenas casas e seus moradores vivem do turismo ou de aposentadoria. Outrora foi uma grande comunidade, abrigando centenas de moradores, porém, durante o funcionamento do presídio os moradores migraram para outras comunidades ou para Angra dos Reis, por ser a praia mais próxima da fuga dos presos.

Atualmente existe apenas uma pequena igreja e as residências, e o acesso à praia se dá por embarcações do continente ou do Aventureiro, ou através de uma trilha que liga a comunidade à Vila Dois Rios. A comunidade não conta com nenhum serviço público, e o isolamento geográfico ocorre também em relação à comunicação, sem telefonia fixa ou móvel. Na baixa temporada o fluxo de visitantes é reduzido, tendo uma movimentação maior durante o verão e nos grandes feriados.

Por ocasião do afastamento, é uma comunidade bem isolada socialmente, e poucos de seus moradores participam de reuniões do PEIG na Vila do Abraão. Assim como o Aventureiro, a praia faz parte do roteiro náutico “Volta Ilha”, com diversas lanchas parando em torno de uma hora na praia nos finais de semana.



FOTO 23. TRILHA DE ACESSO À PARNAIÓCA.
FOTO: RAONI FERREIRA



FOTO 24. PRAIA DA PARNAIÓCA. FOTO:
RAONI FERREIRA



FOTO 25. ESTRUTURA DE CAMPING DA
PARNAIÓCA. FOTO: RAONI FERREIRA



FOTO 26. IGREJA E CEMITÉRIO DA
PARNAIÓCA. FOTO: RAONI FERREIRA



FOTO 27. ESTRUTURA DE CAMPING DA
PARNAIÓCA. FOTO: RAONI FERREIRA



FOTO 28. CACHOEIRA DA PARNAIÓCA. FOTO:
RAONI FERREIRA

4.3 Contexto Social do entorno do PEIG e conflitos

A análise do contexto social do entorno imediato do PEIG e das relações das comunidades com a gestão do PEIG são apresentadas de forma descritiva neste item, no qual são também contextualizadas algumas das principais tensões existentes que foram identificadas neste processo.

Para tal, é importante considerar que como a presença cotidiana dos gestores do PEIG ocorre de forma mais significativa na localidade do Abraão e praias próximas a ela, nesses casos os atores sociais fazem referências de forma direta à gestão do PEIG e, de forma associada, ao INEA.

No entanto, nas demais comunidades as percepções dos moradores são referidas quase em sua totalidade ao INEA, órgão gestor do PEIG e das demais UC Estaduais da Ilha Grande e, de forma complementar, ao PEIG. Desta forma, a contextualização será feita considerando de forma associada as referências ao PEIG e ao INEA, mantendo-se aquela utilizadas pelos atores sociais e identificadas nas atividades de campo.

O INEA possui como uma de suas principais atribuições, realizar a fiscalização ambiental conforme a legislação vigente para a implementação das UC. No entanto, uma questão recorrente de conflitos em análises socioambientais em diversas partes do Brasil, a fiscalização incide sobre diversas práticas das populações locais. Assim, as ações de fiscalização que visam coibir ou ordenar práticas de uso dos recursos naturais como pesca, caça, agricultura, uso de madeiras para construção de casas, barcos, apetrechos de pesca, ocupação para moradia, entre outros, representa nas principais comunidades da Ilha Grande foco de tensão social. Isto ocorre já que a fiscalização incide sobre a forma de se alimentar, trabalhar e morar das populações; portanto, atividades centrais na manutenção dos modos de vida, costumes, e necessidades de sobrevivência de qualquer cultura.

Em estudo antropológico realizado janeiro de 2016, pela consultoria CAUSE, essa problemática foi identificada na fala de alguns atores locais:

"O INEA "impede a população de plantar, criar animais e fazer horta, mas se omite em crimes ambientais de maior porte que envolve empreendedores com maior poder aquisitivo"; "autua particulares mas não confronta o governo como é o caso da situação do lixo no Abraão"; "proíbe o uso de certas malhas na rede de pesca artesanal e multam os pescadores, mas não fiscalizam os barcos de pesca profissional e de arrasto que vem de fora"." (Matta, 2016, p.78)

Existe uma percepção de que o INEA atua de forma fiscalizadora apenas para pequenas questões, mais ligadas ao dia-a-dia e a cultura tradicional dos moradores, porém não é efetivo em questões maiores ou que envolvam pessoas ou órgãos com maior poder aquisitivo.

Neste cenário, a Ilha Grande se insere em um contexto regional onde ocorrem conflitos de interesse entre a proteção da natureza e as populações locais, debatidos por diversos autores. Atualmente estes conflitos são abordados em debates acadêmicos, estudos de impacto ambiental e nos fóruns participativos como no caso do Fórum de Comunidades Tradicionais da Costa Verde (Angra/Paraty/Ubatuba) e mobilizações que buscam valorizar a cultura tradicional na região, como por exemplo o movimento "preservar é resistir" (<http://www.preservareresistir.org>).

Ademais, deve ser considerado também que, o contexto socioeconômico regional e nacional certamente teve forte influência na transição de atividades dos moradores da Ilha Grande. Os atores sociais locais mencionam que muitos jovens resolveram sair para o continente em busca de estudos e outras oportunidades de emprego, com destaque para a busca por qualificação para exercerem atividades ligadas ao setor náutico. O crescimento do turismo também fez com que muitos moradores comesçassem a prestar serviços de alimentação,

transporte e hospedagem, portanto, migrando de práticas socioeconômicas tradicionais para atividades formais de prestação de serviço.

Em função disto, as comunidades locais demandam mais espaço de diálogo com o órgão gestor em busca de soluções integradas e planejadas em médio prazo. Os conflitos narrados entre os moradores e representantes do INEA estão identificados de forma projetada para a possibilidade de implementação de uma PPP na Matriz de Riscos (Item 16) e nos quadros que expõem as expectativas dos atores sociais (a ser exposto mais adiante), que compõem este documento.

Este cenário justifica o receio e desconfiança por parte das comunidades em relação a atividades desenvolvidas pelo órgão gestor devido ao histórico de ações punitivas devido às fiscalizações.

4.3.1 Contexto social e conflitos em Abraão e proximidades

A Vila do Abraão é a mais diversa entre as vilas da Ilha Grande. Sua comunidade é formada por um misto de gerações remanescentes de caiçaras, antigos funcionários do presídio, brasileiros que escolheram a Ilha para morar e montar um empreendimento, um fluxo intenso de Baianos de Valença que chegaram para os serviços de construção civil e muitos estrangeiros que escolhem a Ilha para morar, montar um negócio (pousadas e restaurantes) e passar um tempo.

Essa diversidade de características culturais faz de Abraão a vila mais conflituosa da Ilha, pois a dificuldade de reunir as pessoas em torno de um projeto comum implica em divergências de expectativas e usos do solo e dos recursos naturais. Soma-se a isso, o fluxo intenso de turistas que coloca toda a comunidade empenhada em “fazer negócios”, o que não facilita os acordos ou programas de ordenamento das atividades turísticas.

Em paralelo a agitação cultural e diversa que vive a Vila do Abraão, o fato do turismo praticado naquela localidade ocorrer em toda a Ilha Grande, faz com que os conflitos e percepções dos moradores atravessem os problemas locais e coloquem todos os segmentos sociais em posição de querer definir o modelo de turismo para toda a Ilha. Por isso, várias percepções foram sentidas nas atividades de campo e no relacionamento com os diferentes setores locais.

Em Abraão foram identificados diversos temas geradores de tensões entre os moradores e a gestão do INEA/PEIG, sendo alguns deles sistematizados a partir de percepções dos atores sociais em função de:

- Frustração por parte de diversos atores sociais em relação a participação no conselho, principalmente em função deste ser consultivo;
- Ausência de divulgação por parte da UERJ em relação às suas atividades no PEIG e limitado retorno dos pesquisadores em relação aos resultados gerados pelas pesquisas;
- Sensação de que o fluxo turístico local está além do que Abraão suporta, havendo comprometimento do sistema de abastecimento de água e de saneamento;
- Preocupação com relação a possíveis intenções de instalação de um camping em Lopes Mendes, defendendo-se que lá seja objeto de turismo apenas de visitação diurna e retorno para hospedagem em Abraão e demais praias da região;

- Preocupação com relação a instalação de um Resort em qualquer área da Ilha Grande e, principalmente em áreas consideradas mais sensíveis como Parnaioca, Lopes Mendes ou Dois Rios;
- Preocupação em relação a possível entrada de novas empresas para prestação de serviço náutico de transporte, o que em diversos momentos foi considerado pelos atores sociais como potencial fonte de conflitos;
- Carência de ações por parte dos órgãos ambientais nas comunidades com relação ao processo de integração do entorno, com a disponibilização de informações sobre restrições e possíveis alternativas em relação ao uso de recursos naturais;
- Um sentimento generalizado que os moradores da Ilha Grande (especialmente Abraão) não gostam das pessoas que são “de fora” e resolvem ir morar no local, usando-se a expressão *“Aqui não se gosta de quem é de fora”*;
- Apresentação de projetos prontos para a comunidade por parte do governo ao invés de realizar processos mais informativos e participativos para a elaboração de projetos para o local;
- Sensação de frustração em relação a não existência das casas de farinha nas quais as senhoras mais idosas faziam farinha de mandioca e biju, em função da proibição e fiscalização das áreas de roça, onde havia agricultura, café, cana, milho, feijão;
- Sensação de injustiça diante do fato de muitas pousadas e infraestruturas particulares ficarem em áreas proibidas por lei e não serem punidas e retiradas;
- Sensação de frustração em relação a não fiscalização de áreas que particulares colocam boias para impedir a circulação de pessoas, o que é ilegal;
- Sensação de ingestão do INEA frente a escolha dos vendedores autorizados a atuarem em Lopes Mendes com venda água e alimentos, que segundo os moradores são quase todos de fora da Ilha Grande, cuja prioridade deveria ser dada para os moradores do local.

4.3.2 Contexto social e conflitos nas demais comunidades

Toda a ocupação na Ilha Grande é considerada de comunidades tradicionais, com algumas comunidades com essa característica mais evidentes, e outras já sentindo a mistura e a perda das características culturais. Dois grupos são os mais presentes na Ilha, os caiçaras e as famílias de Colônias Japonesas, estas porém mais presentes em comunidades como Bananal e Matariz, com algumas famílias na região de Sítio Forte e na Praia Vermelha.

A presença mais antiga é das comunidades caiçaras, que ocuparam a Ilha há alguns séculos, e suas famílias estão distribuídas por todas as comunidades. Porém, com o passar dos anos algumas praias já perderam suas características, o que se deu muito em função da criação das UC que proibiram reproduções sociais comuns entre os caiçaras, a roça e a pesca de subsistência. Outras deixaram de existir quase completamente, seja por conta da proximidade com o antigo presídio, seja pelas alterações nas suas práticas sociais.

Atualmente as comunidades com características caiçaras mais marcantes estão situadas no lado oeste da Ilha, representadas por Aventureiro, Provetá, Longa, Araçatiba e Praia Vermelha. Porém, comunidades como o Abraão, Palmas, Matariz e Enseada das Estrelas ainda mantêm remanescentes das famílias caiçaras, contudo com a ocupação de famílias “de fora” com maior

intensidade. Assim, os conflitos e interesses de cada comunidade são bem característicos, derivado da sua história e das atividades socioeconômicas que vem marcando as últimas décadas.

No caso de Araçatiba uma questão para a comunidade no período atual é a implementação do projeto de saneamento através do INEA, cujo processo foi criticado por diversos atores sociais. Na percepção dos moradores não houve um diálogo prévio com a comunidade, em que poderiam ser acordadas algumas considerações feitas pelos moradores quando da instalação do projeto. Em função disso, já houve conflitos entre moradores e as empresas responsáveis pela instalação de estrutura do saneamento. O que mais desagradou os moradores foi o sistema escolhido em função de impactos visuais e vulnerabilidade de funcionamento no caso dos períodos de falta de energia, que atualmente são ainda frequentes em toda a Ilha Grande.

No caso de Provetá a principal tensão mencionada foi com a posturização dos processos de fiscalização em relação às atividades de pesca. É importante considerar que muitas das realizações de ações de fiscalização na região são desenvolvidas de forma integrada com outros órgãos ambientais e instituições de segurança pública, no entanto quando há referência ao INEA este encontra-se, na percepção local, como agente que exerce estas práticas.

Ainda em Provetá, existe uma demanda da comunidade por autorização para a realização de poda nas árvores nas trilhas, instalação de novos relógios medidores de energia em terrenos com desmembramentos de casas, além de mais apoio e informação sobre seus direitos e deveres.

Na parte continental da Ilha, principalmente praias de Araçatiba, Bananal, Vermelha e Provetá não há a percepção de uma relação direta entre a gestão do Parque e os moradores locais. Essa distância é apontada como responsável pela falta de participação de representantes destas comunidades nas reuniões de gestão do PEIG.

No caso do Aventureiro, a percepção sobre o PEIG está ligada diretamente à gestão do INEA em relação antes apenas à REBIO, e atualmente em relação à RDS do Aventureiro. Desta forma, no caso do Aventureiro os conflitos são bem específicos e serão apresentados adiante. Da mesma forma, como Parnaioca encontra-se dentro da área do PEIG, havendo uma relação mais direta e próxima entre a UC e a comunidade, seu contexto será abordado a seguir.

4.3.3 Contexto social e conflitos em Parnaioca e Dois Rios

A principal questão para a população de Parnaioca é a possibilidade de permanência das famílias e manutenção das atividades de receptivo de camping. Como Parnaioca está completamente inserida no PEIG, as famílias sentem necessidade de uma maior garantia da permanência de suas atividades, exercidas desde antes da ampliação da área do PEIG para esta praia.

Atualmente, os campings não possuem um documento de autorização oficial do INEA¹⁶ mas possuem um documento de delimitação e estabelecimento do número adequado de barracas produzido em 2007 pelo PEIG e algumas possuem alvará da Prefeitura Municipal de Angra dos

¹⁶ Foi relatado que possuem um termo de compromisso, mas o documento não foi identificado junto aos donos do camping, e também junto à equipe gestora do PEIG.

Reis. As expectativas dos moradores envolvem a necessidade de que seja realizada um termo de acordo ou compromisso oficial para a garantia de continuação das atividades turísticas locais.

A principal questão atualmente se refere não apenas a manutenção dos serviços de camping e permanência dos moradores na praia, mas a determinação de uma capacidade de suporte que determine a quantidade máxima de barracas e pessoas no local, e os critérios de manejo da atividade. Além disso, é considerada a importância do apoio direto do INEA na fiscalização do camping selvagem praticado principalmente nos períodos em que a praia está com menos visitação turística. Segundo os moradores, não havendo fiscalização muitos turistas acampam em locais irregulares, e a própria comunidade tem que fazer a fiscalização.

A energia na localidade é proveniente de geradores movidos à óleo diesel e placas solares, neste sentido os campings estão buscando ampliar a capacidade através da aquisição de mais placas e baterias. Portanto, apesar de já ter havido conflitos entre o INEA e comunidade, diferente do Aventureiro onde as tensões são mais evidentes, na Parnaioca os moradores se colocam como parceiros do PEIG e potencial parceiro da PPP desde que sejam mantidas as características locais e que os serviços turísticos realizados por eles possam ser regulamentados de forma efetiva.

Além disso, a comunidade considera como fundamental o resgate e valorização da história da Vila da Parnaioca, que no passado abrigou mais de 300 moradores. Para eles, um plano de comunicação e resgate da memória local pode agregar valor à visitação local e contribuir para a valorização da cultura caiçara, fundamental para o desenvolvimento de um turismo histórico e de natureza.

Ligado por uma trilha de aproximadamente 3 horas de caminhada, ainda dentro dos limites do PEIG, está a Vila Dois Rios. Esta vila, formada por ex-funcionários do presídio, muitos antigos caiçaras ou casados com caiçaras das comunidades da Ilha, apresenta uma característica distinta de toda Ilha Grande. Por ser uma comunidade gerida pela UERJ, em nome do Governo do Estado, nenhum morador é proprietário das casas, tendo apenas a permissão de morar garantida pelo termo de cessão realizado entre Governo e UERJ.

Esta situação deixa a comunidade em situação de vulnerabilidade, pois diferente do passado, onde os funcionários do presídio determinavam toda gestão da Vila, atualmente eles não apresentam nenhuma gerência sobre a manutenção da Vila, toda de responsabilidade da UERJ.

Por Dois Rios estar sob concessão para uso em pesquisas, a Vila não desenvolveu nenhuma atividade turística além daquelas realizadas pela própria UERJ. Desta forma, toda a visitação que acontece tem limite de permanência e se direciona apenas para a praia, com retorno dos visitantes para as vilas do seu entorno (Abraão ou Parnaioca). Atualmente não há autorização para estabelecimento de nenhuma hospedagem na vila e apenas dois pequenos bares podem oferecer refeições ou bebidas para os turistas. Com isso, não existem empregos no turismo, e as fontes de renda da comunidade local são as aposentadorias do presídio ou os serviços dedicados à UERJ.

4.3.4 Contexto social e conflitos em Aventureiro

No caso do Aventureiro os conflitos existentes foram amplamente descritos em teses acadêmicas (MENDONÇA, 2010 e 2011), revistas, blogs e jornais. Para maiores informações http://r1.ufrj.br/im/gemte/pdf/O_povo_do_Aventureiro.pdf

A permanência da comunidade na praia, considerada uma das mais antigas da Ilha Grande, foi uma tensão que durou mais de uma década, período em que a comunidade foi incluída nos limites da criação da Reserva Biológica da Praia do Sul e do Parque Marinho do Aventureiro. Durante este período a comunidade se viu proibida de exercer suas atividades básicas de subsistência, a roça e a pesca tradicional, e empurrada para a ilegalidade para se manter na praia. Muitas famílias saíram da Ilha e outras descobriram o turismo como uma alternativa para se manterem no Aventureiro, tendo sido construído campings nos quintais de todas as famílias.

Considerando todo o processo histórico já disponível e bastante difundido sobre os conflitos em Aventureiro, destacam-se neste documento as percepções mais recentes da população em relação à criação da RDS, trazendo informações mais atualizadas das percepções da população local, já com relação ao processo de implementação da RDS.

De acordo com os moradores após a assinatura do decreto de criação da RDS do Aventureiro foram realizadas cerca de 4 reuniões, todas com bastante tensão e ditas como “confusas”, ainda em 2014. Neste ano, a partir de um projeto de lei aprovado entre os deputados do Estado do Rio de Janeiro, a Vila do Aventureiro foi excluída da REBIO e o Parque Marinho foi desfeito. No mesmo ato, a RDS foi criada englobando uma parte terrestre e a antiga área do Parque Marinho.

De acordo com informações obtidas no local, muitos moradores teriam ficado insatisfeitos como o processo de criação da RDS. Isto ocorreu pois estava previsto na lei de criação que novas construções não poderiam ser realizadas por eles, sendo que esta era uma reivindicação antiga da comunidade, seja de construção de novas casas para as famílias que vinham crescendo, seja de reforma nas casas antigas, muitas ainda construídas de barro e madeira. Assim, na percepção local a RDS não atendeu diretamente o objetivo dos moradores, mas sim do Estado, ao acabar com o conflito em relação a presença de uma comunidade no interior de uma UC de Proteção Integral.

Segundo relatos, após as primeiras reuniões realizadas após a criação da RDS para formação do seu Conselho Deliberativo, não foi realizada mais nenhuma reunião desde 2014, o que dá a sensação para a população de algo “inacabado”.

Para a comunidade, a falta de uma continuidade no planejamento e gestão da RDS vem gerando diversos conflitos de uso dos recursos naturais e ocupação nos seus limites. É relatado que na região marinha da RDS ocorre pesca industrial predatória praticada por barcos de outras regiões do estado e do país. Para os moradores, neste momento não está havendo presença significativa de fiscalização no local, a não ser a presença de alguns guarda-parques que apresentam dedicação à comunidade, porém não sendo o suficiente para coibir as atividades ilegais.

Foi mencionado também que o número de visitantes na Vila, que tinha sido estabelecido em cerca de 560 turistas, não tem sido respeitado em função de não haver um controle mais rígido de entrada, o que faz com que a praia tenha recebido mais que este número em datas festivas, principalmente no ano novo. Para os moradores, o excesso de turistas gera desorganização, insegurança, lixo e ineficiência das instalações de saneamento.

A praia conta com cerca de 40 famílias e 18 campings, além de quartos nas casas que são alugados de forma eventual. Em relação à implementação da RDS a principal consideração local é que o processo seja conduzido por profissionais que possuam experiência neste modelo de UC e gestão de conflitos, pois o histórico é de intenso conflito, não havendo um canal claro de diálogo e comunicação¹⁷.

Uma tensão recente na comunidade está relacionada à instalação das placas solares na sede do INEA, enquanto os moradores também possuem dificuldades em relação a geração de energia no local e solicitam ao poder público apoio para a aquisição de placas solares.

Ao serem questionados sobre a presença de turistas que chegam de lancha apenas para passarem um tempo no local foi mencionado que as vezes chegam a ter 30 lanchas na praia, mas que o impacto não é muito significativo e não acarreta nenhum tipo de problema direto para os moradores, assim como não gera nenhum benefício para a comunidade.

Uma questão importante no Aventureiro se refere ao armazenamento e coleta do lixo, pois o local destinado à colocação dos resíduos fica próximo ao cais e não oferece proteção, ficando aberto e exposto para qualquer pessoa que vá acessar o local. Segundo os moradores, o sistema de coleta atual é insuficiente para atender o local, principalmente nos períodos de maior visitação turística. Desta forma, é um problema de grande significância para os moradores da localidade.

Diante do histórico de conflitos no local e em função da criação da REBIO da Praia do Sul muitos moradores expressam que ainda possuem medo e receio que o receptivo turístico oferecido pela comunidade seja proibido, o que acarretaria em um impacto direto sobre todas as famílias locais, que geram direta ou indiretamente, renda ligada ao turismo.

Em relação ao processo de criação da RDS, é mencionado ainda que a área estabelecida oficialmente não corresponde à reivindicação da comunidade em relação aos seus usos tradicionais. Segundo informações obtidas no local, o mapa com a proposta de limites foi entregue ao INEA, mas foi estabelecida uma área diferente da que foi trabalhada junto à comunidade, o que também gerou conflitos.

Uma questão interessante identificada em campo é que já houve, segundo moradores locais, um processo de pré-organização da comunidade para a montagem de um conselho, e que foram identificados 8 diferentes núcleos familiares que seriam considerados como forma de representação para a tomada de decisão sobre a gestão da unidade de conservação. No futuro, essa constatação deve ser objeto de estudo para melhor composição do conselho e representação da comunidade.

¹⁷ Segundo os moradores uma boa data para ser fazer reuniões na comunidade é logo após o feriado de corpus cristi, pois na praia ficam poucos turistas, mas ainda permanece com moradores, que em outras épocas também não ficam no local.

4.3.5 Percepções locais sobre o turismo associado aos cruzeiros na Ilha Grande

Um tema que na atualidade representa uma questão importante para os atores sociais da Ilha Grande, principalmente em Abraão e suas proximidades, mas também relatado nas demais praias, é a visitação turística a partir dos cruzeiros que fazem paradas na Baía da Ilha Grande para que seus usuários desçam até Abraão e de lá acessem os atrativos naturais na região.

Desde 2007 há paradas regulares de navios de cruzeiros, com o desembarque de milhares de turistas para a visitação da Ilha Grande no período diurno. Se, por um lado, os navios estão associados ao fomento e desenvolvimento do turismo, aquecendo a economia local e gerando renda tanto para os moradores quanto para a prefeitura de Angra dos Reis, por outro lado muitos atores sociais ressaltam nas entrevistas alguns dos impactos que estão de forma direta e indireta associados à presença dos cruzeiros e desembarque dos seus passageiros.

De acordo com os atores sociais, as principais preocupações em relação aos cruzeiros são:

- Presença de espécies exóticas que ficam nos cascos dos navios e se soltariam quando estes estão parados;
- Lançamento de esgoto na Baía do Abraão;
- Geração de resíduos sólidos (lixo) levados pelos visitantes dos cruzeiros e descartados em terra firme;
- O controle do número de navios nas próximas temporadas (reivindicação mencionada por alguns atores sociais – de acordo com relatos em 2015 houve um total de 68 cruzeiros);
- Grande circulação de turistas no Abraão com sobrecarga dos serviços públicos disponíveis (saneamento, energia elétrica, segurança);
- Conflitos em relação ao desembarque e desembarque dos cruzeiros no Cais de Turismo do Abraão (área reservada no cais);
- Não geração de nenhum benefício direto para as comunidades locais;
- Movimentação do fundo do mar nas manobras dos navios;
- Superlotação de Abraão e precarização dos serviços públicos;
- Aumento da visitação nas demais áreas do PEIG e entorno, como Lopes Mendes, Lagoas Azul e Verde, Parnaioca e Aventureiro;
- Aumento dos preços praticados pelos serviços turísticos em função da oferta de contratação e poder de pagamento por parte dos turistas dos cruzeiros;
- Aumento da presença de turistas estrangeiros (com especial preocupação em relação aos argentinos, que dormem nas praias e aceitam salários menores que o de mercado) e risco de se chegar a uma “dependência” deste tipo de turismo;
- Aumento de serviços praticados de forma irregular com mão de obra de estrangeiros argentinos.

Desta forma, a maioria dos atores sociais entrevistados mencionaram que no início eram favoráveis à visitação da Ilha Grande por parte dos turistas dos cruzeiros, mas que, nos últimos anos, tem percebido diversos impactos negativos na região e muito pouco retorno para as comunidades locais. Esta percepção é ainda mais evidente quando se trata dos donos de pousadas já que o turista proveniente dos cruzeiros não se hospeda no local e, ao mesmo tempo, gera impacto com a redução da qualidade dos demais serviços oferecidos para os turistas que se hospedam na Ilha.

Desta forma, recomenda-se o acompanhamento e a realização de estudos aprofundados sobre a visitação da Ilha Grande proveniente dos cruzeiros, já que, se por um lado a geração de recursos financeiros se revela um atrativo, em médio prazo, em função de possíveis impactos, a atividade poderia ser prejudicial para sustentabilidade financeira caso comprometa, por exemplo, a qualidade ambiental do local em função de sobrecarga na infraestrutura de Abraão ou até mesmo sobrecarga e impacto nos atrativos naturais.

4.3.6 Contexto social e conflitos: pesquisa de opinião pública na Ilha Grande

Para obter uma leitura mais precisa sobre o contexto social e a identificação de possíveis pontos de conflito, uma das consultorias contratadas para a realização dos estudos preliminares, a CAUSE, realizou em fevereiro de 2016 uma pesquisa quantitativa face a face, com cento e um moradores da Ilha Grande. Para a coleta, foram estabelecidas cotas cruzadas de sexo por idade e sexo por escolaridade, controladas por atividade econômica (PEA), a margem de erro calculada para o total da amostra é de 9,7%, para um intervalo de confiança de 95%.

A pesquisa teve como alguns dos objetivos, coletar a percepção da população sobre áreas de interesse público; identificar os principais problemas de ordem pública e analisar a receptividade da população frente a possibilidade de o Governo fazer parceria com entes privados para a gestão do PEIG ou para a prestação de serviços na Ilha.

A tabela abaixo, mostra o resultado da pergunta relacionada aos principais problemas da Ilha Grande na atualidade. O respondente poderia falar mais de um problema. Como podemos observar, energia elétrica, transporte e coleta de lixo foram os principais problemas relatados.

Principal problema (resposta espontânea e múltipla)	N	%	% (base 100)
Energia elétrica	32	32%	23%
Transporte	23	23%	16%
Coleta de lixo	22	22%	15%
Saúde	21	21%	15%
Saneamento básico	10	10%	7%
Educação	6	6%	4%
Emprego	5	5%	4%
Segurança	4	4%	3%
Sinal de celular	3	3%	2%
Turismo	3	3%	2%
Administração	2	2%	1%
INEA	1	1%	1%
Infraestrutura	1	1%	1%
Levantamento da capacidade da Ilha	1	1%	1%
Creches	1	1%	1%
Poluição das praias	1	1%	1%
Nada	2	2%	1%
NS/NR	4	4%	3%
Total	142	141%	100%

Fonte: Pergunta: qual é o maior problema da Ilha Grande atualmente? (ABERTA – OBJETIVA). Pesquisa quantitativa na Ilha Grande (Cause, 2016)

A coleta de lixo é um problema mais agudo para os moradores da Vila do Abraão: 73% dos moradores entrevistados da área relataram o problema. A falta de energia, citada majoritariamente por homens e a população economicamente ativa (PEA), indica a problemática, entre outras questões, na vida profissional dos moradores.

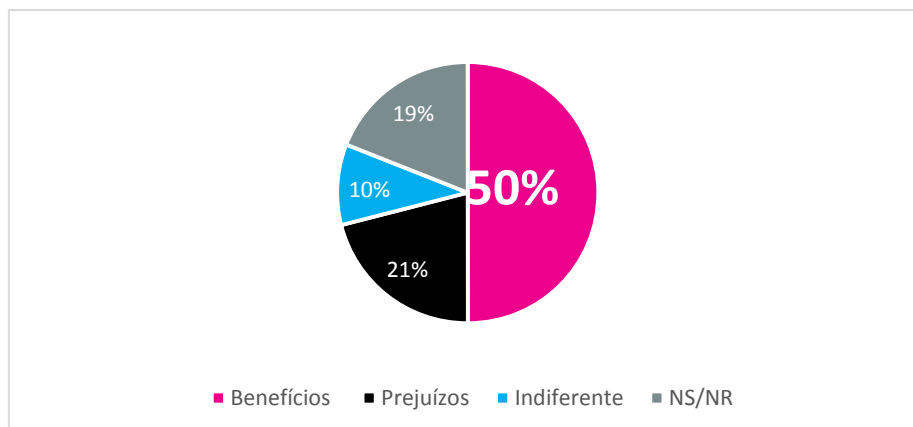
Em relação à avaliação de áreas de interesse público, podemos identificar problemas novamente em energia elétrica, rede de esgoto, saúde, o trabalho do INEA (provavelmente pelos motivos relatados anteriormente) e emprego e renda. Abastecimento de água, proteção e conservação do meio ambiente são áreas relativamente bem avaliadas pela população.

Avaliação de áreas	Ótima e Boa	Regular	Ruim e Péssima	NS/NR
Abastecimento de água	67%	26%	7%	0%
Áreas de Proteção Ambiental na Ilha	57%	21%	18%	4%
Conservação do meio ambiente	53%	26%	19%	3%
Coleta de lixo	47%	19%	34%	1%
Impacto dos hotéis e pousadas para a Ilha	47%	36%	13%	5%
Transporte	38%	26%	37%	0%
Controle de entrada de turistas na Ilha	37%	30%	31%	3%
Geração de empregos na ilha	35%	18%	48%	0%
Segurança	34%	14%	51%	2%
Educação	30%	35%	33%	3%
Emprego e Renda	29%	18%	53%	1%
Trabalho do INEA	22%	22%	44%	13%
Saúde	19%	37%	44%	1%
Rede de esgoto	19%	24%	58%	0%
Energia Elétrica	4%	12%	84%	0%

Fonte: Pergunta: Como o Sr(a) avalia (ÁREA): ótima, boa, regular, ruim, péssima? Pesquisa quantitativa na Ilha Grande (Cause, 2016)

A pesquisa demonstrou que, provavelmente devido às dificuldades de gestão do INEA e os problemas de infraestrutura e serviços públicos encontrados na Ilha, a população se mostra aberta a busca de soluções alternativas para a gestão da área. 50% dos moradores acredita que uma parceria entre o Governo do Estado do Rio de Janeiro e uma empresa privada para administrar o Parque Estadual, traria mais benefícios Ilha. Notou-se que uma quantidade ainda relevante não soube responder.

Em sua opinião, uma parceria entre o Governo do Estado do Rio de Janeiro e uma empresa privada para administrar o Parque Estadual, traria mais benefícios ou mais prejuízos para a Ilha?



Fonte: Pesquisa quantitativa na Ilha Grande (Cause, 2016)

A percepção de benefícios de uma parceria do Governo do RJ com uma empresa privada foi vista de forma diferente de acordo com a localidade. Abraão e Provetá enxergam mais benefícios (70% e 57%, respectivamente); Em Araçatiba, 27% são indiferentes, enquanto os moradores de outras localidades se destacaram pela quantidade de entrevistados que não souberam responder (38%).

Em relação aos motivos dos benefícios, 25% relata a geração de empregos, 20% mais investimentos à Ilha e 18% a melhoria da Administração. Para esta conclusão, foram realizadas perguntas qualitativas abertas. Abaixo, algumas frases que citam os benefícios dessa parceria:

- “Iria regulamentar a ilha. Teria mais empregos”
- “O INEA não supre as necessidades dos moradores, se houvesse uma opção seria melhor”
- “Melhoraria a estrutura. Falta parceria, o governo não dá conta”
- “Teria mais investimentos e segurança, preservação”
- “Talvez a empresa se preocupe mais com o morador da ilha”
- “Regulamentação de entrada de turistas na ilha”
- “Falta administração atualmente”

Em relação aos que acham que a parceria traria prejuízos à Ilha, eles alegam que essa gestão seria mal administrada (38%), que não confiam nas empresas ou no Governo (29%) e que teria impactos negativos à população e ao ambiente (24%). Abaixo, frases de entrevistados que citam os prejuízos para a Ilha:

- “Os problemas da ilha podem ser resolvidos pelo governo”
- “Sempre haverá interesse pessoal e não acredito que vá melhorar”
- “Não vai ter emprego para os pescadores”
- “Por faltar energia iria ficar muito pior, com mais pessoas”

Outros dados da pesquisa indicaram uma percepção positiva da população em ações ligadas à: parceria do Governo com uma empresa privada para cuidar do lixo, esgoto e abastecimento de água na Ilha Grande; instituir uma quantidade máxima por dia de turistas que podem visitar a Ilha Grande e controle de entrada e saída diária de turistas que podem visitar a Ilha Grande.

De um modo geral, como o Sr(a) avalia o impacto das seguintes situações para sua vida, ótima, boa, regular, ruim, péssima?

Opinião sobre ações: impacto para a própria vida	Ótimo e Boa	Regular	Ruim e Péssima	NS/NR
Parceria do Governo com uma empresa privada para cuidar do lixo, esgoto e abastecimento de água na Ilha Grande	96%	1%	2%	1%
Controle de entrada e saída diária de turistas que podem visitar a Ilha Grande	79%	5%	11%	5%
Ter uma quantidade máxima por dia de turistas que podem visitar a Ilha Grande	73%	11%	11%	5%
Aumento de turistas na Ilha Grande	66%	22%	10%	3%
Parceria do Governo com uma empresa privada para administrar o Parque	55%	19%	14%	13%

Fonte: Pesquisa quantitativa na Ilha Grande (Cause, 2016)

Os resultados da pesquisa quantitativa confirmaram algumas hipóteses relacionadas ao contexto social na Ilha Grande levantadas durante os estudos de campo na. As principais delas são:

- Insatisfação da população perante alguns serviços públicos (energia elétrica, coleta de lixo e saúde, principalmente)
- Insatisfação da população frente o trabalho do INEA
- Abertura dos moradores a alternativas de gestão e soluções para prestação de serviços públicos

4.4 Stakeholders do entorno e suas relações com o PEIG

Neste item são sinalizadas e analisadas as principais percepções de importantes stakeholders interessados e impactados pelo projeto de implementação da PPP para a gestão PEIG. Dessa forma, são consideradas as principais expectativas que estes atores sociais possuem em relação a proposta da PPP, assim como seus principais interesses no caso da sua implementação.

Os atores sociais entrevistados e as expectativas sistematizadas não devem ser consideradas, de antemão, uma posição favorável ou desfavorável ao processo. Por mais que alguns atores sociais tenham manifestado posição definida a favor ou contrária à proposta de PPP, na expressão sobre as expectativas muitos deles ressaltaram aspectos que podem ser positivos e/ou negativos em um mesmo contexto.

Portanto, muito embora um determinado ator social tenha posição contrária ao projeto, este mesmo ator social é capaz de identificar aspectos que podem ser positivos no caso da implementação da PPP, fazendo com que a proposta seja interpretada como potencialmente tanto negativa como, em outros aspectos, positivas.

Desta forma, não se considera fundamental neste momento identificar nominalmente os atores sociais que possam representar riscos diretos para o processo mas, de outra forma,

considerar os riscos gerais do processo e, por vezes, interpretá-los de forma associada aos atores sociais aos quais estes riscos estão relacionados.

Sobre o que foi posto, importante considerar ainda a questão do engajamento desses atores que, em princípio, se manifestam desfavoráveis à PPP, considerando que se as ações de mitigação de risco forem atendidas na implementação do projeto aponta-se a tendência de se promover o engajamento desses atores, em princípio desfavoráveis, na implementação da PPP para a gestão do PEIG.

A seguir são apresentadas as expectativas, sistematizadas em forma de tabela, visando uma melhor visualização das informações.

As expectativas estão organizadas da seguinte forma:

- a) Gestores locais;
- b) Atores sociais das comunidades;
- c) Atores sociais com atuação no setor de serviço de transporte marítimo turístico;
- d) Gestores municipais de Angra dos Reis com atuação na temática do turismo.

4.4.1 Gestores Locais

Expectativas
Que haja maior agilidade nos processos de contratação de serviços e compra de produtos associados à gestão do PEIG já que o modelo governamental é interpretado como extremamente moroso diante das necessidades no cotidiano da gestão;
Menor segurança em relação à contratação dos técnicos que irão atuar na gestão do Parque já que o modo de contratação é considerado frágil comparativamente às garantias trabalhistas dedicadas ao funcionário público, que possui estabilidade para exercer determinadas funções;
Menor condição dos técnicos envolvidos na gestão de se posicionarem em relação à gestão de forma imparcial, já que diante do sistema de gestão privada poderá haver receio por parte dos gestores de se posicionarem de forma contrária à direção da empresa gestora sob o risco destes sofrerem pressão e ameaças em relação à manutenção da sua contratação no emprego;
Fragilidade em relação à qualidade dos serviços prestados pelos funcionários da empresa caso estes não sejam da região de inserção da UC. Há o receio por parte dos gestores que os contratados não possuam conhecimentos prévios na região da UC. Há o receio por parte dos gestores que os funcionários não sejam implicados na “causa” da conservação da natureza, que representa o principal e primeiro objetivo da gestão do Parque, e não a atividade turística que representará o principal interesse da empresa gestora;
Aumento do número de frequentadores da Ilha Grande e tendência de crescimento populacional desordenado com risco de favelização;
Demandas da gestão que não serão realizadas comprometendo a implementação da UC

caso estas não estejam previstas no contrato da PPP;
Difusão da percepção entre os diferentes setores da sociedade que o patrimônio do Estado (por exemplo, as infraestruturas que sofreram reformas recentes) está sendo entregue para o proveito da iniciativa privada;
Potencialização da capacidade de implementação do Plano de Manejo do PEIG diante da previsão de aporte dos recursos financeiros para tal;
Geração de impacto social em função do aumento do efetivo do número de funcionários que serão contratados pela empresa e que, vindo de outras regiões, terão que se instalar em Abraão e/ou outras localidades no entorno do PEIG;
Possibilidade de influência política na gestão UC e comprometimento das ações técnicas previstas para a implementação do PEIG.

Interesses
Que a partir da implementação da PPP haja a maximização das políticas de conservação e ampliação das ações voltadas para a recuperação das áreas degradadas e conservação das áreas florestadas do PEIG;
Adequação dos valores dos salários dos funcionários aos praticados no mercado privado, já que muitas vezes no serviço público, apesar da maior estabilidade, alguns salários ficam abaixo dos praticados no mercado privado;
Ampliação da presença de representantes de ONG conservacionistas e de pesquisadores ligadas à proteção da natureza na gestão de UC, visando apoiar técnica e politicamente as ações de conservação no PEIG;
Manutenção de um sistema de gestão semelhante ao desenvolvido no PEIG sob o apoio da Vale, no qual havia a autonomia do chefe do PEIG para a contratação de funcionários, prestação de serviços e aquisição de material de consumo e permanente;
Implementação de ações voltadas para o ordenamento turístico no PEIG já que o turismo representa fonte principal de geração de recursos para o parceiro privado e a degradação dos atrativos acarretaria na redução, em médio e longo prazo, da capacidade de geração de recursos;
Existência de incentivos para que os funcionários possam se aperfeiçoar tecnicamente, com o apoio para a realização de cursos de capacitação e qualificação técnica profissional, já que a maior qualidade estaria no sentido da maior eficiência da gestão da empresa;
Que a cobrança de taxas de visitação seja associada a uma campanha de valorização do PEIG e dos serviços que por ele são gerados.

4.4.2 Atores Sociais das Comunidades – Abraão

Expectativas
Maior apoio da gestão PPP/PEIG para o controle da entrada de turistas na Paranoica junto aos moradores que possuem camping, atividade que atualmente é realizada apenas pelos moradores/donos de camping;
Temor quanto à cobrança de ingresso por parte da gestão PPP/PEIG para os moradores utilizarem as trilhas na área do parque, isto poderia gerar conflitos caso a permissão de acesso livre para moradores não fosse adotada;
Cobrança diferenciada de ingresso para trilhas, considerando o trecho a ser acessada pelos turistas;
Participação prévia dos atores possivelmente impactados na definição de modelo e empresa que poderá implementar a PPP (como por exemplo o Grupo de Trabalho da Ilha Grande, criado por Lei Municipal de Angra dos Reis);
Possíveis conflitos e desacordos entre a gestão da PPP/PEIG com representantes das secretarias municipais em função das sobreposições de responsabilidades;
Temor de que o turismo na Ilha Grande passe por um processo de elitização e não considere um sistema de inclusão social para a visita de populações de baixa/média renda;
Receios de que a empresa gestora da PPP/PEIG não realize processos participativos para que as comunidades sejam ouvidas e suas percepções consideradas na implementação do processo de gestão;
Desconfiança de que a sociedade civil tenha menor poder de influenciar a gestão do PEIG em contraposição à empresa;
Temor de que não haja espaços adequados de comunicação entre atores locais e a gestão da PPP, e que a empresa se utilize de sistemas automatizados, como os utilizados por empresas de telefonia móvel, com recorrentes processos de reclamação em relação ao atendimento junto ao PROCOM, por exemplo;
Desconfiança de que a empresa implemente, para ter lucro, um sistema de turismo de massa em contraposição às características rústicas de turismo primitivo e de aventura que hoje ocorrem na ilha;
Desejo de que haja maior controle e ordenamento do turismo na Ilha Grande, em consonância com o desejo de muitos atores sociais, sobretudo na Vila do Abraão;
Que não seja prevista a construção de nenhum hotel do tipo Resort na Ilha Grande;
Que qualquer nova infraestrutura a ser implementada no PEIG ou seu entorno seja apresentada de forma prévia para a sociedade;
Possibilidade de haver conflitos entre os segmentos locais e a gestão da PPP caso não haja um processo participativo e atendimento das demandas locais, com possíveis boicotes às

atividades do Parque;
Que haja mais oportunidades no local para a profissionalização do turismo e aumento da qualidade dos serviços turísticos prestados.

Interesses
Desejo de que sejam implementadas contrapartidas para as comunidades do entorno do PEIG a partir da cobrança de ingresso e obtenção de lucro por parte do parceiro privado;
Desejo de que haja apoio por parte da PPP/PEIG na estruturação de camping na Vila Dois Rios como forma de apoiar a visitação turística na região oceânica do Parque;
Possibilidade de estruturação de atrativos para visitação em Dois Rios, como cachoeiras, mirantes, entre outros;
Maior envolvimento dos moradores das comunidades locais nos postos de trabalhos a serem gerados pela gestão do PPP/PEIG;
Maior participação dos moradores de Aventureiro no processo de gestão do PEIG, considerando a relação entre a RDS e o Parque;
Desejo de melhor condução das reuniões do Parque, do ponto de vista metodológico;
Definir melhor as atribuições dos atores públicos na gestão das comunidades do entorno do PEIG, com maior envolvimento da Prefeitura nas suas atribuições;

4.4.3 Atores Sociais das Comunidades – Araçatiba

Expectativas
Temor quanto ao modelo a ser adotado pela PPP, e as formas de diálogo com a população local, sobretudo na imposição de projetos que não beneficiem os atores sociais;
Que haja aumento no índice de poluição em função do aumento da visitação e, conseqüentemente, diminuição da qualidade de vida da população de Araçatiba
Receio que o modelo de turismo a ser estimulado no local não seja de base comunitária, mas sim um turismo de massa;
Se em função da PPP houver aumento no número de visitantes haja deficiência no sistema de energia elétrica;
Que haja maior especulação imobiliária por parte de empresas que podem chegar na região em função da implementação da PPP e do incremento do turismo regional;
Que a Ilha Grande não receba nenhum “benefício” em troca do lucro que será obtido pela empresa com a exploração dos recursos locais;

Desejo de que haja uma aproximação da gestão da PPP/PEIG junto às populações visando resgatar a confiança na gestão do Parque;
Receio de que não haja confiança por parte das comunidades em relação à gestão da PPP/PEIG;
Que sempre que a PPP/PEIG vá realizar alguma atividade/projeto em Araçatiba a Associação de Moradores seja previamente comunicada para mobilizar a comunidade em torno da ação;
Temor de que haja maior incidência de estrangeiros (“argentinos”) comprando terras na região da Praia de Araçatiba, o que desagrada os moradores.

Interesses
Desejo de manutenção da qualidade de vida que atualmente é oferecida para Araçatiba e seus moradores (por exemplo com água de qualidade para o consumo);
Não foi manifestado interesse em caso de indenização causado por impactos ambientais, mas sim a manutenção da qualidade ambiental;
Que Araçatiba não siga o mesmo modelo de desenvolvimento de turismo que hoje tem o Abraão, que seja um turismo de menor quantidade, menor impacto (no saneamento, na segurança pública) e com mais atenção para a conservação das áreas florestadas;
Desejo de que não haja a implementação de hotel do tipo Resort nem em Araçatiba nem em nenhuma outra praia da Ilha Grande.

4.4.4 Atores Sociais das Comunidades – Praia Vermelha

Expectativas
Que haja conflitos e desacordos entre moradores e INEA em relação à implementação da PPP/PEIG;
Que os resultados do SOT sejam considerados na gestão da PPP com relação à capacidade de carga do turismo no local e em relação aos problemas comunitários identificados pelo estudo;
Que seja definido com os moradores um Plano de Carga para a aplicação do estudo de capacidade de carga nas atividades turísticas na Vermelha e arredores;
Desejo de que a gestão PPP/PEIG promova reuniões de pequeno e médio porte sobre qualquer assunto que possa impactar as comunidades.

Interesses

Manutenção das características e do estilo de vida dos moradores locais;
Posições contrárias à instalação de hotel do tipo Resort na Praia Vermelha ou em qualquer outra praia da Ilha Grande;
Desejo de que a gestão PPP/PEIG solucione os problemas locais existentes como, por exemplo, em relação à oferta de água.

4.4.5 Atores sociais das comunidades – Provetá

Expectativas
Que possa haver uma estratégia visando facilitar a participação de representantes locais no conselho do PEIG;
Que não haja proibição da atividade de pesca a partir da implementação da PPP já que isso impactaria toda a comunidade, na qual absoluta maioria possui sua atividade econômica ligada a pesca.

Interesses
Que alguma reunião em relação à gestão do PEIG seja realizada na comunidade

4.4.6 Atores Sociais das Comunidades – Bananal

Expectativas
Preocupação por parte dos atores sociais locais por não conhecer projetos de implementação de PPP para Parques, não conhecendo seus riscos e oportunidades;
Preocupação de quais serão as empresas envolvidas na PPP e seus interesses diretos e indiretos com relação à região;
Que seja complexa a regulamentação e o ordenamento do turismo a partir de uma gestão voltada para a obtenção de lucro a partir da exploração do uso turístico do parque;
Que seja feito, antes de uma PPP, um maior controle e ordenamento do turismo na Ilha Grande e na Enseada do Bananal, com o estabelecimento de regras que interessam a atual gestão para que, apenas posteriormente, houvesse uma PPP;
Que não seja significativa e que seja limitado o comprometimento da PPP em relação à elaboração e implementação das estratégias de conservação da natureza
Que os resultados do SOT sejam considerados na gestão da PPP com relação à capacidade de carga do turismo no local e em relação aos problemas enfrentados pela comunidade identificados pelo estudo;

Receio de que haja conflito no processo de controle da legalização das embarcações que prestam serviço de transporte turístico;
Receios de que haja ampliação do impacto nos atrativos turísticos da Ilha;
Desejo de que seja implementada a capacidade de carga para os atrativos turísticos e que a população esteja de fato envolvida na tomada de decisão em relação aos parâmetros e às regras relacionadas à capacidade carga;
Que sejam realizados workshops visando explicar como funciona a gestão de uma PPP de forma prévia à sua possível implementação;
Que seja feito um acompanhamento por parte da PPP do consumo de água e de produção do lixo a partir da implementação da gestão;
Receio de que a visitação nas áreas do PEIG, que são públicas, seja proibidas e privatizadas, como ocorre em Freguesia de Santana, onde após a compra por um banco o acesso foi fechado e os moradores proibidos de visitar o local;
Temor de que haja transito excessivo de embarcações de médio e grande porte em toda Ilha Grande, seja por embarcações particulares e/ou comerciais;
Que não haja reclamações por parte dos usuários em relação a cobrança de uma taxa de visitação/manutenção do PEIG em função de muitos hóspedes já estarem acostumado com esta modalidade de cobrança em outras localidades, no caso de hospedes principalmente de hotéis.

Interesses
Que a gestão da PPP implemente ações que estimulem a permanência dos turistas na Ilha Grande e não apenas turismo diário como no caso dos cruzeiros;
Que a empresa gestora seja realmente implicada nas ações de gestão do Parque além da questão da visitação turística que representará para a PPP o principal objetivo para a obtenção de lucros;
Que seja estimulado o turismo mais “primitivo” com hospedagens em albergues, hostels, casa de pescadores, hospedagens familiares, além dos hotéis de médio porte e estrutura;
Que não sejam estimuladas muitas atividades e o incremento da visitação turística nos períodos de baixa temporada já que nestes períodos alguns atrativos aproveitam para “descansar”;
Que os moradores participem efetivamente na escolha dos modelos de saneamento, energia e instalação de demais infraestruturas na localidade;
Que a PPP/PIEG possa realmente apoiar o desenvolvimento de atividades relacionadas aos passivos do Estado como contrapartida da sua gestão para a sociedade local, como por exemplo o projeto de saneamento, que representa um problema antigo na Ilha Grande.

4.4.7 Atores Sociais das Comunidades – Palmas

Expectativas
Que a cobrança de ingresso vai contribuir para que haja uma seleção no perfil de visitantes
Que não haja muita burocracia para o trânsito de entrada e saída de moradores da Ilha Grande em função da implementação da cobrança de ingressos.

Interesses
Que seja instalada na Praia de Palmas uma antena de internet para que os jovens da região possam se qualificar e ter mais acesso à informações;
Que haja a implementação de políticas e projetos relacionados à PPP/PEIG visando estimular a permanência dos jovens da Ilha Grande na própria região.

4.4.8 Atores Sociais das Comunidades – Aventureiro

Expectativas
Posições contrárias por falta de diálogo e informação do que uma PPP representa: “rico não ajuda pobre, já trabalhei em empresa”;
Temor de que o modelo de gestão PPP/PEIG não seja bom, podendo gerar impactos negativos para o Aventureiro;
Desejo de que o acesso para Aventureiro não seja muito facilitado visando a manutenção da características locais.
Que a implementação da PPP/PEIG não acarrete em grandes mudanças das características locais relacionadas ao turismo de aventura com infraestrutura rústica, principalmente com a hospedagem em campings e casas familiares;
Temor de que sejam gerados impactos negativos caso a empresa tenha como plano implementar infraestrutura ou manter funcionários no local que possam interferir na dinâmica da comunidade;
Que a PPP/INEA não trate a comunidade como se estivessem fora da lei;
Que os turistas provenientes dos cruzeiros, que desembarcam em Abraão, não sejam estimulados a visitar e praticar o mesmo tipo de visitação em Aventureiro;
Que mesmo após a implementação de uma PPP/PEIG a principal fonte de recursos na localidade se mantenha relacionada ao turismo primitivo de camping já que os turistas que chegam de lanchas na comunidade não deixam recursos;
Que mesmo que a PPP/PEIG apoie a implementação da RDS Aventureiro será um desafio a realização de reuniões no local em função do histórico de conflitos relacionados às reuniões

com o INEA;
Possibilidade da população ser contra o projeto caso não haja movimento de participação e consulta junto à comunidade, e que o projeto influencie diretamente no cotidiano local;
Possibilidade de haver desconfiança por parte dos moradores em relação à PPP em função de mais 30 anos de conflitos com o INEA na região;
Que mesmo que haja apoio da PPP para a implementação da RDS do Aventureiro o processo seja comprometido pela falta de experiência dos funcionários do INEA com relação a implementação na gestão de uma Unidade de Conservação desta categoria de manejo. Neste sentido será complexa a construção de acordos e regras previstas por exemplo em documentos como Plano de Utilização e Plano de Manejo já que estes podem interferir no cotidiano dos moradores e suas vidas privadas se o processo não for bem conduzido;
Que a comunidade seja envolvida na implementação da RDS em diferentes funções;
Que a RDS não será bem implementada se o processo envolver apenas pessoas de fora da comunidade.

Interesses
Que a PPP/PEIG possa apoiar projetos de infraestrutura local como de geração de energia através dos sistemas de placas solares: “se é pra melhor, trazer luz”;
Estimulo ao turismo primitivo com hospedagem de campings e não a atividades de turismo de massa em função do impacto que seria gerado no local.

4.4.9 Atores Sociais das Comunidades – Parnaíoca

Expectativas
Temor de que o turismo de visitação de diária de lanchas aumente em função do incremento das atividades turísticas no Abraão, o que poderá gerar impactos negativos na Parnaíoca;
Descrença na real capacidade de melhoria do projeto ligado ao órgão ambiental
Temor de que a PPP possa estimular um modelo de desenvolvimento de turismo de massa na Ilha Grande descaracterizando o turismo de natureza mais primitivo que é desenvolvido e desejado na Parnaíoca;
Temor de que a PPP possa querer introduzir infraestrutura como, por exemplo, um cais, descaracterizando a Parnaíoca;
Temor de que a empresa tenha a gestão do PEIG voltada prioritariamente para a arrecadação com o turismo e não com a conservação da natureza;

Desejo de que seja implementado uma base do INEA no local;
Desejo de que seja implementada infraestrutura de comunicação no local.

Interesses
Oficialização da prestação do serviço de camping junto à gestão do PEIG e estabelecimento de um termo de conduta entre as partes;
Desejo de que os moradores do local possam continuar vivendo na Parnaíoca e não sejam retirados pela gestão do PEIG;
Que a PPP estabeleça espaços e canais de diálogo com a população local;
Que a capacidade de carga dos campings seja reavaliada e redimensionada visando a ampliação do número de barracas permitidas, e orientação técnica sobre a construção de fossas alternativas e banheiros;
Que seja permitida a utilização da faixa de areia da Reserva Biológica da Praia do Sul em caráter de trilha interpretativa de educação ambiental;
Que as principais características locais sejam mantidas assim como o modelo de turismo primitivo na Parnaíoca.

4.4.10 Atores sociais com atuação no setor de serviço de transporte marítimo turístico

Expectativas
Receio de que o setor hoteleiro se posicione contrário à medida de implementação de cobrança de uma taxa para a entrada na Vila do Abraão;
Apontamento de que a PPP irá enfrentar dificuldades para organizar e estabelecer uma capacidade de carga nos atrativos como Lagoa Azul e Caxadaço em função do grande número de embarcações que fazem passeios para o local, comerciais e particulares;
Receio de que a PPP possa proibir, controlar ou limitar a visitação em alguns atrativos da Ilha, o que pode gerar graves conflitos com a população local (como aconteceu no caso de Freguesia de Santana que após ser adquirida por um proprietário privado teria sido proibida de ser visitada);
Apontamento de que se houver interesse da PPP investir no turismo náutico haverá conflito com as empresas do setor e com moradores antigos que trabalham há muitos anos na atividade.

Interesses

Apoio para organização de cooperativa que está em processo de formação envolvendo cerca de 58 barqueiros (54 de Abraão, 2 do Saco do Céu e 2 Matariz) considerando que a cada ano que passa o número de barqueiros tem aumentado em Abraão;
Que a implementação da PPP possa atuar como mediadora de interesses para o ordenamento de questões ligadas ao cais do Abraão frente à recorrentes conflitos envolvendo o INEA, a Capitania dos Portos, a Prefeitura de Angra dos Reis e os barqueiros locais;
Que haja alguma forma de associar os interesses da PPP com os interesses dos barqueiros para que não haja muitos conflitos com o setor de turismo náutico;
Que a PPP atue apoiando a regulação dos serviços de transporte para se chegar na Ilha Grande a partir de Conceição de Jacareí já que não há muitas regras no local sobre os tipos de embarcações permitidas, o tempo de permanência encostado no cais, dentre outras questões;
Que a PPP contribua na organização dos atracadouros;
Que a PPP invista em projetos de resgate da história e cultura do local.

4.4.11 Gestores Municipais de Angra dos Reis com Atuação na Temática do Turismo

Expectativas
Receio de que haja dificuldades em relação à implementação da PPP/PEIG em função da dificuldade de diálogo entre Estado e Prefeitura;
Desejo de que a PPP assuma os passivos da visitação do Parque, que é de responsabilidade do INEA, e que atualmente estão como responsabilidade da Prefeitura de Angra dos Reis;
Que haja um sistema de repasse de lucros para implementação de projetos que favoreçam os moradores locais;
Que se a PPP/PEIG mantiver o ritmo de visitação turística sem que sejam feitas obras de suporte de infraestrutura o impacto ambiental seja extremamente alto e perceptível nos próximos 10 anos;
Que a implementação da PPP/PEIG enfrente muitos desafios já que este modelo de gestão não está consolidado no Brasil, principalmente em Unidades de Conservação, e que seria mais adequado a concessão por serviços, e não pela gestão como está sendo proposto;
Apontamento de que o Estado do Rio de Janeiro tenha escolhido mal em qual Parque implementar uma PPP em função do contexto de conflitos e da complexidade social da região

do PEIG
Que a PPP/PEIG esteja atenta que antes de entrar no parque o turista entra na APA Tamoios e, portanto, a sua gestão tem influência direta no Parque;
Que possa haver conflitos com os atores sociais locais já que o INEA, que sempre restringiu diversos usos do território, agora possa permitir a exploração de uso por parte de uma empresa, o que é contraditório já que a PPP se remete ao modelo de especulação imobiliária de meados da década de 70 com a chegada do turismo, novamente, é um ente de fora que se apropria do espaço para explorar a região;
Que possa ter mais pessoas favoráveis ao modelo desde que seja debatido com os atores sociais locais, o que não está ocorrendo, pois estes não estão sendo ouvidos;
Receio de que a PPP/PEIG não atente para os objetivos centrais do Parque que é a conservação, que não se comprometa com a sinalização de trilhas, e que não se implique no apoio para o recolhimento do lixo produzido nas comunidades da Ilha Grande;
Que possa haver conflitos com as populações tradicionais caso haja restrição de acesso destas à determinadas áreas, como por exemplo as trilhas de uso cotidiano por parte dos seus moradores;
Que haja conflito de interesses em função de pousadas utilizarem as áreas do parque como produto turístico;
Que a falta de informações claras sobre o projeto de implementação da PPP seja fonte de conflitos;
Que pode haver conflito com os moradores que ainda fazem uso dos recursos naturais em locais além da cota 100 (cota de 100m acima do nível do mar);
Que quando se fizer contrato entre o INEA e a PPP haja uma boa definição dos indicadores em tudo que for relacionado à contrapartida social;
Que a PPP/PEIG respeite na sua gestão a Lei de Diretrizes Territoriais da Ilha Grande;
Que a PPP/PEIG tenha como desafio a definição dos papéis de cada esfera do poder público do território do Parque.

Interesses
Que a PPP/PEIG possa contribuir para a geração de recursos naturais e que os bônus do processo possam ser partilhados com a população local de diferentes formas;
Que seja estimulado e cada vez mais valorizado o modelo de turismo do Aventureiro com a gestão dos comunitários;
Que seja prezada a qualidade na prestação do Turismo na Ilha Grande e que, se for o caso, a visitação seja controlada e ordenada;

Que se estimule o turismo relacionado à vivência dos costumes das comunidades caiçaras;

Que haja um controle melhor sobre os meios de hospedagem para cobrança de taxa de visitação.

5 O Contexto Turístico Local e Regional

O perfil do turismo na região da Costa Verde está diretamente relacionado ao perfil da paisagem local, principal atrativo de toda a região. A relação entre um mar de águas calmas e esverdeadas, um complexo de centenas de ilhas, uma densa Mata Atlântica e um relevo irregular de montanhas que sobem dos costões rochosos compõem uma paisagem impar na costa brasileira. Toda a região que se desdobra do fundo da Baía de Sepetiba até o litoral norte de São Paulo apresenta essa característica distinta, possibilitando diversas modalidades de turismo náutico, de pesca, de trilhas e mirantes, de praias paradisíacas e relaxantes e de uma vivência de turismo ecológico em pousadas, resorts, casas de veraneio e clubes de todos os tipos.

Outro importante fator que destaca o turismo dessa região são suas características históricas e culturais. Como toda a região ainda mantém comunidades tradicionais – caiçaras, indígenas e quilombolas – o turismo em boa parte das praias e comunidades, sobretudo na Ilha Grande e em Paraty, reserva essa vivência cultural, expressa no modelo de ocupação das comunidades, em sua arquitetura e mesmo nas características da população receptora. Entretanto, é certo que nem todo o turismo na Costa Verde passa pelas comunidades tradicionais ou pelas belezas “intocadas”, e ocorre em todo o litoral a presença de grandes resorts e condomínios que oferecem aos turistas uma experiência de visitação de luxo com muitas ofertas de conforto e serviços.

A Rio-Santos (BR-101) é a principal via de acesso e circulação de toda região, ligando o sul do Estado do Rio de Janeiro até o litoral norte do estado de São Paulo. É considerada uma das estradas mais bonitas do Brasil, por recortar todo o relevo de montanhas às margens da Baía da Ilha Grande. Sendo uma estrada litorânea e sendo o litoral o principal atrativo turístico regional, é no entorno da Rio-Santos que toda estrutura turística do continente está instalada. Essa estrada é o acesso aos resorts, condomínios e clubes da região. É também a via de acesso às praias e aos cais de onde partem os passeios náuticos e de acesso às ilhas da baía. Pela ligação que possibilita entre a Costa Verde e as cidades do Rio de Janeiro e São Paulo, os visitantes dessas regiões se tornaram os principais turistas e empreendedores locais, sendo também os principais emissores de turistas nacionais e internacionais.

A proximidade com a Cidade do Rio de Janeiro contribuiu para a Costa Verde ter seu turismo incrementado com os últimos eventos do Rio de Janeiro, como a Copa do Mundo e os investimentos que vem fazendo a Cidade crescer para grandes empreendimentos e hospedar as Olimpíadas. Por ser parte de um projeto de desenvolvimento turístico de todos o Estado do Rio de Janeiro, que busca ligar “em três horas” várias regiões do Estado à sua Capital, a Costa Verde vem se consolidando como um importante destino turístico do Estado.

Para acompanhar o fluxo turístico em crescimento no Estado, a Costa Verde vem se transformando e recebendo um aumento significativo de empreendimentos e serviços turísticos, o que se sente também na Vila do Abraão. Para isso, parte da infraestrutura do turismo local vem se revitalizando e ampliando as ofertas de serviços, o que ocorre tanto por

investimentos do Governo do Estado a partir do Prodetur, quanto por uma organização das prefeituras locais e empreendedores.

A infraestrutura instalada está distribuída entre as cidades da Costa Verde, com maior ênfase em Angra dos Reis e Paraty, e também na Ilha Grande. Não existem registros atualizados da rede hoteleira ou de serviços disponíveis, seja pela dinâmica de abertura e fechamento de novas empresas, seja porque boa parte dos empreendimentos não estão regulamentados, o que não aparecem em contagens oficiais. Desta forma, a descrição que se segue é de apresentação das principais estruturas turísticas da Ilha Grande e do entorno direto do PEIG.

5.1 Infraestrutura Turística

A Região do entorno que participa diretamente do turismo da Ilha Grande é Mangaratiba e Angra dos Reis, onde estão instaladas as infraestruturas de suporte ao turista e de travessia para as praias onde estão instalados os receptivos do entorno do Parque. Paraty e o litoral norte de São Paulo, e região da Baía de Sepetiba, apesar de integrar o fluxo de turismo e visitação na região, não apresentam infraestrutura instalada que esteja direcionada para a Ilha.

5.1.1 Mangaratiba

Mangaratiba mantém um píer no centro da cidade que durante muitos anos foi um dos principais pontos de partida para a Ilha Grande, de onde partem as Barcas oficiais para a Vila do Abraão todos os dias às 8 horas da manhã – e mais uma barca às sextas às 10 horas da noite. Por Mangaratiba ser mais perto da Região Metropolitana do Rio e por abrigar estacionamentos, paradas de ônibus e uma oferta de comércio e serviços que serviam de apoio para o fluxo turístico, essa travessia, até pouco anos, foi a principal porta de acesso da Ilha para turistas e visitantes do Rio de Janeiro.

Com a instalação de um cais em Conceição de Jacareí, também em Mangaratiba, e de onde partem lanchas e saveiros durante todo o dia para a Vila do Abraão, a travessia das Barcas de Mangaratiba deixaram de ser um ponto principal de acesso via Rio de Janeiro. Nesse contexto, Conceição de Jacareí mantém atualmente diversas agências que oferecem o traslado para o Abraão e vários estacionamentos que servem de suporte para visitantes que se deslocam com veículos próprios. Ao mesmo tempo, outras agências, algumas associadas às agências de turismo náutico, também oferecem transfer com viagens de vans e micro-ônibus e travessia para turistas vindos da Cidade do Rio e arredores.

Como Conceição de Jacareí é o ponto de travessia mais próximo da Vila do Abraão, as viagens de lancha e saveiros são mais rápidas que de outros pontos de partida. Dessa forma, Conceição se tornou o ponto de travessia mais intenso, com lanchas de meia em meia hora entre as 8 horas da manhã até às 18:30 horas da tarde. Seus estacionamentos se tornaram também um dos locais principais de guarda de automóveis de moradores e empreendedores da Vila do Abraão. Por ser mais próximo da Região Metropolitana do Rio, as viagens de negócios e de transporte de mercadorias também tem o píer de Conceição de Jacareí como ponto de embarque.

Essa consolidação de Conceição de Jacareí como porto de saída mais intenso para a Vila do Abraão tem proporcionado um crescimento do distrito nos últimos anos, com novas agências de turismo náutico instaladas, novas pousadas e um acelerado processo de especulação imobiliária na sua zona costeira. Essa consolidação de Conceição como porta de travessia para a Ilha Grande tem se tornando um problema para a prefeitura de Angra dos Reis, pois parte

dos passeios e travessias destinadas à Ilha partem deste cais, o que não confere ao município receita de impostos das empresas de fora da cidade, mesmo o fluxo turístico sendo destinado à Ilha, que é administrada pela prefeitura.

Atualmente, a infraestrutura turística de Conceição de Jacareí, que apresenta uma influência direta com o turismo na Ilha Grande é composta de um cais, usado para travessia de passageiros e transporte de mercadorias (necessitando de reformas), com carreteiros durante todo o dia; estacionamento; pequenas pousadas; posto de gasolina; parada de ônibus ligando Rio de Janeiro e Angra dos Reis; farmácias; banco 24 horas; padarias; e restaurantes.

5.1.2 Angra dos Reis

Angra dos Reis é o ponto de partida tradicional para a Ilha Grande, por ser a cidade sede do receptivo turístico da região. No centro da cidade existem três cais, o cais turístico de Santa Luzia, o cais das Barcas e o cais dos pescadores. Destes três pontos são disponibilizadas saídas regulares para toda a Ilha Grande, desde a Vila do Abraão às outras comunidades do lado oceânico da Ilha, como Aventureiro e Parnaíoca. Diferente dos cais de Mangaratiba, apenas em Angra dos Reis existem linhas regulares para outras comunidades da Ilha, com travessias feitas por agências de turismo náutico e por moradores e pescadores proprietários de barcos.

Angra mantém também uma saída diária regular das Barcas para a Vila do Abraão, que parte do centro no Cais da Lapa às 15:30 horas. Todas as outras saídas são ofertadas ou por agências de turismo náutico ou por embarcações de moradores e pescadores da Ilha. No Cais Turístico de Santa Luzia saem partidas regulares para a Vila do Abraão, com agências de turismo operando as travessias em lanchas rápidas (FlexBoat) ou saveiros. Já para as outras comunidades (Bananal, Longa, Araçatiba, Vermelha, Provetá, Aventureiro e Parnaíoca) as travessias saem em horários organizados por cada comunidade e dono de embarcação, e estas partem do Cais dos Pescadores, também no centro.

Apesar de Angra ser um ponto de travessia para toda a Ilha Grande, divide com Conceição de Jacareí o fluxo turístico para a Vila do Abraão, o principal receptivo da Ilha. Assim, Angra não é um ponto central de recepção de visitantes que viajam de carros próprios, sendo um local de embarque e desembarque de turistas que viajam em ônibus regulares de linhas intermunicipais ou vans do Rio de Janeiro. Diferente de Conceição, o centro de Angra dos Reis não oferece muitas opções de estacionamento, e as travessias para o Abraão são também mais caras e mais demoradas.

Mesmo Angra dos Reis sendo um importante polo turístico da Costa Verde, a região central da cidade não se demonstra tão atrativo para turistas, sem oferecer muitas opções de pousadas e hotéis e não mantendo um setor de comércio e serviços aquecido e aberto em feriados e finais de semana. O que faz de Angra dos Reis ser um importante polo turístico é a Ilha Grande e os resorts, clubes, condomínios e hotéis espalhados ao longo da sua região costeira. Porém, este turismo é fragmentado e atende a diferentes perfis de visitantes, não mantendo uma regularidade na visitação da Ilha Grande e do PEIG.

Ao mesmo tempo, a existência de muitos resorts e condomínios por toda a costa de Angra dos Reis, faz desse município uma das maiores frotas de embarcações do país. Por isso, diariamente passeios tem como destino as praias e restaurantes da Ilha, com uma distribuição maior por todas as praias que mantém pousadas e restaurantes em toda a costa continental.

5.1.3 Ilha Grande

A infraestrutura turística da Ilha Grande é bem dispersa e desigual se comparadas todas as comunidades. A Vila do Abraão, por ser a principal porta de entrada, é a comunidade que mantém a maior infraestrutura instalada, seja de rede hoteleira, restaurantes, comércios e equipamentos públicos. Outras praias como Araçatiba, Bananal e Saco do Céu também apresentam uma infraestrutura dedicada ao turismo, porém, de menor porte e sem manter um fluxo turístico intenso em todo o ano como no Abraão.

Atualmente a Vila do Abraão mantém mais de 5.000 leitos distribuídos entre pousadas, campings e hospedagens caseiras¹⁸, dezenas de restaurantes de todos os tipos, mais de 40 agências de passeios náuticos, padaria, mercados, sorveterias, lojas de presente, lojas de roupa e acessórios, armazéns e cafeterias. É também a única vila que mantém um centro cultural e escritórios de serviços públicos, com a presença da subprefeitura, correios, serviço de saneamento da cidade, polícia, bombeiro, guardas florestais e a sede do INEA. Por ser uma vila urbanizada, o Abraão tem uma dinâmica social bem intensa na sua orla e praças, com música ao vivo, festas nas ruas, boates e outras opções noturnas para os turistas.

Por esses motivos, a Vila do Abraão se consolidou como a “capital” da Ilha Grande e teve ampliado o fluxo de turistas nas diversas travessias que ocorrem do continente. Atualmente na Ilha apenas Abraão é um receptivo dos grandes navios turísticos, com dezenas de desembarques realizados durante o verão¹⁹. Esse fluxo intenso vem promovendo um aumento significativo de embarcações que oferecem passeios, e instalação de pousadas e restaurantes. Porém, todo esse aumento do fluxo turístico vem tornando a Vila do Abraão um local de conflitos e de capacidade de carga próxima de seu limite, com diversos problemas de saneamento básico, limpeza urbana, oferta de energia elétrica, saúde e segurança.

Em comparação, nas outras comunidades a infraestrutura turística é mais dispersa e não funciona o ano todo. Apenas a oferta de pousadas, campings e restaurantes ocorre no restante da Ilha, sem que nenhuma outra comunidade tenha um centro urbano ativo com comércios, praças e atividades culturais para os turistas. Toda experiência das outras praias é marcada por uma vivência mais próxima da natureza, com pousadas e campings a beira mar e vilas mais tranquilas. Fora da Vila do Abraão, a oferta de leitos em camping é maior do que em pousadas, sendo Palmas e Aventureiro os locais com maior capacidade de receber turistas para esta modalidade de hospedagem. Já o Bananal seguido de Araçatiba são as maiores ofertas de leitos em pousada fora do Abraão.

5.1.4 Características Regionais

Em relação à região do entorno da Ilha Grande, existe uma diversidade de modalidades de turismo, como anunciado anteriormente. Em toda a costa que segue de Mangaratiba à Paraty, muitos resorts, clubes e condomínios permitem um fluxo anual de visitação, seja de turismo ou veraneio, que contribui para a visitação da Ilha Grande, sendo ela um dos maiores atrativos da região. Estes resorts e clubes oferecem uma ampla oferta de serviços turísticos, desde passeios náuticos, esportes aquáticos e eventos culturais.

¹⁸ Em 2012 a Socioambiental, para a elaboração do Projeto Ilha Grande Sustentável, elaborou uma pesquisa para identificar o número de leitos disponíveis na Ilha Grande. Entre os 8.201 leitos identificados à época, 5.482 estavam na Vila do Abraão (INEA, 2012).

¹⁹ Há uma regulamentação da Turisangra que entre os meses de outubro a março, é permitido o atracamento de 68 navios transatlântico próximo à Ilha Grande.

Para além da visitação em resorts e clubes, a cidade de Paraty também é um importante centro turístico da região, podendo ser considerado concorrente à Ilha Grande por oferecer atrativos semelhantes e ainda ser um destino importante de eventos culturais que envolvem música, literatura e festas. Por ser um destino que também abriga UC, baías e comunidades tradicionais, Paraty oferece uma vivência semelhante à encontrada na Ilha Grande, com trilhas, campings, pousadas, quase tudo acessado diretamente de carro.

Três destinos apresentam atrativos semelhantes, Paraty, Angra dos Reis e Ilha Grande. As características ambientais somadas às comunidades tradicionais fazem destes destinos importantes receptivos para turistas convencionais, mochileiros, e aqueles em busca de passeios em contato com a natureza. O fato de toda a região ser ocupada por UC reforça essa característica turística e promove uma consolidação desta modalidade na região. Apesar de não existir um roteiro formado entre as UC da Costa Verde, muitas áreas oferecem experiências complementares de turismo ecológico, podendo ser uma oportunidade de fomento turístico em relação ao PEIG.

5.2 Uso e visitação no PEIG

O uso público e a visitação no PEIG serão contextualizados para que se conheça, de forma sucinta e clara, como acontece o turismo, a educação ambiental e a pesquisa no Parque, abordando a situação atual e pretensões de desenvolvimento dessas atividades na UC. Os resultados apresentados foram baseados no documento intitulado “Diagnóstico de Uso Público nas Unidades de Conservação (UC) Estaduais do Rio de Janeiro – Parque Estadual da Ilha Grande” (ITPA, 2014) e na atualização das informações a partir da realização de trabalhos de campo no PEIG em 2016.

5.2.1 Números de visitantes e sazonalidade da visitação

De acordo com o “Diagnóstico de Uso Público nas Unidades de Conservação (UC) Estaduais do Rio de Janeiro – Parque Estadual da Ilha Grande” (ITPA, 2014), o PEIG desenvolveu um processo para contabilizar o número de visitantes para os anos de 2011, 2012 e 2013 e posteriormente fez uma projeção/ estimativa do número de visitantes em cada uma das UC contempladas pelo projeto. Vale ressaltar que antes do Projeto de Fortalecimento do Uso Público, os sistemas de contagem da maioria das UC do Estado não eram padronizados e em alguns casos os dados históricos eram de baixa confiabilidade. Em 2011, ano em que o sistema de contagem ainda não era padronizado, foram contabilizadas as assinaturas no livro de visitantes e contagem manual no Centro de Visitantes do PEIG em Abraão. Ao todo, foram registrados 474 visitantes em janeiro e 2.793 em dezembro, sendo que entre janeiro e setembro foram 13.622 visitantes contabilizados (ITPA, 2014).

Dessa forma, também foram estimados os números de visitação para o ano de 2012, baseados no fluxo turístico na Vila do Abraão²⁰ (estimativa de visitação), e no cadastro de visitantes da Vila de Dois Rios (contagem total por meio do livro de registro). Foram estimadas ao todo 300.000 pessoas e nesse ano o PEIG foi a segunda UC de proteção integral do Estado do Rio de Janeiro que recebeu maior número de visitantes. A partir disso, a metodologia de estimativa

²⁰ Cálculo da visitação realizado com erro de 20%, com base nos 32 dias pesquisados. As entrevistas foram realizadas através de amostragem não probabilística por conveniência (Mattar, 2001), sendo que a amostra foi selecionada por estar disponível no local e no momento em que a pesquisa estava sendo realizada (ITPA, 2014).

de visitantes foi aplicada para mensurar a visitação no Circuito Abraão e no início da trilha para Lopes Mendes, além de somar os registros de visitantes no Pico do Papagaio e em Dois Rios. Entretanto, o próprio estudo já reconhece que grande parte dos visitantes que fazem passeios diários de barco para estes locais deixam de ser contabilizados, causando uma subestimação no número final de visitação. No ano de 2013, a contagem dos visitantes foi realizada mensalmente nos pontos determinados e o resultado da estimativa de visitantes no PEIG foi de 402.046 visitantes (ITPA, 2014). A tabela 4, extraída do Diagnóstico de Uso Público nas UC Estaduais do Rio de Janeiro, sistematiza a contagem de visitantes no Parque, no período entre 2011 e 2013, cuja base foi utilizada para as estimativas de visitantes apresentadas anteriormente.

TABELA 4. NÚMERO DE VISITANTES CONTABILIZADOS NO CIRCUITO ABRAÃO, ENTRADA DA TRILHA DE LOPES MENDES, VILA DE DOIS RIOS E PICO DO PAPAGAIO ENTRE OS ANOS 2011 A 2013. FONTE: ITPA, 2014

ESTIMATIVA DE VISITANTES NO PEIG – 2011 - 2013			
Ano	Mês	Visitantes	Metodologia
2011	Janeiro	474	Assinaturas no livro de visitantes e contador manual no Centro de visitantes
2011	Dezembro	2.793	Assinaturas no livro de visitantes e contador manual no Centro de visitantes
2012	Janeiro	4.478	Assinaturas no livro de visitantes e contador manual no Centro de visitantes
2012	Fevereiro	2.693	Assinaturas no livro de visitantes e contador manual no Centro de visitantes e na entrada do Circuito Abraão
2012	Março	1.707	Assinaturas no livro de visitantes e contador manual no Centro de visitantes e na entrada do Circuito Abraão
2012	Novembro	585	Contador manual na entrada da estrada para Dois Rios
2012	Dezembro	4.916	Contador manual na entrada do Circuito Abraão
2012	Novembro	36	Cadastro de frequência de turistas no camping da Janete - Praia da Parnaíoca
2013	Janeiro	9.371	Contador Manual na entrada do Circuito Abraão/Guarita
2013	Janeiro	353	Contador Manual na praia de Lopes Mendes
2013	Fevereiro	11	Contador Manual no Pico do Papagaio

2013	Fevereiro	11.328	Contador manual na entrada do Circuito Abraão
2013	Fevereiro	103	Contador manual
2013	Fevereiro	239	Contador manual
2013	Março	11.371	Contador manual na entrada do circuito Abraão
2013	Março	2.231	Contador Manual na praia de Lopes Mendes
2013	Março	1.851	Assinatura no livro de visitantes em Dois Rios
2013	Abril	862	Contador Manual na praia de Lopes Mendes
2013	Abril	2.791	Contador manual na entrada do Circuito Abraão
2013	Abril	1.539	Assinatura no livro de visitantes em Dois Rios
2013	Maio	1.274	Assinatura no livro de visitantes em Dois Rios
2013	Maio	535	Contador manual na entrada do Circuito Abraão
2013	Maio	288	Contador Manual na praia de Lopes Mendes
2013	Junho	3.200	Contador Manual na entrada do Circuito Abraão
2013	Junho	956	Contador Manual na praia de Lopes Mendes
2013	Junho	744	Assinatura no livro de visitantes em Dois Rios
2013	Julho	2.068	Contador Manual na praia de Lopes Mendes
2013	Julho	4.889	Contador Manual na entrada do Circuito Abraão
2013	Julho	1.489	Assinatura no livro de visitantes em Dois Rios

2013	Julho	23	Contador Manual na trilha do Pico do Papagaio
2013	Agosto	21	Contador Manual na trilha do Pico do Papagaio
2013	Agosto	1.706	Contador Manual na praia de Lopes Mendes
2013	Agosto	1.327	Contador Manual na entrada do Circuito Abraão
2013	Outubro	794	Contador Manual na entrada do Circuito Abraão
2013	Outubro	462	Contador Manual na praia de Lopes Mendes
2013	Outubro	8	Contador Manual na trilha do Pico do Papagaio
2013	Novembro	3.235	Contador Manual na entrada do Circuito Abraão
2013	Novembro	587	Contador Manual na praia de Lopes Mendes
2013	Dezembro	485	Contador Manual na entrada do Circuito Abraão
2013	Dezembro	640	Contador Manual na praia de Lopes Mendes

Avaliando os dados apresentados para o ano de 2013, pode-se perceber que os meses de janeiro a março, período do verão, foram os meses de maior visitação, quando se chegou ao número de 11.371 visitantes em março na entrada do Circuito Abraão. Já os menores números foram registrados em maio (535) e dezembro (485) no mesmo local. O Pico do Papagaio recebeu maior visitação no inverno, sendo 23 em julho e 21 em agosto. Para os outros pontos onde houve a contagem seria necessário um levantamento mais sistemático mensal para comparação dos dados.

Como recomendação do Diagnóstico, para que o número final se aproxime mais da realidade do número de visitantes, seria preciso que a contagem se ampliasse para outros pontos e atrativos do PEIG. Para tanto, seria necessária uma adaptação na metodologia para distribuir de forma equilibrada ao longo dos meses e dias da semana. Além disso, seria importante que os dados continuassem sendo sistematicamente levantados para gerar uma série histórica possibilitando análise comparativa.

Embora haja oscilação e o período de verão seja o de maior visitação na Ilha e, consequentemente, no PEIG, a região recebe turistas durante todo o ano, é um destino de turismo de sol e praia e também um destino de turismo de natureza já consolidado no Estado.

Esta situação pode ser trabalhada para que a Ilha receba mais turistas, mas que estes sejam mais bem distribuídos pelas vilas e praias, pois a concentração na Vila de Abraão causa sobrecarga na infraestrutura local, prejudicando a qualidade de vida dos moradores locais e da experiência dos próprios turistas.

Ainda, outros públicos podem ser atraídos para a Ilha, com a diversificação da oferta de serviços e atrativos. O público de ecoturismo e turismo de aventura, por exemplo, podem ser melhor trabalhados, focando em atividades de promoção e divulgação direcionado a este perfil, aliado a estruturação interna de atrativos do PEIG para que o visitem.

5.2.2 Histórico de visitação, perfil do visitante e satisfação do turista

É importante reforçar, conforme indicado pelo Plano de Manejo do PEIG, que a gestão pública da visitação da Ilha Grande e do PEIG era realizada de forma rudimentar, com pouca infraestrutura, recursos financeiros e humanos e baixa integração institucional. O PEIG não possui um histórico sistematizado de visitação com dados anteriores a 2011 e, para este período, também não há estudos analíticos abrangentes ou estatísticas seguras sobre o turismo da Ilha Grande, que seriam necessários para compreender a oferta e a demanda da atividade turística.

Conforme apresentado pelo Projeto “Concepção do Sistema de Ordenamento Turístico Sustentável da Ilha Grande e Sistema de Sustentabilidade Financeira das UC que a compõem” (SOCIOAMBIENTAL, 2012), também conhecido como “Ilha Grande Sustentável”, diversos estudos sobre o perfil do visitante da Ilha Grande foram realizados, porém grande parte destes acabavam por generalizar o perfil do turista da Vila do Abraão para toda a Ilha.

Mas, de acordo com o levantamento apresentado pelo estudo, o perfil predominante do visitante está na faixa etária de 18 a 30 anos, com a segunda frequência na faixa de 31 a 40 anos. A escolaridade mais identificada é a de nível superior. A renda própria mensal encontra-se na faixa de R\$ 930,00 até R\$ 2.351,00. Predominam os visitantes solteiros na Ilha Grande, mas com crescente aumento de casais. A maioria provém do estado do Rio de Janeiro e viaja em carro próprio ou em ônibus de linha. Deslocam-se com a família ou com amigos e as viagens são, em geral, organizadas sem contratação de agências de viagem. O principal motivo de viagem é o descanso e o lazer, os meios de hospedagem mais comumente utilizados pelos visitantes são as pousadas. A seguir, com bem menos destaque, a hospedagem se dá em casas de parentes/amigos e campings. O tempo de permanência preponderante é de 3 a 4 dias e a maioria visita a Ilha Grande pela primeira vez, embora haja um número significativo de pessoas que frequentem a ilha regularmente. As refeições são feitas em restaurantes e nos hotéis e pousadas onde se hospedam e o gasto médio diário geral é de R\$ 248,87 (SOCIOAMBIENTAL, 2012).

O dado mais atualizado disponível é apresentado pelo Diagnóstico do Uso Público nas UC Estaduais (ITPA, 2014) e, de acordo com a metodologia utilizada, o perfil de visitantes do PEIG foi calculado a partir da aplicação de 363 questionários entre novembro de 2012 e agosto de 2013, nos núcleos de Abraão (273 entrevistas) e Lopes Mendes (90 entrevistas). Os resultados desta pesquisa indicaram que:

- A maioria dos entrevistados é do gênero masculino (52,34%), solteiro (52,62%) e possuem idade entre 25 e 39 anos (49,31%);

- Os visitantes possuem um alto grau de escolaridade, sendo mais de 50% possui ensino superior completo ou incompleto, e aproximadamente 13% apresentam pós-graduação;
- A maior parte dos visitantes possui emprego privado (31,13%) e estudantes (19,28%). Na média salarial individual, 28,10% recebem até 02 salários mínimos e 29,20% recebem 03 a 06 salários mínimos, com base no valor de R\$ 678,00.
- Aproximadamente 65% dos visitantes são oriundos do Estado do Rio de Janeiro, sendo 47,38% da capital do Estado. Em torno de 21% dos visitantes são de outros estados do Brasil, como: São Paulo, Minas Gerais, Brasília, Espírito Santo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Ainda, 6,06% são visitantes estrangeiros (Argentina, Chile, Inglaterra e Estados Unidos).

Em relação ao conhecimento sobre o Parque (ITPA, 2014):

- 52,34% dos entrevistados conhecem o Parque Estadual da Ilha Grande e 69,97% sabem que estão no parque;
- Quase 70% do total de entrevistados souberam do Parque através da indicação de amigos e parentes e 15,70% souberam por meio de internet e site. Há ainda outras respostas com menor índice, como: placas de sinalização (6,98%), guias e folders (4,41%), jornal, TV ou rádio (1,65%) e agência de turismo (1,38%). Ainda nesta pergunta, 6,61% informou não saber que é Parque;
- Em relação às informações que o visitante gostaria de obter sobre a UC, os principais temas de interesse dos visitantes são: história (67,77%), fauna (38,57%), flora (31,53%) geografia (24,52%) e leis ambientais (20,11%);
- Quando perguntados se receberam orientação sobre o local, 36,09% receberam e 63,61% não receberam orientações, seja por funcionários do parque ou de orientações dadas por outras pessoas conhecidas.

Quanto ao transporte/ acesso ao PEIG (ITPA, 2014):

- O único meio de transporte que pode ser utilizado para chegar ao Parque Estadual da Ilha Grande é o marítimo. E a barca, da CCR Barcas, foi o mais utilizado pelos visitantes (45,72%), a qual possui pontos de saída nos municípios de Mangaratiba e Angra dos Reis. O alto percentual está associado ao baixo custo deste transporte (R\$ 4,50). O saveiro foi utilizado por 29,20% dos entrevistados.
- Em relação ao local de saída das embarcações, Mangaratiba (38,35%) e Conceição de Jacareí (31,86%) são os locais mais utilizados, o que corrobora o uso mais intenso de barcas saindo de Mangaratiba. O distrito de Conceição de Jacareí (pertencente ao município de Mangaratiba) passou a ser um dos principais pontos de embarque para Ilha Grande devido ao trajeto mais curto para a Ilha Grande e por ser mais próximo da cidade do Rio de Janeiro, possibilitado através da abertura do cais turístico em 2008.

Em relação aos grupos e motivação da visita (ITPA, 2014):

- Os grupos de visitantes do PEIG estão entre amigos (31,96%), em casal (31,40%) e em família (30,58%). O que demonstra uma variedade de públicos que visitam o PEIG;

- Em relação às idades do grupo, 10,47% possui menos de 10 anos e 10 a 15 anos, respectivamente. Entre os mais velhos do grupo, 7,44% possui acima de 60 anos e 23,97% possui de 46 a 60 anos. É possível verificar uma variância de idades entre os usuários que frequentam o parque, o que corrobora diferentes oportunidades de atividades recreativas;
- Os grupos são formados por duas a 38 pessoas, além das pessoas que visitam o parque sozinhas que são 9,09%. A média de pessoas por grupo é de 04 pessoas;
- A maioria dos entrevistados visitou a UC pelo motivo de contato com a natureza (54,82%). Outros motivos foram: a tranquilidade/descanso (51,52%), o lazer (45,18%), para a prática de esporte (25,07%), por curiosidade (13,22%) e por estudos/ pesquisas (3,03%);
- Houve prévio planejamento da visita para 79,89% dos entrevistados, em que realizaram o deslocamento para UC de forma prevista e planejada. Isso está relacionado ao fato de o Parque não ter um acesso simples e muito fácil, pois os barcos têm horários para saída e retorno ao continente e hospedagem sujeita a disponibilidade. Dependendo da hospedagem e da época do ano que o visitante for, caso não se planeje antes, poderá ficar sem local para se hospedar;
- Quanto ao lixo produzido, 65,29% dos visitantes estavam com o lixo e a maioria depositou em lixeiras, enquanto 24,52% não produziram lixo.

Quanto à sazonalidade (ITPA, 2014):

- A maior parte dos visitantes visitou o parque pela primeira vez (43,25%) e 34,71% de 02 a 04 vezes. Portanto, percebe-se que os visitantes voltam ao Parque após uma primeira visita, como também o Parque está sempre recebendo novos visitantes;
- A assiduidade da visita é observada através da pergunta se realizou visita ao parque nos últimos dois anos, onde 55,92% dos entrevistados não visitou, balanceado por 41,87% que visitou;
- O período de maior visitação é nas férias (50,41%), fins de semana (28,93%) e feriados (25,07%);
- O tempo de permanência para mais da metade dos visitantes é de 02 a 04 dias (57,58%). Seguido de visitantes que ficam de 05 a 06 dias (17,63%) e mais de 07 dias (10,19%). A predominância de tempo de permanência ser maior que 01 dia é refletida em consequência da oferta turística existente na Ilha, para hospedagem e alimentação.

Quanto aos atrativos/ atratividade do PEIG (ITPA, 2014):

- As principais atividades realizadas pelos visitantes foram praia (83,20%), trilha (76,31%), passeio de barco (55,37%) e banho de cachoeira (40,22%). Outras atividades com menor índice foram: mergulho (8,82%), visita ao centro de visitantes (8,82%) e prática de esportes (5,51%);
- Os principais atrativos visitados foram: Praia Preta (75,76%), Lopes Mendes (65,01%), Cachoeira da Feiticeira (36,691%), Dois Rios (21,75%), Parnaioca (12,95%), Centro de Visitantes (9,09%) e Pico do Papagaio (7,99%), entre outros atrativos. É importante destacar que o centro de visitantes esteve fechado para reformas durante o período de entrevistas.

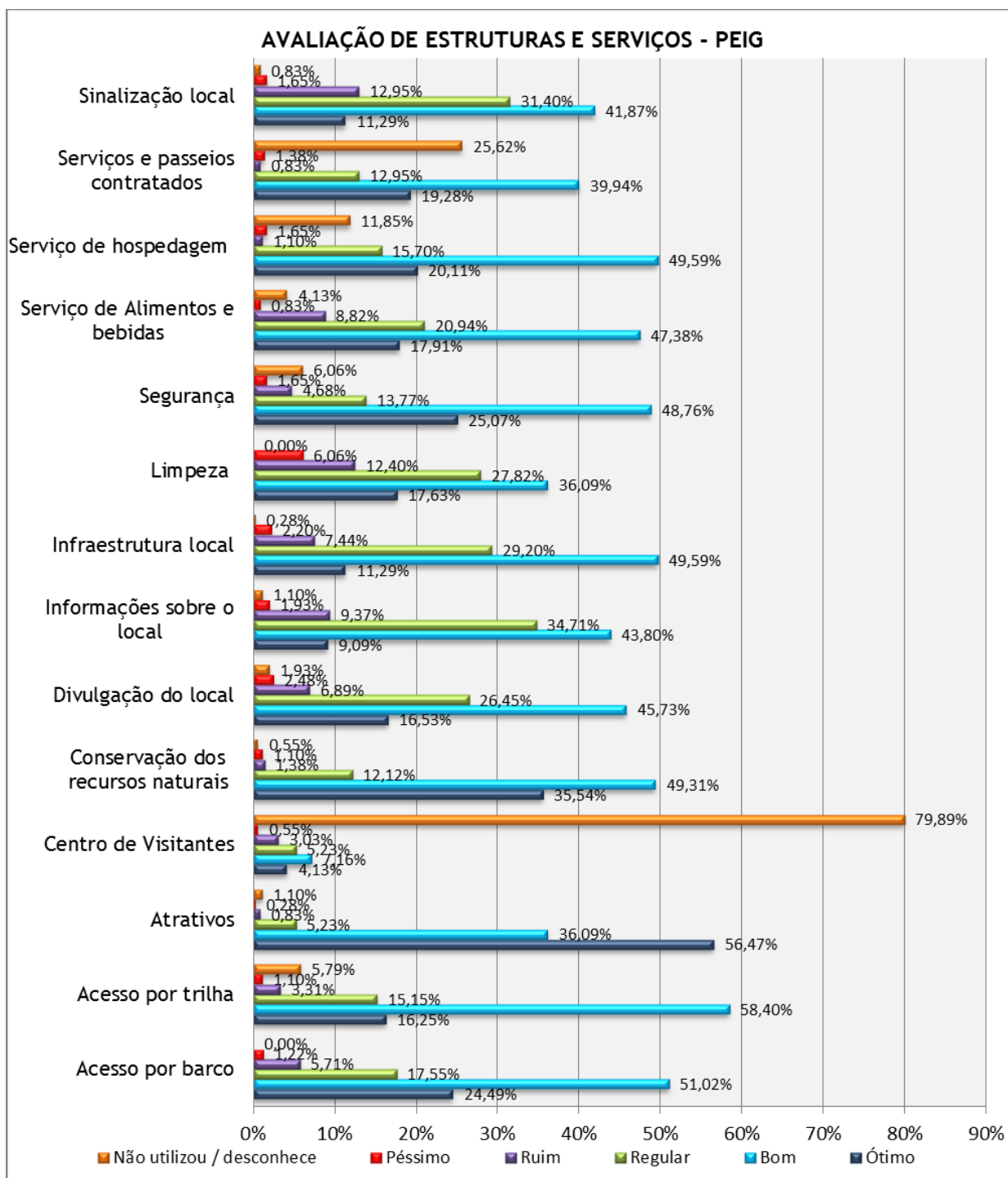
Sobre as estruturas do PEIG e serviços turísticos (ITPA, 2014):

- Em relação à utilização de serviço de hospedagem, 56,75% utilizou pousada, 12,95% estavam em camping, 12,12% estavam hospedados em casa de amigos ou parentes e 5,79% estavam em casa alugada;
- Os visitantes do PEIG utilizam serviços turísticos (58,13%), porém estes não estão sobre responsabilidade de gestão do Parque, mas da oferta turística do entorno. Entre esses serviços, a contratação de passeio em agências foi mencionada por mais da metade dos entrevistados (57,58%). Outros serviços também foram utilizados, como: compra de souvenir (16,80%), aluguel de serviços para mergulho (7,71%), aluguel de equipamentos esportivos (4,41%) e contratação de guia (4,65%);
- A média de gasto da visita por pessoa para 33,06% dos visitantes é acima de R\$ 501,00. 27,27% gastou de R\$ 101,00 a R\$ 300,00 e 20,66% gastou R\$ 301,00 a R\$ 500,00. O que demonstra um alto gasto, no uso da oferta turística.

Em relação à satisfação do visitante

- Quando os visitantes foram questionados a respeito de sua satisfação com a visita ao PEIG, 99,45% dos entrevistados informaram que voltariam ao parque em outra oportunidade, 98,62% indicariam a visita para outras pessoas e 96,97% consideraram suas expectativas atendidas quanto à visita. Esta análise da satisfação dos visitantes está apresentada no gráfico a seguir, também extraído do Diagnóstico do ITPA (2014):

FIGURA 13. AVALIAÇÃO DE ESTRUTURAS E SERVIÇOS DO PARQUE ESTADUAL DA ILHA GRANDE E ENTORNO PELOS VISITANTES. FONTE: ITPA, 2014.



5.2.3 Atividades de uso público

Segundo já indicado pelo Plano de Manejo, as principais atividades de uso público desenvolvidas na Ilha Grande que atraem grande número de turistas são ligadas aos atrativos naturais: banho de mar; rio e cachoeira; caminhadas e apreciação de vistas panorâmicas; passeio de barco e mergulho; piquenique; visitas a sítios e construções históricas; e filmagem e fotografia.

Os principais atrativos e atividades desenvolvidas no PEIG e seu entorno foram identificados no Plano de Manejo (INEA, 2011) e estão relacionados na figura 14:

FIGURA 14. ATRATIVOS E ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NO PEIG E EM SEU ENTORNO. FONTE: INEA, 2011.

minhadas com guias, mergulhos)

X

Os atrativos naturais do PEIG apresentados na figura acima estão, de modo geral, em bom estado de conservação e os turistas apreciam sua visita, conforme indicado pela pesquisa de satisfação, por possuírem grande beleza cênica, embora não haja grandes investimentos em sua manutenção, devido à escassez de recursos humanos e financeiros. Nas épocas de grande visitação, ocorrem problemas de impactos nos atrativos naturais, como excesso de pressão da

visitação, depredação do patrimônio natural e lixo e resíduos deixados pelos turistas, poluindo-os. Os atrativos culturais em geral não estão bem conservados, devido à falta de manutenção e investimentos em restauração dos mesmos.

Em relação às atividades realizadas, permitidas e proibidas, no PEIG, o Projeto de Fortalecimento do Uso Público (ITPA, 2014) realizou o levantamento das atividades de uso público no PEIG no ano de 2013. Os dados obtidos referentes às atividades permitidas no Parque são apresentados na tabela a seguir

TABELA 5. ATIVIDADES DE USO PÚBLICO PERMITIDAS NO PEIG, 2013. FONTE: ITPA, 2014 (ADAPTADO)

NOME ATRATIVO	ATIVIDADE ATRATIVOS	ACESSO	COBRANCA	SERVICO TERCEIRIZADO	CONTRATO	PROTOCOLO SEGURANCA	HORARIO	GUIA MONITOR	ORIENTACAO ESPECIFICA	VISITA INTERDITADA	MOBILIDADE REDUZIDA
Cachoeira da Feiticeira	Banho em cachoeira e rios	-	NÃO	NÃO	-	NÃO	8 as 17 h	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
Cachoeira da Feiticeira	Caminhada curta	-	NÃO	NÃO	-	NÃO	8 as 17 h	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
Cachoeira da Feiticeira	Rapel	-	SIM	SIM	Autorização	SIM	8 as 17 h	SIM	SIM	NÃO	NÃO
Cachoeira da Parnaioca	Banho em cachoeira e rios	Praia da Parnaioca	NÃO	NÃO	-	NÃO	8 as 17 h	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
Camping do Papa	Camping	Subida para o Poção	SIM	SIM	Autorização	NÃO	8 as 17 h	NÃO	SIM	NÃO	NÃO
Caxadaço	Caminhada longo curso	Trilha para Caxadaço	NÃO	NÃO	-	NÃO	8 as 17 h	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
Caxadaço	Fotografia da natureza	Trilha Dois Rios - Caxadaço	NÃO	NÃO	-	NÃO	8 as 17 h	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
Caxadaço	Praia	-	NÃO	NÃO	-	NÃO	8 as 17 h	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
Caxadaço	Turismo náutico	Barcos que saem do Abraão	SIM	SIM	-	NÃO	9 as 17 h	NÃO	NÃO	NÃO	SIM
Centro de Visitantes	Educação Ambiental	-	NÃO	NÃO	-	NÃO	8 as 17 h	NÃO	SIM	NÃO	SIM
Centro de Visitantes	Palestra	-	NÃO	NÃO	-	NÃO	8 as 17 h	NÃO	SIM	NÃO	SIM
Curva da morte	Mirantes	Estrada Abraão - Dois Rios	NÃO	NÃO	-	NÃO	8 as 17 h	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
Dois Rios	Caminhada longo curso	Estrada Abraão - Dois Rios	NÃO	NÃO	-	NÃO	8 as 17 h	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO

NOME ATRATIVO	ATIVIDADE ATRATIVOS	ACESSO	COBRANCA	SERVICO TERCEIRIZADO	CONTRATO	PROTOCOLO SEGURANCA	HORARIO	GUIA MONITOR	ORIENTACAO ESPECIFICA	VISITA INTERDITADA	MOBILIDADE REDUZIDA
Estrada para Dois Rios	Ciclismo	-	NÃO	NÃO	-	NÃO	8 as 17 h	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
Farol dos Castelhanos	Caminhada longo curso	Trilha manguê/pouso - Farol dos Castelhanos	NÃO	NÃO	-	NÃO	8 as 17 h	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
Igreja da Parnaíoca	Religiosas	-	NÃO	NÃO	-	NÃO	-	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
Igreja de Lopes Mendes	Religiosas	-	NÃO	NÃO	-	NÃO	-	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
Igreja do Abraão	Religiosas	-	NÃO	NÃO	-	NÃO	-	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
Lagoa Azul	Mergulho	Barcos que saem do Abraão	SIM	SIM	-	SIM	8 as 17 h	SIM	SIM	NÃO	NÃO
Lagoa Azul	Turismo náutico	Barcos que saem do Abraão	SIM	SIM	-	NÃO	9 as 17 h	NÃO	NÃO	NÃO	SIM
Lagoa Verde	Mergulho	Barcos que saem do Abraão	SIM	SIM	-	SIM	8 as 17 h	SIM	SIM	NÃO	NÃO
Lopes Mendes	Caminhada longo curso	Trilha Abraão - Lopes Mendes	NÃO	NÃO	-	NÃO	8 as 17 h	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
Lopes Mendes	Fotografia da natureza	-	NÃO	NÃO	-	NÃO	8 as 17 h	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
Lopes Mendes	Praia	-	NÃO	NÃO	-	NÃO	8 as 17 h	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
Lopes Mendes	Turismo náutico	Barcos que saem do Abraão	SIM	SIM	-	NÃO	9 as 17 h	NÃO	NÃO	NÃO	SIM
Camping da Janete	Camping	Praia da Parnaíoca	SIM	SIM	Autorização	NÃO	8 as 17 h	NÃO	SIM	NÃO	NÃO
Camping do Silvio	Camping	Praia da Parnaíoca	SIM	SIM	Autorização	NÃO	8 as 17 h	NÃO	SIM	NÃO	NÃO

NOME ATRATIVO	ATIVIDADE ATRATIVOS	ACESSO	COBRANCA	SERVICO TERCEIRIZADO	CONTRATO	PROTOCOLO SEGURANCA	HORARIO	GUIA MONITOR	ORIENTACAO ESPECIFICA	VISITA INTERDITADA	MOBILIDADE REDUZIDA
Parnaioca	Caminhada longo curso	Trilha Dois Rios - Parnaioca	NÃO	NÃO	-	NÃO	8 as 17 h	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
Parnaioca	Fotografia da natureza	-	NÃO	NÃO	-	NÃO	8 as 17 h	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
Parnaioca	Praia	-	NÃO	NÃO	-	NÃO	8 as 17 h	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
Pico do Papagaio	Caminhada longo curso	Abraão – Pico do Papagaio	NÃO	NÃO	-	NÃO	8 as 17 h	SIM	SIM	NÃO	NÃO
Pico do Papagaio	Escalada	-	NÃO	NÃO	-	SIM	8 as 17 h	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
Pico do Papagaio	Fotografia da natureza	-	NÃO	NÃO	-	NÃO	8 as 17 h	SIM	NÃO	NÃO	NÃO
Pico do Papagaio	Montanhismo	-	NÃO	NÃO	-	NÃO	8 as 17 h	SIM	NÃO	NÃO	NÃO
Pico do Papagaio	Observação de aves	-	NÃO	NÃO	-	NÃO	8 as 17 h	SIM	NÃO	NÃO	NÃO
Poção	Banho em cachoeira e rios	Circuito Abraão	NÃO	NÃO	-	NÃO	8 as 17 h	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
Poço do Soldado	Banho em cachoeira e rios	Trilha para Dois Rios	NÃO	NÃO	-	NÃO	8 as 17 h	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
Praia de Dois Rios	Praia	-	NÃO	NÃO	-	NÃO	8 as 17 h	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
Praia Preta	Mirantes	Circuito Abraão	NÃO	NÃO	-	NÃO	8 as 17 h	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
Praia Preta	Área recreativa	-	NÃO	NÃO	-	NÃO	8 as 17 h	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
Praia Preta	Praia	-	NÃO	NÃO	-	NÃO	8 as 17 h	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
Saco do Ceu	Caminhada longo curso	Aqueduto – Saco do Céu	NÃO	NÃO	-	NÃO	8 as 17 h	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
Santo Antônio	Caminhada longo curso	-	NÃO	NÃO	-	NÃO	8 as 17 h	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
Santo Antônio	Praia	-	NÃO	NÃO	-	NÃO	8 as 17 h	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
Volta à Ilha	Turismo náutico	Lanchas que saem do Abraão	SIM	SIM	-	NÃO	9 as 17 h	NÃO	NÃO	NÃO	SIM

NOME ATRATIVO	ATIVIDADE ATRATIVOS	ACESSO	COBRANCA	SERVICO TERCEIRIZADO	CONTRATO	PROTOCOLO SEGURANCA	HORARIO	GUIA MONITOR	ORIENTACAO ESPECIFICA	VISITA INTERDITADA	MOBILIDADE REDUZIDA
Aqueduto	Caminhada curta	Dentro do Circuito Abraão	NÃO	NÃO	-	NÃO	8 as 17 h	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
Circuito Abraão	Caminhada curta	-	NÃO	NÃO	-	NÃO	de 8 as 17 h	NÃO	SIM	NÃO	NÃO
Rampa de Parapente	Parapente	-	NÃO	NÃO	Autorização	SIM	8 as 17 h	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
-	Pesquisa	-	NÃO	SIM	Autorização	NÃO	8 as 17 h	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
Abraão	Visita ao Centro de Visitantes	-	NÃO	NÃO	-	NÃO	8 as 17 h	NÃO	SIM	NÃO	SIM
Abraão - Aventureiro	Travessia	-	NÃO	NÃO	-	NÃO	8 as 17 h	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
Abraão - Parnaioca	Travessia	Trilha Abraão - Dois Rios - Parnaioca	NÃO	NÃO	-	NÃO	8 as 17 h	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO

Embora o PEIG possua um extenso número de atrativos naturais, culturais e de atividades permitidas, estas ainda não são bem exploradas da forma que ocorrem hoje, seja pelo PEIG ou pelo trade turístico local e regional. Devido à falta de infraestrutura, os turistas não acessam toda a gama de atividades permitidas no PEIG nem seus atrativos. São oferecidos aos turistas geralmente os mesmos pacotes e passeios, as agências locais divulgam e organizam saídas semelhantes, não explorando o enorme potencial que o PEIG possui. Os roteiros mais trabalhados por todas as agências restringem-se basicamente à praia de Lopes Mendes, visita à Lagoa Azul e Lagoa Verde e passeio de Volta a Ilha. Isto é prejudicial, uma vez que concentra os turistas nos mesmos atrativos, causando impactos ao local e deixa de atingir outros visitantes potenciais com interesses diversos.

As atividades de arvorismo, *bungy jump*, *rafting*, tirolesa ainda não ocorrem no PEIG, sendo estas duas últimas incompatíveis com as características da UC. Porém, atividades de arvorismo poderiam ser melhor pensadas, tendo em vista o grande potencial a ser explorado no contexto da mata atlântica do PEIG.

As atividades de caminhadas de longo curso (com mais de um dia); canoagem, banho de rio, cicloturismo, escalada, espeleologia, mergulho, montanhismo, observação de fauna, parapente, passeios em veículos (4x4, quadriciclo, bugre), rapel, trilhas interpretativas, turismo de base comunitária e vôo livre já ocorreram no PEIG, ou ocorrem muito ocasionalmente, embora o potencial para se consolidarem seja grande.

As atividades mais exploradas são caminhadas de pequeno curso, flutuação, *snorkeling* e passeios de barco. Estas ocorrem principalmente no Circuito Abraão, na trilha para Lopes Mendes, Lagoa Azul, Lagoa Verde e na região da Enseada das Estrelas. A partir das observações de campo e informações locais, observou-se também que estes atrativos são muito impactados pela concentração de visitantes em um curto período de tempo.

Entre uma série de atividades de uso público a serem potencialmente desenvolvidas no PEIG, podem ser consideradas atividades potenciais prioritárias, para onde pode ser direcionado investimento inicial, algumas que estão listadas na tabela 3, a seguir:

TABELA 6. ATIVIDADES POTENCIAIS A SEREM DESENVOLVIDAS NO PEIG, 2013. FONTE: ITPA, 2014 (ADAPTADO)

ATIVIDADE POTENCIAL	LOCALIDADE	NUCLEO_SETOR
Arvorismo	Circuito Abraão	Abraão
Trilha suspensa	Poção	Circuito Abraão
Observação de aves	Trilha para o Pico do Papagaio	Trilha situada dentro do Parque
Mergulho	Diversos pontos no entorno do PEIG	Diversos
Cicloturismo	Circuito Abraão, Trilha para Dois Rios, Trilha de Volta à Ilha	Diversos
Vôo livre	Circuito Abraão	Circuito Abraão

Vale considerar que o PEIG tem grande potencial ainda a ser explorado e estruturado para o desenvolvimento de novas atividades de uso público. No caso destas atividades citadas, seria necessário um estudo específico para implantação de um circuito de arvorismo, construção de estrutura própria para criar trilha suspensa e organização de informações sobre fauna do PEIG para formatar roteiros de observação de animais silvestres.

A atividade de mergulho e flutuação, bastante praticada, poderia ser desenvolvida em pontos distintos da Ilha visando trazer menos impactos causados pela concentração de pessoas nos pontos de mergulho, principalmente na Lagoa Azul e Lagoa Verde. Há vários especialistas em mergulho na Ilha que informaram sobre o potencial da atividade no local e que poderiam ser inseridos no mapeamento e desenvolvimento da atividade. O potencial de cicloturismo merece ser desenvolvido junto a diversas trilhas já existentes no PEIG e em toda a Ilha. A pista de vôo livre, já registrada na ANAC, pode ser estruturada e mantida para que a atividade seja mais explorada na região.

Algumas atividades que não são permitidas no PEIG, de acordo o Plano de Manejo, mas ocorrem na prática, de forma irregular estão apresentadas na tabela 4, a seguir:

TABELA 7. ATIVIDADES DE USO PÚBLICO NÃO PERMITIDAS NO PEIG, 2013. FONTE: ITPA, 2014 (ADAPTADO)

ATIVIDADES NÃO PERMITIDAS	LOCALIDADE	NUCLEO_SETOR
Passeio com animais domésticos	Circuito Abraão	Abraão
Acampamento fora da área designada	Caxadaço	Caxadaço
Atividade religiosa fora da área designada	Lopes Mendes	Lopes Mendes
Passeio com animais domésticos	Lopes Mendes	Lopes Mendes
Pesca esportiva	Lopes Mendes	Lopes Mendes
Atividade religiosa fora da área designada	Parnaioca	Parnaioca
Uso de fogueira	Parnaioca	Parnaioca

Para regularizar essa situação, deve haver investimento em fiscalização, monitoramento e trabalho de sensibilização dos turistas e de todo o segmento de profissionais e empresas que atuam no turismo da Ilha e da região.

5.2.4 Monitoramento do uso público no PEIG

O PEIG não possuía um sistema estruturado de gestão até a época da criação de seu Plano de Manejo, assim a visitação ocorria sem maiores formas de controle e monitoramento. Com o aporte financeiro e de recursos humanos do Projeto de Fortalecimento do Uso Público associado ao Termo de Cooperação Técnica (TCT) com a Vale, o PEIG passou a ter uma

coordenação, recursos e equipe para tal. Dessa forma, desenvolveram-se as atividades de Uso Público que eram acompanhadas/monitoradas pelo Chefe da UC, pelo INEA e Vale. Com o fim do contrato com a Vale S.A., o PEIG não recebe mais o aporte financeiro e a equipe foi drasticamente reduzida, assim as atividades foram prejudicadas.

Entre as atividades desenvolvidas, a Coordenação de Uso Público era responsável pela operação do Centro de Visitantes, atividades gerais relativas ao uso público, turismo, recreação, interpretação e educação ambiental, uso do patrimônio histórico-cultural, relações públicas, divulgação e marketing, apoio conselho consultivo e conselho de gestão.

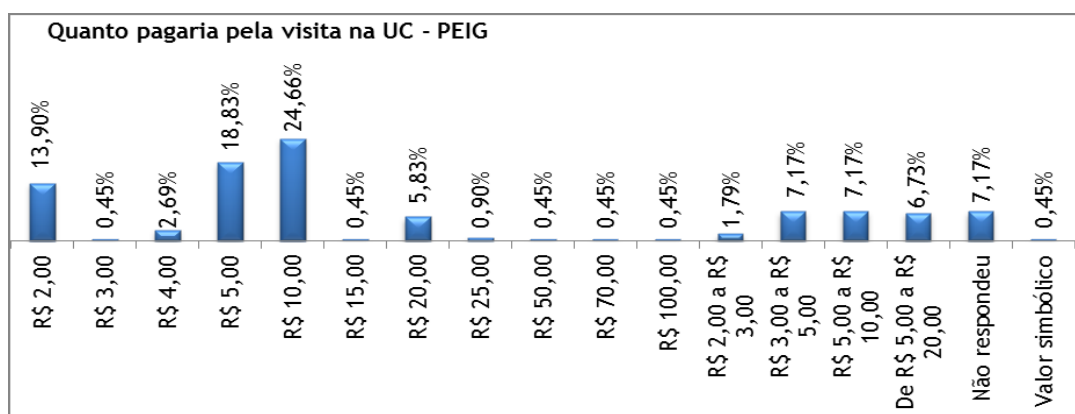
O Projeto de Fortalecimento do Uso Público das Unidades de Conservação Estaduais do Rio de Janeiro, desenvolvido entre 2012-2014, foi o grande projeto de execução ligado ao desenvolvimento do turismo no PEIG. Atualmente está em sua segunda fase, onde várias ações planejadas na primeira etapa do projeto estão sendo colocadas em prática, visando a continuidade dos processos de fortalecimento do Uso Público/ Visitação nos Parques Estaduais do Rio de Janeiro. A partir desta nova fase do projeto, o PEIG possui um planejamento para o uso público e um coordenador de uso público em seu quadro de funcionários terceirizados que desenvolve as atividades de gestão da visitação. O PEIG desempenha as atividades de monitoramento, mas devido a escassez de recursos humanos e financeiros, está aquém de sua implementação efetiva em relação às outras atividades previstas.

5.2.5 O turismo e as receitas do PEIG

Em relação à geração de receita e à cobrança de taxas de visitação, o PEIG não dispõe de mecanismos de geração de recursos. Concedeu algumas autorizações para comercialização de bebidas e alimentos no Circuito Abraão e em Lopes Mendes, realizando cadastro dos comerciantes e solicitando, em contrapartida, que fizessem a limpeza do local.

Percebe-se que as taxas são uma possibilidade real para adquirir recursos para a UC e, vale observar que, a partir de pesquisas realizadas, os visitantes estariam dispostos a pagar para conhecer atrativos do PEIG. Os valores indicados pelos visitantes do PEIG variam entre R\$ 1,00 e R\$ 50,00, e o maior índice é de R\$ 10,00 (ITPA, 2014), conforme a figura 3 :

FIGURA 15. VALORES QUE O VISITANTE ESTÁ DISPOSTO A PAGAR PARA VISITAR O PARQUE ESTADUAL DA ILHA GRANDE. FONTE: ITPA, 2014.



A questão relativa às receitas advindas da visitação é uma discussão fundamental em relação ao PEIG, uma vez que, com o volume de visitantes anuais da UC (entre 500.000 a 1 milhão de visitantes) pode-se ter uma arrecadação capaz de contribuir na geração de receita e de reinvestimento na UC. Apesar da cobrança pela visitação ser uma das possibilidades de geração de receita para o PEIG, ela não pode ser a única fonte de recursos, tendo em vista que, em modelos internacionais bem sucedidos de Parques, mostrou-se que, mesmo com grandes volumes de visitantes pagantes, os valores cobrados não sustentam as demandas financeiras da UC. Neste sentido, é fundamental avaliar as diversas possibilidades de geração de receita, como por exemplo a comercialização de produtos e exploração da marca, como formas complementares à cobrança pela visitação.

5.2.6 Análise sobre o contexto do Uso Público/ Visitação

A avaliação do contexto do uso público e visitação do PEIG, a partir do trabalho de campo realizado, possibilitou algumas análises em termos da situação atual em que o PEIG se encontra e de possíveis e desejáveis caminhos para o desenvolvimento do Parque levando em conta a possibilidade de haver um parceiro privado na gestão da UC.

O PEIG possui características peculiares, por estar situado numa ilha, região de *hotspot* da mata atlântica brasileira, entre as duas maiores metrópoles do país. Está em um território que passou por distintos ciclos socioeconômicos, de fazenda a presídio, tornando-se área protegida e destino turístico internacional. E, ainda, conserva em suas praias a resistência cultural do modo de vida da população tradicional caiçara, em meio ao paraíso ecológico que a Ilha representa. Tal contexto precisa ser considerado ao analisar o que se deseja em termos de turismo para o PEIG.

Para que a visitação se desenvolva a contento no PEIG é preciso que o turismo na Ilha também se estruture, pois não é possível descolar um do outro em termos de planejamento da atividade turística. Considerar o contexto da Ilha significa também olhar para as questões essenciais para a melhoria da qualidade de vida de seus moradores. Demandas em relação ao saneamento básico foram mencionadas em todas as praias visitadas e isto é uma questão primordial, principalmente quanto ao tratamento do esgoto e a coleta dos resíduos.

A criação e reforma da infraestrutura de apoio ao uso público do PEIG, conforme previsto no Plano de Manejo é fundamental também para que se tenha qualidade de visitação. Sinalização e manutenção de trilhas e das outras estruturas do Parque são essenciais para o bom funcionamento do Parque e, para tanto, é necessário haver uma equipe capacitada para executar essas atividades e monitorá-las. Ter um quadro de funcionários adequado, conforme previsto pelo Plano de Manejo é indispensável para que a gestão do Parque execute suas ações.

Os atrativos do PEIG precisam ser estruturados e sua visitação e utilização expandida e incentivada por parte da gestão, e do mesmo modo pelo trade turístico local. O centro de visitantes do PEIG poderia também desempenhar de forma mais ampla a função de divulgação dos atrativos do Parque e de pesquisas desenvolvidas na UC, organizando palestras e atividades culturais tanto para os moradores quanto para os turistas. Pensando na expansão das atividades desenvolvidas no PEIG, especialmente as de turismo de aventura, se fará necessário um plano de emergência para o caso de acidentes e uma articulação para que os operadores e guias locais se adequem ao cumprimento de boas práticas para atividades de turismo de aventura.

Voltando ao contexto local e regional, é necessário que haja uma integração entre os setores público e privado, ou seja, entre o Estado/PEIG, Prefeitura de Angra dos Reis/ TurisAngra e os empresários de turismo e guias/condutores locais. Estes precisam interagir para que sua atuação seja comprometida com o cumprimento das regras e objetivos da UC, além de contribuírem para a divulgação do Parque.

É necessário ter profissionais capacitados para fornecer informações sobre o PEIG tanto na Ilha quanto no continente, principalmente em Angra dos Reis, Conceição de Jacareí e Mangaratiba, de onde os turistas embarcam para a Ilha. Durante o trabalho de campo, um fato que chamou a atenção foi o despreparo dos profissionais que interagem com o turista para fornecer qualquer informação sobre o Parque. Um dos responsáveis pela venda de passagens de Angra dos Reis para a Ilha não sabia nem mesmo sobre a existência de um Parque Estadual na Ilha Grande. Os funcionários de empresas de turismo náutico e vendedores de passeios turísticos no Abraão raramente repassam qualquer informação sobre o PEIG. Tanto no cais, enquanto o visitante aguarda sua embarcação, quanto no traslado entre continente e ilha seriam boas oportunidades para fornecer informações gerais sobre o PEIG. Isto provocaria o visitante a conhecê-lo, e poderia ser feito por meio de vídeos, cartazes e principalmente da informação oral fornecida por aqueles que trabalham no setor.

As embarcações que realizam os passeios turísticos também são responsáveis por mostrar o Parque ao visitante, apesar de não demonstrarem ter essa consciência. Uma aproximação do PEIG com os empresários locais, para que os funcionários dessas empresas se capacitassem para repassar informações sobre o PEIG e sobre as outras UC da Ilha aumentaria a qualidade do produto turístico e, conseqüentemente, da experiência do visitante. A partir do trabalho de campo foi possível perceber que por parte do trade turístico ainda não há uma apropriação do valor que significa ter um Parque “como vizinho”, nem da extrema importância da biodiversidade local, pois, ao menos no discurso isto não se mostrou presente. Esses pontos ainda não são utilizados como atributos de valorização do produto turístico que oferecem e da qualidade que buscam ter na atividade turística na Ilha. A incorporação do discurso ambiental e de um turismo diretamente associado à conservação e a valorização da biodiversidade e ainda da cultura caiçara é o foco a ser trabalhado e investido em termos de desenvolvimento e engajamento do setor turístico local.

Para que o turista tenha mais facilidade de conhecer a Ilha e o PEIG, considerando que este pode vir de diversos países, é extremamente importante que haja informações atualizadas na internet e que estejam em mais de uma língua além do Português, como Inglês e Espanhol, por exemplo. É importante que haja também guias e condutores bilíngues na Ilha, no continente e entre o quadro de funcionários do PEIG.

Os preços dos passeios turísticos também chamaram a atenção durante o trabalho de campo, principalmente a forma em que são negociados e às vezes modificados. Para oferecer um serviço com mais profissionalismo e qualidade, seria importante que os preços fossem tabelados, que a informação estivesse disponível para o turista de forma mais clara e transparente. Assim, ele poderia escolher o que lhe fosse mais conveniente, sem ser “perseguido” por vendedores que disputam clientes no cais e na rua da praia na Vila do Abraão, sem se sentirem “trapaceados” por estarem na condição de turistas. Um centro de visitantes da Ilha serviria como ponto de concentração dessas e de diversas outras informações úteis ao turista.

Outro aspecto bastante evidente em várias comunidades da Ilha, principalmente durante a realização das entrevistas, foi a preocupação dos moradores locais em relação à permanência no local onde vivem e sobre a possibilidade de não perderem seus empregos ou, dependendo do caso, de conseguirem outros empregos ligado ao turismo. Em diversos depoimentos foi possível perceber a vontade dos moradores de continuarem vivendo na Ilha, seja trabalhando com o turismo ou com novas atividades que surgirem, desde que essas respeitem as características culturais e ambientais locais.

O processo de identificação com a cultura caiçara já vem acontecendo, mesmo que timidamente em algumas comunidades e mais explicitamente em outras. Algumas iniciativas já acontecem a partir de projetos na Ilha envolvendo mulheres, jovens e pescadores e isto valoriza e favorece o sentido de pertencimento ao local. Nesse contexto, qualquer projeto que tenha como objetivo desenvolver de forma sustentável a economia da região deve englobar ações na direção de favorecer práticas culturais locais e apoiar ações para valorizá-las.

Levando em consideração que o PEIG ocupa 62,5% da área da Ilha e, levando em conta as outras UC que ali existem, pode-se dizer que todas as comunidades locais estão em interação com o INEA e vivem em uma área protegida. Assim, é necessário que a construção de projetos de desenvolvimento turístico seja feita de forma conjunta com os moradores locais e que sua metodologia seja construída pensando em maneiras de se criar pontos de diálogo, participação e envolvimento. Ações que busquem desenvolver o empoderamento local, a valorização da cultura caiçara e o turismo de base comunitária nas vilas da Ilha devem ser planejadas para que os moradores possam se inserir no contexto da nova forma de gestão do PEIG.

A população local se manifestou interessada em capacitação nas temáticas ambientais e de turismo sempre que questionadas, durante o trabalho de campo. Portanto, entende-se que trabalhar para a qualificação da população local, melhoria de sua qualidade de vida e valorização de sua cultura pode ser muito positivo para aproximação entre gestão e comunidade. Isto será essencial, inclusive, para não fortalecer as resistências que já existem ao projeto, para que não se tornem formas de boicote à iniciativa do INEA.

A partir destas colocações, serão apresentados os encargos relativos ao Uso Público/ Visitação que poderiam ser cobrados do possível parceiro privado para gestão da UC, bem como alguns indicadores de desempenho a serem adotados para acompanhamento e avaliação de suas atividades no PEIG.

Os encargos relacionados ao Uso Público envolvem, de forma geral, a possibilidades de desenvolvimento de ações e projetos, sendo que alguns já estão previstos pelo Plano de Manejo.

Além desses, foram indicadas ações diretamente ligadas ao entorno do PEIG, como a criação do plano de manejo e implantação da RDS do Aventureiro, a criação de estrutura física que diminua o impacto sobre a RBPS na faixa da costa, onde está UC sofre mais sobrecarga de transito de pessoas. Embora a visitação turística não seja permitida no local, ela já ocorre e o PEIG planeja estruturá-la, porém tornando-a compatível com os objetivos da REBIO, a partir da realização de pesquisas e de educação ambiental.

5.3 Infraestrutura de apoio ao turismo do PEIG

A estrutura do PEIG é básica e atende de forma precária as necessidades para que ocorra a visita no Parque. As necessidades de infraestrutura geral observadas para a Ilha Grande também são aplicáveis ao PEIG. A coleta de lixo nas vilas é um problema sistemático, a Prefeitura Municipal de Angra dos Reis é responsável pela coleta, mas o serviço não é suficiente para o volume de resíduos produzido, muito menos durante os períodos de visita mais intensa, como nos feriados e durante o período de alta estação.

Embora não esteja dentro dos limites do PEIG, a Vila de Aventureiro é um exemplo nesse sentido, pois os resíduos são depositados ao lado do cais, que é o mesmo utilizado para desembarque de turistas e de moradores. Ocorre a geração de acúmulo de lixo, mau odor, atraindo animais domésticos e silvestres, poluição do solo e da água causada pelos resíduos e pelo chorume (fotos 29 e 30).

Em Lopes Mendes há problemas de lixo deixado pelos turistas. Alguns vendedores ambulantes têm uma autorização temporária da gestão do PEIG para comercializar alimentos e bebidas em pequenas barracas em 5 pontos na praia. De acordo com interlocutores da gestão do PEIG, estes ficariam responsáveis por apoiar na limpeza das praias, mas a atividade não é suficiente, principalmente nos feriados e na alta temporada (fotos 31 e 32).



FOTO 29. EMBARCAÇÃO REALIZANDO A COLETA DE RESÍDUOS NO CAIS DE PRAIA DE LOPES MENDES. FONTE: MANUELA AVENTUREIRO. JANEIRO/ 2016



FOTO 30. VENDEDORES AMBULANTES NA PRAIA DE LOPES MENDES. FONTE: MANUELA MUZZI, JANEIRO/ 2016

Em relação à sinalização, algumas trilhas são sinalizadas, mas é necessária uma revitalização ou substituição de grande parte das placas existentes, pois muitas estão em mau estado de conservação ou já foram depredadas. Segundo informado em campo, o vandalismo ocorre inclusive por parte de alguns condutores locais, que retiram as placas para que o turista necessite da contratação de seus serviços para chegar aos atrativos, como no caso do Pico do Papagaio, por exemplo. Há alguns mirantes ao longo das trilhas, mas precisam de estrutura e sinalização.



FOTO 31. PLACA DEPRÉDADA INDICANDO PRAIA DO POUSO, EM DIREÇÃO A LOPES MENDES. FONTE: MANUELA MUZZI, JANEIRO/ 2016



FOTO 32. ACESSO A MIRANTE, NA TRILHA PARA A PRAIA DE PALMAS. FONTE: MANUELA MUZZI, JANEIRO/ 2016



FOTO 33. PLACAS OFICIAIS (BASEADAS NO MANUAL DO INEA) DO PEIG. FONTE: RAONI FERREIRA, JANEIRO/ 2016



FOTO 34. PLACA DO PEIG EM MAU ESTADO DE CONSERVAÇÃO. FONTE: RAONI FERREIRA, JANEIRO/ 2016



FOTO 35. SINALIZAÇÃO NÃO PADRONIZADA DE ATRATIVO DA ILHA GRANDE. FONTE: RAONI FERREIRA, JANEIRO/ 2016



FOTO 36. PLACA DE SINALIZAÇÃO DO PEIG DEPREDADA. FONTE: RAONI FERREIRA, JANEIRO/ 2016

Todas as trilhas do PEIG e da Ilha Grande encontram-se em estado precário. Atualmente não é realizado um trabalho de monitoramento, manutenção e prevenção de impactos sobre as trilhas do PEIG de forma regular, o que contribui para o estado atual das trilhas que possibilitam o acesso aos atrativos do PEIG e de seu entorno por vias terrestre.

De acordo com informações obtidas junto à equipe do PEIG, a ronda e a manutenção das trilhas é realizada pelos guarda-parques, que sofreram uma diminuição em seu quadro de funcionários, devido ao encerramento do contrato com a Vale S.A. Contudo, por ser uma região bastante úmida, é necessária manutenção frequente para contenção impactos decorrentes do uso das trilhas, assim como devido aos fatores naturais que contribuem para processos erosivos, encharcamentos, dentre outros aspectos. Há guarda-corpo em poucos trechos de trilhas, poucas infraestruturas de descanso e contemplação, assim como outras intervenções, como por exemplo, degraus de madeira em locais mais íngremes. As condições das trilhas do PEIG e da Ilha Grande requerem uma atenção especial, uma vez que estas são as principais vias terrestres de acesso às comunidades e atrativos da região. De acordo com relatos de campo, vários acidentes ocorrem com visitantes e moradores durante os deslocamentos nas trilhas devido às condições precárias e falta de infraestruturas. Neste sentido o tema de recuperação, controle, manutenção e monitoramento das condições das

trilhas do PEIG é de grande relevância para uma melhora na gestão e prestação de serviços da UC. A seguir expõem-se algumas fotos para ilustrar as condições atuais das trilhas e algumas infraestruturas e intervenções do PEIG.



FOTO 37. TRILHA EM MAU ESTADO DE CONSERVAÇÃO, DE POUSO PARA LOPES MENDES. FONTE: MANUELA MUZZI, JANEIRO/ 2016



FOTO 38. TRILHA EM MAU ESTADO DE CONSERVAÇÃO ENTRE DOIS RIOS E PARNAIOCA. FONTE: RAONI FERREIRA, JANEIRO/ 2016



FOTO 39. TRILHA EM MAU ESTADO DE CONSERVAÇÃO ENTRE ABRAÃO E CACHOEIRA DA FEITICEIRA. FONTE: RAONI FERREIRA, JANEIRO/ 2016



FOTO 40. TRILHA EM MAU ESTADO DE CONSERVAÇÃO ENTRE ABRAÃO E PALMAS. FONTE: RAONI FERREIRA, JANEIRO/ 2016



FOTO 41. INTERVENÇÕES DE ESCADA NA TRILHA DO PEIG EM ESTADO PRECÁRIO. FONTE: RAONI FERREIRA, JANEIRO/ 2016



FOTO 42. INTERVENÇÕES DE ESCADAS COM NECESSIDADE DE MANUTENÇÃO. FONTE: RAONI FERREIRA, JANEIRO/ 2016



FOTO 43. INFRAESTRUTURA DE APOIO/ SEGURANÇA COM NECESSIDADE DE MANUTENÇÃO. FONTE: RAONI FERREIRA, JANEIRO/ 2016



FOTO 44. INFRAESTRUTURA DE APOIO À VISITAÇÃO NO CIRCUITO ABRAÃO. FONTE: RAONI FERREIRA, JANEIRO/ 2016

Além das trilhas e sinalização, o PEIG conta com outras infraestruturas, listadas a seguir na figura 1, onde estão relacionadas as edificações, estradas, caminhos, pontes, trilhas e sistema de sinalização da UC, de acordo com o Plano de Manejo de 2011.

FIGURA 16. INFRAESTRUTURA DO PEIG. FONTE: INEA 2011



1994.

as em

Durante a elaboração do Plano de Manejo, em 2011 o PEIG contava com um número de veículos e embarcações que auxiliavam nas atividades específicas da UC. Porém, atualmente o Parque conta apenas com uma caminhonete 4x4 em mau estado de conservação e duas pequenas embarcações para as atividades da UC. Esta falta de equipamentos para deslocamentos é um fator bastante preocupante no que diz respeito à gestão do PEIG, uma vez que, devido à falta destes equipamentos, a equipe não consegue atender as demandas da UC de forma efetiva.

O PEIG ainda não possui toda a infraestrutura prevista para seu ideal funcionamento, conforme indicado pelo Plano de Manejo. Assim, espera-se que o possível parceiro privado realize os investimentos em termos de bens de capital, consumo e recursos humanos para a completa implantação, operação e manutenção da UC. Os valores de investimento necessários para adaptação da infraestrutura bem como sua manutenção estão apresentados nas matrizes de CAPEX e OPEX, em item específico presente relatório.

5.3.1 Controle de acesso e visitantes

Desde a época da ampliação do PEIG, em 2007, foram firmadas parcerias entre a Prefeitura Municipal e o governo do estado, além do envolvimento de entidades ambientalistas, UERJ e CONSIG, com o intuito de disciplinar o crescimento da população da Ilha, definir medidas necessárias de saneamento e de controle do número de visitantes, principalmente nos períodos de grandes feriados, conforme já indicado no próprio Plano de Manejo.

Embora a Vila do Abraão seja a principal porta de entrada ao PEIG, este possui diversos acessos e não há controle efetivo sobre o mesmo. Há uma guarita no circuito Abraão, onde era feita a contagem dos visitantes, porém não há sempre um funcionário do Parque executando tal função neste local.



FOTO 45. GUARITA DA ENTRADA DO CIRCUITO ABRAÃO SEM QUALQUER FUNCIONÁRIO DO PEIG. FONTE: RAONI FERREIRA, JANEIRO/ 2016



FOTO 46. PORTAL DE ENTRADA DO PEIG. FONTE: RAONI FERREIRA, JANEIRO/ 2016

O controle de acesso mais eficiente é realizado na entrada da REBIO, entre 08h e 17h, em períodos de feriados prolongados, quando a visitação na Vila de Aventureiro é mais intensificada, como no ano novo e no carnaval, por exemplo. Os guarda-parques se instalam na base do INEA na Vila do Aventureiro, o que facilita a realização deste controle.

Há também um controle de acesso ao Aventureiro, realizado no embarque em Angra dos Reis e no desembarque na Vila, que limita o número de acesso a 560 pessoas. Contudo, de acordo com informações de moradores locais, este número foi ultrapassado nos últimos dois anos. Há visitantes que chegam por outros locais da Ilha, com embarcações particulares, de turismo ou mesmo caminhando. O número de 560 pessoas como limite de turistas em Aventureiro corresponde ao número de vagas em campings da praia; mas, atualmente, os moradores também oferecem quartos em suas casas, somando mais 250 leitos disponíveis. Alguns proprietários de campings de Aventureiro mencionaram que gostariam que o número de pessoas permitidas na Vila fosse revisto, uma vez que atualmente podem receber mais visitantes nos meios de hospedagem local. Contudo, além da infraestrutura de hospedagem, o saneamento básico, o transporte e a energia em Aventureiro são questões que dificultam o turismo no local, pois a pouca estrutura que existe na vila não atende a demanda dos feriados e do verão.

Na Vila de Dois Rios, a UERJ realiza um cadastro de visitantes, porém não limita o número de pessoas no local. No entanto, nos demais pontos da Ilha e do PEIG não há controle sistemático do número do acesso.

No Circuito Abraão e no acesso à praia de Lopes Mendes havia uma contagem feita pelos funcionários do PEIG, durante a vigência do contrato com a Vale S.A. Contudo, depois de terminado o contrato esse controle deixou de ser realizado, devido à redução da equipe do Parque.

A cachoeira da Feiticeira é um local onde o controle se faz necessário, pois o grande número de visitantes impacta o ambiente que não dispõe de uma área tão grande para a permanência dos turistas. Isto diminui a qualidade da experiência do visitante e também pode causar acidentes.



FOTO 47. BANHISTAS NO POÇÃO NO CAMINHO PARA A CACHOEIRA DA FEITICEIRA. FONTE: MANUELA MUZZI, JANEIRO/ 2016



FOTO 48. OCUPAÇÃO DA CACHOEIRA DA FEITICEIRA DURANTE UM FINAL DE SEMANA DE SOL. FONTE: MANUELA MUZZI, JANEIRO/ 2016

Um estudo bastante detalhado foi elaborado no âmbito do projeto “Ilha Grande Sustentável” (SOCIOAMBIENTAL, 2012), com o cálculo da “capacidade de suporte” da Ilha Grande. O estudo ainda não foi implementado, mas deve servir de base para qualquer projeto ligado ao ordenamento turístico da Ilha. Para a definição da capacidade suporte ligada a infraestrutura,

o estudo contemplou a análise da disponibilidade hídrica e do esgotamento sanitário, dividindo a Ilha pelos setores censitários do IBGE (2010) e considerando a população total = fixa + flutuante. Associado a isto, para se calcular a capacidade de suporte outros dados foram levados em consideração, como o espaço físico existente e o tipo de experiência que se deseja proporcionar para o visitante em cada atrativo. O estudo não identificou um número fechado de capacidade de suporte para cada atrativo, mas indicou uma margem de planejamento mínima, média e máxima para orientar o projetos, decisões estratégicas e políticas públicas para a região. Avaliando a possível concretização deste projeto de uma futura de PPP no PEIG, a incorporação desse estudo será essencial também neste aspecto²¹.

De acordo com as observações de campo, a infraestrutura de apoio ao uso público existente atualmente no PEIG é básica e não é suficiente para as necessidades do local. Considerando a conservação das trilhas e de outras estruturas existentes, o impacto do uso público nos locais de visitação e a segurança do turista,   possível concluir que   necessário investimento em infraestrutura física, em recursos humanos e em bens de consumo para melhorar a qualidade da visita o no PEIG. Estes itens são contemplados nas matrizes de CAPEX e OPEX apresentadas no item 5.6 e a pesquisa de satisfa o do turista será apresentada no item 5.2.2 do presente relatório.

6 ANÁLISE SOBRE SITUA O ATUAL DAS INFRAESTRUTURAS DO PEIG

A avalia o das infraestruturas do PEIG, a partir do trabalho de campo realizado, possibilitou desenvolver algumas análises em termos da situa o atual em que o PEIG se encontra e de possíveis e desejáveis caminhos para o desenvolvimento do Parque, levando em conta a possibilidade de haver um parceiro privado na gestão da UC.

O PEIG possui características peculiares, por estar situado numa ilha, região de *hotspot* da mata atlântica brasileira, entre as duas maiores metrópoles do país. Está em um território que passou por distintos ciclos socioeconômicos, de fazenda a presídio, tornando-se área protegida e destino turístico internacional. E, ainda, conserva em suas praias características culturais do modo de vida da popula o tradicional caiçara, em meio ao paraíso ecológico que a Ilha representa. Tal contexto precisa ser considerado ao analisar o que se deseja em termos de infraestrutura de apoio ao turismo para o PEIG.

Para que a visita o se desenvolva a contento no PEIG   preciso que o turismo na Ilha também se estruture, pois não   possível descolar um do outro em termos de planejamento da atividade turística. Considerar o contexto da Ilha significa também olhar para as questões essenciais para a melhoria da qualidade de vida de seus moradores. Demandas em rela o ao saneamento básico foram mencionadas em todas as praias visitadas e isto   uma questão primordial, principalmente quanto ao tratamento do esgoto e a coleta dos resíduos.

A cria o e reforma da infraestrutura de apoio ao uso público do PEIG, conforme previsto no Plano de Manejo,   fundamental também para que se tenha qualidade de visita o. Sinaliza o e manuten o de trilhas e das outras estruturas do Parque são essenciais para o bom funcionamento da UC e, para tanto,   necessário haver uma equipe capacitada para

²¹ Para mais detalhes, consultar o estudo "Concep o do Sistema de Ordenamento Turístico Sustentável da Ilha Grande e Sistema de Sustentabilidade Financeira das UC que a compõem. Produto IV – Avalia o da Capacidade de Suporte. SOCIOAMBIENTAL, 2012".

executar essas atividades e monitorá-las. Ter um quadro de funcionários, conforme também previsto pelo Plano de Manejo é indispensável para que a gestão do Parque execute suas ações.

Os atrativos do PEIG precisam ser estruturados, sua visitação e utilização expandida e incentivada por parte da gestão e do mesmo modo pelo setor turístico local. O centro de visitantes do PEIG poderia também desempenhar de forma mais ampla a função de divulgação dos atrativos da UC e de pesquisas desenvolvidas na área, organizando palestras e atividades culturais tanto para os moradores quanto para os turistas.

Voltando ao contexto local e regional, é necessário que haja uma integração entre os setores público e privado, ou seja, entre o Estado/PEIG, Prefeitura de Angra dos Reis/ TurisAngra e os empresários de turismo e guias e condutores locais. Estes precisam interagir para que sua atuação seja comprometida com o cumprimento das regras e objetivos da UC, além de contribuírem para a divulgação do Parque.

É necessário ter profissionais capacitados para fornecer informações sobre o PEIG tanto na Ilha quanto no continente, principalmente em Angra dos Reis, Conceição de Jacareí e Mangaratiba, de onde os turistas embarcam para a Ilha.

As embarcações que realizam os passeios turísticos também são responsáveis por mostrar o PEIG ao visitante, apesar de não demonstrarem ter essa consciência. Uma aproximação do PEIG com os empresários locais, para que os funcionários dessas empresas se capacitassem para repassar informações sobre o PEIG e sobre as outras UC da Ilha aumentaria a qualidade do produto turístico e, conseqüentemente, da experiência do visitante. A partir do trabalho de campo foi possível perceber que, por parte do setor turístico ainda não há uma apropriação do valor que significa ter um Parque “ao lado”, nem da extrema importância da biodiversidade local, pois, ao menos no discurso isto não se mostrou presente. Esses pontos ainda não são utilizados como atributos de valorização do produto turístico que oferecem e da qualidade que buscam ter na atividade turística na Ilha. A incorporação do discurso ambiental e de um turismo diretamente associado à conservação e a valorização da biodiversidade e ainda da cultura caiçara é o foco a ser trabalhado e investido em termos de desenvolvimento e engajamento do setor turístico local.

Para que o turista tenha mais facilidade de conhecer a Ilha e o PEIG, considerando que este pode vir de diversos países, é extremamente importante que haja informações atualizadas na internet e que estejam em mais de uma língua além do Português, como Inglês e Espanhol, por exemplo. É importante que haja também guias e condutores bilíngues na Ilha, no continente e entre o quadro de funcionários do PEIG. Além disso, a sinalização do PEIG também deve ser bilíngue, o que é essencial para garantir a segurança e o aproveitamento da visitação.

Os preços dos passeios turísticos também chamaram a atenção durante o trabalho de campo, principalmente a forma em que são negociados e às vezes modificados. Para oferecer um serviço com mais profissionalismo e qualidade, seria importante que os preços fossem tabelados, que a informação estivesse disponível para o turista de forma clara e neste aspecto, uma organização do trade pode vir a contribuir de forma significativa. Assim, o visitante poderia optar pelo o que lhe fosse mais conveniente, sem ser “perseguido” por vendedores que disputam clientes no cais e na rua da praia na Vila do Abraão e sem se sentir “trapaceado” por estar na condição de turista. Um centro de visitantes da Ilha serviria como ponto de concentração dessas e de diversas outras informações úteis ao turista. Além do centro de

visitantes para a Ilha, a estrutura de sanitários em Abraão e uma reforma no cais seriam importantes para atender ao grande fluxo de visitantes.

Os encargos relacionados à infraestrutura envolvem, de forma geral, reformas e construções previstas pelo Plano de Manejo. Além desses, são indicadas ações diretamente ligadas ao entorno do PEIG, como a criação do plano de manejo e implantação da RDS do Aventureiro, a criação de estrutura física que diminua o impacto sobre a REBIO na faixa da costa, onde esta UC sofre mais sobrecarga de trânsito de pessoas. Embora a visitação turística não seja permitida no local, ela já ocorre e o PEIG planeja estruturá-la, porém tornando-a compatível com os objetivos da REBIO, a partir da realização de pesquisas e de educação ambiental.

7 Considerações finais

A partir dos resultados, é possível estabelecer alguns pontos que parecem ser essenciais para se responder às duas perguntas orientadoras para uma análise crítica do contexto socioambiental da região do PEIG pensando na implementação de um Parceria Público Privada para a gestão do parque, sendo estas: a) o que é preciso para se garantir uma promoção social e ambientalmente sustentável do potencial turístico do PEIG, e; b) Quais as melhores formas de integrar os stakeholders do entorno?

A partir destas questões, serão apontados a seguir indicativos orientadores visando subsidiar tomadas de decisões. Para se debater a primeira questão é fundamental que se tenha como referencia o contexto social e histórico de conflitos envolvendo os principais atores sociais nas comunidades no entorno do PEIG.

Uma orientação central para a promoção social e o desenvolvimento local no caso do PEIG e das comunidades do entorno está relacionada à implementação de ações que possam valorizar culturalmente as populações em relação a identidade caiçara e, de forma complementar, apoiar iniciativas que possam contribuir de forma clara para a inserção dos moradores na dinâmica socioeconômica local, ligada principalmente ao turismo, mas não exclusivamente.

Ao que parece, apesar da lógica direta “quanto mais turistas”, com aumento do poder de consumo de bens e serviços, muitos dos atores sociais se demonstraram muito mais preocupados com os impactos que a Ilha Grande vem sofrendo em termos sociais e ambientais em função justamente do turismo. Não houve manifestações por parte dos moradores do tipo “precisamos ampliar muito o número de visitantes para ganharmos mais”, mas, de outra forma, foi recorrente a manifestação de interesses dos atores sociais locais no controle da visitação e no ordenamento das atividades turísticas que estão associadas à região e ao PEIG.

Isto se deve, principalmente, à percepção em relação aos impactos que já podem ser sentidos pelos moradores em função do aumento do turismo, o que faz com que muitos atores sociais se coloquem uma importante pergunta: “se nós dependemos do turismo e dos nossos atrativos naturais e culturais e estes começarem a se degradar, qual outra alternativa de fonte de renda teremos? Qual será nosso atrativo cultural se ao chegar na Ilha Grande o turista não reconhecer nenhuma diferença social e cultural em relação ao que ele encontra nas outras cidades litorâneas? Qual será nosso atrativo natural se ao chegar na Ilha Grande o turista perceber que a água que ele está entrando para se banhar está poluída? E, finalmente, qual

será nossa qualidade de vida caso o impacto social e ambiental se amplie de forma descontrolada na região da Ilha Grande?”

Neste sentido, para se promover a sustentabilidade social e econômica do PEIG tem-se como fundamental desafio ordenamento das atividades turísticas que já ocorrem na região do PEIG e seu entorno. Trabalho este, que deve ser desenvolvido e exige a implementação de ações nas diferentes perspectivas de tempo, curto, médio e longo prazo, e deve envolver diretamente os principais atores sociais da região.

É importante considerar que a Ilha Grande longe de ser um local “ainda desconhecido” ou “pouco explorado”, é um local no qual diversos atores sociais possuem atuação. Por isso, qualquer projeto a ser implementado, deve envolver diretamente os atores sociais com atuação local e, fundamentalmente, considerar o histórico de projetos e atividades que já foram pensadas por estes atores.

Como pode ser observado ao longo do documento, há um receio evidente que a gestão do PEIG por um parceiro não considere o envolvimento direto dos atores sociais no processo de gestão, principalmente em função do histórico de limitado diálogo por parte do INEA nas localidades. Desta forma, as expectativas dos atores sociais devem ser apreciadas pelo possível interessado em estabelecer a parceria afim de que de fato o projeto tenha inserção social e ambientalmente justa na Ilha Grande.

Em relação à segunda pergunta orientadora, sobre as melhores formas de integrar os stakeholders do entorno à concessão, é importante considerar que a Ilha Grande representa um local extremamente estratégico em termos de desenvolvimento turístico, recebendo a visita de turistas de diversas partes do mundo em função das belezas naturais notáveis.

Só isso já bastaria para dizer a diversidade de atores sociais e seus múltiplos interesses na região. São proprietários privados, comerciantes, prefeituras da região de influência, moradores, prestadores de serviço, pescadores, donas de casa, guias, jovens, cada um com seu conjunto de interesses diversificados e, em alguns casos, mesmo contraditórios.

Desta forma, para envolver os atores sociais locais tem-se como fundamental a compreensão das expectativas (positivas e negativas) e os interesses mapeados neste trabalho, além de outros que podem e devem ser identificados através de processos participativos contínuos a serem desenvolvidos tanto nas comunidades do entorno como junto aos representantes dos diversos grupos sociais atuantes na região.

Portanto, o parceiro responsável pela gestão do PEIG se tiver a intenção de envolver de fato os atores sociais locais no processo precisará elaborar e implementar estratégias de participação social que devem ir muito além dos processos de comunicação social. A comunicação representa um passo importante nos processos participativos mas se esta etapa for considerada um fim do processo participativo põem-se em risco a credibilidade do gestor frente às comunidades locais e demais atores sociais locais.

As ações de comunicação social devem representar, neste sentido, apenas uma ferramenta, um meio para se realizar reuniões de diagnóstico, planejamento e, fundamentalmente, a implementação das ações planejadas através de oficinas e reuniões participativas.

Desta forma, pode-se considerar que a análise dos interesses dos atores sociais já identificadas neste documento representa um conteúdo fundamental para que o parceiro planeje e execute ações buscando o envolvimento dos atores sociais. Mas, no entanto, ressalta-se que os interesses dos atores sociais em geral mudam com o tempo e podem também ser influenciado por circunstâncias específicas, fazendo com que seja necessário que os processos participativos sejam realizados de forma continuada como forma de atualização de dados e validação de propostas, projetos, e atividades nas comunidades.

Neste contexto, é importante que o Estado tenha ciência que a parceria público-privada pode trazer benefícios em termos de melhoria da infraestrutura, do incremento do uso público e da visitação e da entrada de receita no Parque. Mas, por outro lado, que tal configuração de gestão representa um desafio em termos de saber como manejar mais um interesse diferente em disputa na Ilha Grande e, além disso, como monitorar os resultados das ações e projetos desenvolvidos e lidar com as consequências positivas e negativas dessa gestão compartilhada (RODRIGUES, 2009).

8 Referências Bibliográficas

Alho, C. J. R., Schneider, M., & Vasconcellos, L. A. (2002). Degree of threat to the biological diversity in the Ilha Grande State Park (RJ) and guidelines for conservation. *Brazilian Journal of Biology*, 62(3), 375-385.

Consultoria CAUSE. Laudo Antropológico Ilha Grande. Priscila Matta ABA - nº 1126. São Paulo, 2016

Consultoria CAUSE. Pesquisa quantitativa Ilha Grande. Pesquisador chefe Hilton Fernandes. São Paulo, 2016.

INEA. Plano de Manejo (Fase 2) Parque Estadual da Ilha Grande – PEIG. Diretoria de Biodiversidade e Áreas Protegidas – DIBAP: Rio de Janeiro, 2011.

INSTITUTO TERRA DE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL – ITPA. **Diagnóstico do Uso Público nas Unidades de Conservação Estaduais do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, 2014.

_____. Produto I – Relatório de mapeamento institucional e comissão de acompanhamento. Socioambiental Consultores Associados: Florianópolis, 2012.

_____. Produto II – Relatório de avaliação e proposição de alternativas para o sistema de ordenamento turístico sustentável da Ilha Grande. Socioambiental Consultores Associados: Florianópolis, 2012.

_____. Produto III – Levantamento das informações, sistematização e análise crítica da situação atual das atividades turísticas da Ilha Grande. Socioambiental Consultores Associados: Florianópolis, 2012.

_____. Produto IV – Avaliação da capacidade de suporte da Ilha Grande. Socioambiental Consultores Associados: Florianópolis, 2012.

_____. Produto V – Projeto de implementação das operações e funcionamento do Sistema de Controle de Acesso Turístico para a Ilha Grande. Socioambiental Consultores Associados: Florianópolis, 2013.

_____. Produto VI – Arranjo institucional para a gestão do sistema de controle de acesso turístico, Projeto de Implementação das Operações e Modelo de Sustentabilidade Econômico Financeira do Sistema de Ordenamento Turístico para a Ilha Grande. Socioambiental Consultores Associados: Florianópolis, 2014.

_____. Diagnóstico do Setor Costeiro da Baía da Ilha Grande – Subsídio à elaboração do Zoneamento Ecológico-Econômico Costeiro Volume I. Diretoria de Gestão das Águas e Território – DIGAT: Rio de Janeiro, 2015.

MENDONÇA, Mariana Tereza Diniz. Festas e visitação religiosa em uma comunidade evangélica da Ilha Grande. 2011. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Co-Orientador: Rosane Manhães Prado.

MENDONÇA Teresa Cristina de Miranda. Que paraíso é esse? A turismização da Ilha Grande. 2010. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, . Orientador: Rosane Manhães Prado.

Mendonça, T., Hacon, V., Moraes, E. A., Faico, G., Irving, M. A., Fernandes, L., Sancho, A., Fasano, R. Parque Estadual da Ilha Grande & Parque Estadual Marinho do Aventureiro: interpretando caminhos possíveis para uma gestão inovadora do “paraíso” Ilha Grande. In: Irving, M. A., Giuliani, G. M., Loureiro, C. F. Parques Estaduais do Rio de Janeiro: construindo novas práticas para a gestão. São Carlos: Rima, 2008.

Oliveira, R. D. (2002). Ação antrópica e resultantes sobre a estrutura e composição da Mata Atlântica na Ilha Grande, RJ. Rodriguésia, 53(82), 33-58.

PRADO, Rosane Manhães; FERREIRA, Helena Catão. Fronteiras do manejo: embates entre concepções num universo de unidade de conservação. Ambiente e Sociedade (Campinas), v. 13, p. 83-93, 2010.

PRADO, Rosane Manhães. Tensão no paraíso: Aspectos da intensificação do turismo na Ilha Grande. Caderno Virtual do Turismo, Rio de Janeiro, v. 1, n.7, 2003.

PRADO, Rosane Manhães. As espécies exóticas somos nós: reflexão a propósito do ecoturismo na Ilha Grande. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, v. 1, n.19, p. 205-224, 2003.

PRADO, Rosane Manhães (Org.). Ilha Grande: do sambaqui ao turismo. 1. ed. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2006. 283p .

PRADO, Rosane Manhães. Com quantos paus se faz uma canoa. In: Alba Costa Maciel; Hilda Maria de Souza; Neuseli Cardoso. (Org.). Onde deixei meu coração: a história dos últimos caiçaras da Ilha Grande. Angra dos Reis: Eco Editora, 2011, v. , p. 11-12.

PRADO, Rosane Manhães; SANTOS, Myrian Sepúlveda dos . Um sabor de Ilha Grande. In: Renato Buys. (Org.). Contos da Ilha Grande. 1ed.Rio de Janeiro: EdUERJ, 2010, v. , p. 13-15.

PRADO, Rosane Manhães. De praias que viram morros: deslocamento de população na Ilha Grande. In: CARNEIRO, Sandra de Sá; SANT'ANNA, Maria Josefina Gabriel. (Org.). A cidade: olhares e trajetórias. 1ed.Rio de Janeiro: Garamond, 2009, v. , p. 399-419.

PRADO, Rosane Manhães ; CATAO, Helena ; COSTA, Gustavo Villela Lima da . Praia do Aventureiro: um caso sui generis de gestão local do turismo. In: Bartholo, Bursztyn, Sansolo. (Org.). Turismo de base comunitária no Brasil. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009, v. , p. -.

PRADO, Rosane Manhães. Depois que entrou o Imbamba: percepção de questões ambientais na Ilha Grande. In: Rosane Manhães Prado. (Org.). Ilha Grande: do sambaqui ao turismo. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2006, v. , p. -.

PRADO, Rosane Manhães . Uma foto que eles não pediram: Turismo e ecologia na Ilha Grande. In: Roberto Bartholo; Maurício Delamaro; Luciana Badin. (Org.). Turismo e Sustentabilidade no Estado do Rio de Janeiro. 1ed.Rio de Janeiro: Instituto Virtual do Turismo/COPPE/UFRJ, 2004, v. , p. 267-284.

PRADO, Rosane Manhães . Crentes na Ilha Grande: uma forma de ser nativo. In: Patrícia Birman. (Org.). Religião e Espaço Público. 1ed.São Paulo: Attar Editorial/CNPq/Pronex, 2003, v. , p. 123-146.

PRADO, Rosane Manhães . A indigenização da agenda 21: reflexão a partir de um caso na Ilha Grande/Angra dos Reis, RJ. In: XXVII Encontro Anual da ANPOCS, 2003, Caxambu. CD-Rom do 27º Encontro Anual da ANPOCS - GT: Rituais, Representações e Narrativas Políticas, 2003. v. 1. p. 0-0.

PRADO, Rosane Manhães . Não tem mais quem cante o reis: reflexão sobre pertencimento religioso na Ilha Grande, Angra dos Reis, RJ. In: XIV Jornadas sobre Alternativas Religiosas en America Latina, 2007, Buenos Aires. XIV Jornadas sobre Alternativas Religiosas en America Latina. Buenos Aires: Asociacioan de Cientistas Sociales en el Mercosur, 2007. v. 1. p. 171-171.

RODRIGUES, C. G. O. **O Uso Público nos Parques Nacionais**: a relação entre as esferas pública e privada na apropriação da biodiversidade. Tese de doutorado. Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília. Brasília, 2009. 358p.

SOCIOAMBIENTAL, Consultores Associados. **Consolidação do Sistema de Ordenamento Turístico Sustentável da Ilha Grande e Sistema de Sustentabilidade Financeira das UC que a compõem**. Florianópolis, 2012;

TCE-RJ. Estudos Socioeconômicos dos Municípios do Estado do Rio de Janeiro 2014 – Angra dos Reis. Secretaria Geral de Planejamento: Rio de Janeiro, 2015.

_____. Estudos Socioeconômicos dos Municípios do Estado do Rio de Janeiro 2014 – Mangaratiba. Secretaria Geral de Planejamento: Rio de Janeiro, 2015.

_____. Estudos Socioeconômicos dos Municípios do Estado do Rio de Janeiro 2014 – Paraty. Secretaria Geral de Planejamento: Rio de Janeiro, 2015.

TURISANGRA. Plano de Marketing para o Turismo – Angra dos Reis/Rio de Janeiro/Brasil. IDEIAS – Instituto para o Desenvolvimento da Economia, do Indivíduo, do Ambiente e da Sociedade: Rio de Janeiro, sem data.

Vallejo, L. R. Políticas Públicas e Conservação Ambiental: territorialidades em conflito nos parques estaduais da Ilha Grande, da Serra da Tiririca e do Desengano (RJ). 2005. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal Fluminense, Niterói.

